

**Prêmio Extensão Universitária
UEPG 2015:
Narrativas e Reflexões**

ORGANIZADORES

**SILVIO LUIZ RUTZ DA SILVA
LIZA HOLZMANN**

UEPG - PROEX

SILVIO LUIZ RUTZ DA SILVA

LIZA HOLZMANN

(ORGANIZADORES)

**PRÊMIO EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
UEPG 2015:
NARRATIVAS e REFLEXÕES**

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

P925 Prêmio de Extensão Universitária 2015: narrativas e reflexões/ Sílvio Luiz Rutz da Silva e Liza Holzmann (Org). Ponta Grossa: UEPG/PROEX, 2017.
146p. [e-book]

ISBN: 978-85-63023-19-3

1. Universidade. 2. Extensão. I. Silva, Sílvio Luiz Rutz (Org.).
II. Holzmann, Liza (Org.). III. T.

CDD: 378.155.4

ISBN 978-85-63023-19-3



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição - Não Comercial- Compartilha Igual 4.0 Internacional.

SILVIO LUIZ RUTZ da SILVA
LIZA HOLZMANN
(Organizadores)

Prêmio Extensão Universitária
UEPG 2015:
Narrativas e Reflexões

UEPG - PROEX
PONTA GROSSA - PR
2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

REITOR

Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

VICE-REITOR

Gisele Alves de Sá Quimelli

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS

CULTURAIS Marilisa do Rocio Oliveira

DIRETORA DE EXTENSÃO

Liza Holzmann

DIRETOR DE CULTURA

Wilton Paz

ASSESSOR DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS CULTURAIS

Silvio Luiz Rutz Da Silva

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS CULTURAIS

Praça Marechal Floriano Peixoto, 129 – Centro

Ponta Grossa – PR 84010-680

www.uepg.br/proex

Sumário

Prefácio	vi
Caracterização da Extensão Universitária na Universidade Estadual de Ponta Grossa no Período de 2000-2013 <i>Silvio Luiz Rutz da Silva, Liza Holzmann</i>	12
Escola Tecnológica de Leite e Queijos dos Campos Gerais <i>Alessandro Nogueira, Ivo Mottin Demiate, Marina Tolentino Marinho, Renata Dinnies Santos Salem</i>	25
Fortalecendo as Redes Municipais de Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes na Região dos Campos Gerais – Paraná <i>Cleide Lavoratti, Dircéia Moreira, Marisa Marques Ribeiro, José Henrique Goes, Marjory Furlan Rueda, Amanda de Mello Silva, Luana Cristina da Luz, Nathany Manosso, Gabrielle Christine Ferreira de Souza, Bruna Gomes Xavier</i>	45
A Utilização do Patrimônio Edificado como Atrativo Turístico: O Caso do Patrimônio da Cidade de Ponta Grossa - PR <i>Luiz Fernando de Souza, Marcia Maria Dropa, Larissa Mongruel Martins ae Lara</i>	82
Projeto de Extensão - Prevenção e Educação na Atenção à Saúde da Mulher: Coleta de Exames Papanicolaou <i>Ednéia Peres Machado</i>	100
Olimpíada Pontagrossense de Matemática <i>Olinda Thomé Chamma, Carmen Lúcia Valgas, Elisangela dos Santos Meza</i>	117
Um Olhar Extensionista sobre as Ações Realizadas <i>Marta Lúcia Schaedler</i>	130



PREFÁCIO

Este livro é resultado do “Prêmio de Extensão Universitária” que tem por objetivo valorizar atividades que têm consolidado o conceito de Extensão Universitária, que orienta as ações de Extensão e Cultura na Universidade Estadual de Ponta Grossa, qual seja: *Extensão é um processo educativo, cultural e científico que se articula com o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade*. O “Prêmio de Extensão Universitária” no ano de 2015 foi composto por “Prêmio Personalidade Extensionista”, “Prêmio Extensionista” e “Prêmio Jovem Extensionista”. A entrega do prêmio aconteceu durante a Abertura do 13º CONEX, evento de extensão da PROEX, realizada no dia 08 setembro de 2015 no Cine Teatro Pax, na cidade de Ponta Grossa - Paraná.

Prêmio Personalidade Extensionista

O “Prêmio Personalidade Extensionista” objetiva a valorização e o reconhecimento Institucional de docentes e agentes universitários da UEPG, que atuaram em ações extensionistas, durante sua vida profissional na execução de ações de extensão nas diversas localidades atendidas pela UEPG. A Personalidade Extensionista é homenageada com a entrega de um Diploma de Honra ao Mérito Extensionista em reconhecimento aos serviços prestados e de um Troféu que leva seu nome. Este troféu, com a denominação da Personalidade Extensionista Homenageada também é entregue aos vencedores do “Prêmio Extensionista do Ano” e do “Prêmio Jovem Extensionista”. No ano de 2015 a Personalidade Extensionista homenageada foi

Ana Maria Salles Rosa Solak.

Prêmio Extensionista

O “*Prêmio Extensionista*” tem por objetivo dar maior visibilidade às ações da extensão desenvolvidas pela comunidade extensionista da UEPG, e é destinado a professores e agentes universitários que se destacarem em ações de extensão. A indicação dos candidatos ao Prêmio Extensionista 2015 foi feita pelos Setores de Conhecimento da UEPG. Foram indicados ao Prêmio Extensionista do ano de 2015: **Alessandro Nogueira** (Departamento de Engenharia de Alimentos), indicado pelo Setor de Ciências Agrárias e de Tecnologia por sua atuação no projeto de extensão: “Escola tecnológica de leites e queijos dos campos gerais”.

Cleide Lavoratti (Departamento de Serviço Social), indicada pelo do Setor de Ciências Sociais Aplicadas por sua atuação no projeto de extensão: “Fortalecimento do sistema de garantias dos direitos”.

Ednéia Peres Machado (Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas) indicada pelo do Setor de Ciências Biológicas e da Saúde por sua atuação no projeto de extensão: “Projeto Prevenção e educação em saúde na atenção à saúde da mulher: coleta de exame papanicolaou”.

Elizangela dos Santos Meza (Departamento de Matemática), Setor de Ciências Exatas e Naturais por sua atuação no projeto de extensão: “Olimpíadas de matemática: promovendo a inclusão social e ajudando a mudar o cenário da educação”.

Luiz Fernando de Souza (Departamento de Turismo), indicado pelo do Setor de Ciências Sociais Aplicadas por sua atuação no projeto de extensão: “Pesquisa e competitividade para a ordenação territorial do Turismo”.

Mareci Mendes de Almeida (Departamento de Engenharia de Alimentos), indicada pelo Setor de Ciências Agrárias e de Tecnologia por sua atuação no projeto de extensão: “Novos talentos”.

Maria Salete Marcon Gomes Vaz (Departamento de Informática), indicada pelo Setor de Ciências Agrárias e de Tecnologia por sua atuação no projeto de extensão: “Transformar: ações extensionistas nas entidades sociais”.

Mario Augusto Cray da Costa (Departamento de Medicina), indicado pelo do Setor de Ciências Biológicas e da Saúde por sua atuação no projeto de extensão: “Diagnóstico da saúde ocular e acuidade visual em crianças das instituições sociais da cidade de Ponta Grossa”.

Marta Lúcia Schaedler (Departamento de Contabilidade), indicada pelo do Setor de Ciências Sociais Aplicadas por sua atuação no projeto de extensão: “Programa Bom Negócio Paraná – PBNP – Cursos de capacitação e consultorias a micro, pequeno, médio e informais empreendedores – Núcleo UEPG”.

Vânia Aparecida Oliveira Queiroz (Departamento de Odontologia), indicada pelo do Setor de Ciências Biológicas e da Saúde por sua atuação no projeto de extensão: “Participação acadêmica no banco de dentes humanos da UEPG”.

Prêmio Jovem Extensionista

O “Prêmio Jovem Extensionista” busca dar visibilidade às Ações de Extensão e Cultura a participação de acadêmicos nos programas e projetos em execução atualmente na UEPG. A indicação dos candidatos ao Prêmio Jovem Extensionista foi feita pelos Setores de Conhecimento da UEPG. Foram indicados ao Prêmio Jovem Extensionista no ano de 2015

Ana Elisa Ribeiro (Odontologia), indicada pelo do Setor de Ciências Biológicas e da Saúde por sua atuação no projeto de extensão: “Fortalecendo a estratégia saúde da família de Ponta Grossa, com foco na gestão da clínica e o cuidado integral nos ciclos de vida”.

Carolina Teixeira Silveira (Engenharia de Alimentos), indicada pelo Setor de Ciências Agrárias e de Tecnologia por sua atuação no projeto de extensão: “PROENGEM: engemedio: interação engenharias UEPG-ensino médio”.

Elizane Nascimento (Serviço Social), indicada pelo Setor de Ciências Sociais Aplicadas por sua atuação no projeto de extensão: “Saúde e cidadania: recriando a realidade social, e Fortalecendo a estratégia saúde da família de Ponta Grossa, com foco na gestão da clínica e o cuidado integral nos ciclos de vida”.

Heder Luiz Martins Júnior (Engenharia de Computação), indicado pelo Setor de Ciências Agrárias e de Tecnologia por sua atuação no projeto de extensão: “PROENGEN: engemedio: interação engenharias UEPG-ensino médio”.

Lucas Vieira Werner (Engenharia da Computação), indicado pelo Setor de Ciências Agrárias e de Tecnologia por sua atuação no projeto de extensão: “Transformar: ações extensionistas nas entidades sociais”.

Marcos Vinicius de Souza Pereira (Odontologia), indicado pelo Setor de Ciências Biológicas e da Saúde por sua atuação no projeto de extensão: “Nós na rede: contribuições da odontologia para a educação popular e prevenção em saúde”.

Moisés Fernando de Andrade (Medicina), indicado pelo Setor de Ciências Biológicas e da Saúde por sua atuação no projeto de extensão: “Acompanhamento dos pacientes do ambulatório de angiologia e cirurgia vascular da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa”.

Ruliane Aparecida Pinto da Silva (Ciências Contábeis), indicada pelo Setor de Ciências Sociais Aplicadas por sua atuação no projeto de extensão: “Programa Bom Negócio Paraná – PBNP – Cursos de capacitação e consultorias a micro, pequeno, médio e informais empreendedores – Núcleo UEPG”.

Os premiados no ano de 2015 foram:

Personalidade Extensionista homenageada

Ana Maria Salles Rosa Solak.

Prêmio Extensionista

1º Lugar: **Marta Lúcia Schaedler**

2º Lugar: **Cleide Lavoratti**

3º Lugar: ***Luiz Fernando de Souza***

Prêmio Jovem Extensionista

1º Lugar: ***Moisés Fernando de Andrade***

2º Lugar: ***Elizane Nascimento***

3º Lugar: ***Carolina Teixeira Silveira***

LIZA HOLZMANN

SILVIO LUIZ RUTZ DA SILVA

Organizadores



LIZA HOLZMANN
SILVIO LUIZ RUTZ DA SILVA

**CARACTERIZAÇÃO DA EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE PONTA GROSSA NO
PERÍODO DE 2000-2013**



1. INTRODUÇÃO

Na Universidade Estadual de Ponta Grossa a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais tem pautado sua ação de modo a estruturar o processo avaliativo da extensão, incrementando a participação do docente, do agente universitário, do discente e da comunidade em um processo que busca aprimorar o desenvolvimento da competência profissional e a formação cidadã comprometida com as demandas sociais por meio da flexibilização curricular favorecendo a indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Tal posicionamento resulta do entendimento de que para a extensão universitária cabe um importante papel na promoção da interação e da troca de saberes entre a comunidade universitária e a sociedade. Segundo Paula (2013), isso decorre das características da extensão:

“Por sua natureza intrinsecamente interdisciplinar, seja pelo fato de se realizar, em grande medida, além das salas de aulas e dos laboratórios, seja pelo fato de estar voltada para o atendimento de demandas por conhecimento e informação de um público amplo, difuso e heterogêneo, por tudo isso, talvez, as atividades de extensão não têm sido adequadamente compreendidas e assimiladas pelas universidades”. (p.5- 6)

As dificuldades da extensão universitária decorrem, em razão da área se colocar questões complexas que resultam de suas implicações político-sociais que exigem postura intelectual aberta à inter e à transdisciplinaridade, de tal modo que se valorize o diálogo e a alteridade. Para Paula (2013, p. 6) a extensão universitária conduz a universidade no aprofundamento de seu papel de produzir transformação social por meio da produção e da transmissão

de conhecimento aos seus efetivos destinatários. Para o autor:

“É tarefa da universidade para a sociedade, dialogar com ela, tentar responder às suas demandas e expectativas, reconhecer a sociedade, em sua diversidade, tanto como sujeito de direitos e deveres, quanto como portadora de valores e culturas tão legítimos quanto aqueles derivados do saber erudito. É tarefa da extensão construir a relação de compartilhamento entre o conhecimento científico e tecnológico produzido na universidade e os conhecimentos de que são titulares as comunidades tradicionais. É tarefa da extensão a promoção da interação dialógica, da abertura para alteridade, para a diversidade como condição para a autodeterminação, para a liberdade, para a emancipação”. (PAULA, 2013, p.20).

Os inegáveis avanços da extensão universitária no Brasil deveram-se, em muito, ao Fórum de Pró-Reitores da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), sendo uma contribuição decisiva deste fórum a afirmação do caráter da extensão universitária para a plena realização dos objetivos centrais da universidade. Criado em 1987, o FORPROEX foi decisivo na construção da política de extensão no que se refere ao estabelecimento dos conceitos da extensão universitária, e mais recentemente no esforço para a construção de instrumentos de avaliação e acompanhamento de ações de extensão.

O FORPROEX, desde seu início, vem estabelecendo as diretrizes para a atuação da extensão universitária explicitando que a extensão universitária se constitui em uma exigência sem a qual a universidade fica aquém de suas possibilidades e responsabilidades (PAULA, 2013).

A partir da consolidação do FORPROEX, tem-se tornado mais visível que a extensão universitária deve ter sua ação voltada para a relação dialógica com a sociedade. Além disso, a extensão universitária tem também uma importante função interna na universidade. Trata-se, essencialmente, de ver a extensão

universitária como uma cultura, como uma prática, como um compromisso, indispensáveis à plena realização da universidade, constituindo-se como instrumento de fortalecimento do papel da universidade na sociedade. Para Reis (1996):

“... a extensão universitária, no Brasil, vem apresentando duas linhas de ação. A primeira está centrada no desenvolvimento de serviços e na difusão da cultura e promoção de eventos, daí sua denominação de eventista-inorgânica; a segunda denominada de processual-orgânica está voltada às ações, com caráter de permanência, presentes no processo formativo (ensino) do aluno, bem como na produção do conhecimento (pesquisa) da universidade.” (p. 42)

Para Costa (2014) é necessário que nas universidades, estabeleça-se a discussão acerca das concepções da extensão universitária de modo que se compreenda o sentido da concepção de extensão universitária como primeiro passo na construção e adoção de políticas na área e na normatização das ações.

A extensão na universidade brasileira hoje compreende uma série de ações e processos marcados pela diversidade; convivência de propostas tradicionais: prestação de serviços à comunidade; propostas desenvolvimentistas: utiliza-se da inovação científica.

Para uma melhor reprodução da realidade vigente; e propostas com perspectivas transformadoras: quanto à metodologia e quanto aos resultados (REIS, 1994).

As ações de extensão, conforme o FORPROEX, estão classificadas em cinco modalidades: programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços e oito áreas temáticas: comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho, além das cinquenta e três linhas de extensão definidas no plano nacional (PNEU, 2012).

Segundo Da Costa (2014) a avaliação da extensão universitária pode-se

dar segundo suas dimensões e de acordo com as fontes de informação, podendo ser organizado em três perspectivas, correspondentes a domínios habituais de avaliação os quais sejam: concepções de extensão universitária; realizações na área de extensão universitária; e impactos das atividades de extensão universitária.

Neste trabalho apresentamos estudo, que diz respeito às realizações na área de extensão, resultado da preocupação em aprimorar e ou aprofundar a avaliação da relação da universidade com a comunidade por meio das ações de extensão. Trata-se de uma pesquisa quantitativa por meio de um a análise documental como instrumento para a coleta de dados dentro de seu contexto real, a fim de identificar as ações de extensão e as regiões onde se realizaram, a partir dos relatórios de projetos, programas, cursos e eventos. Dessa forma, buscou-se analisar os números da extensão universitária na UEPG, para que a partir dos dados levantados possa-se estabelecer alguns critérios para o direcionamento da extensão na UEPG a partir das demandas regionais.

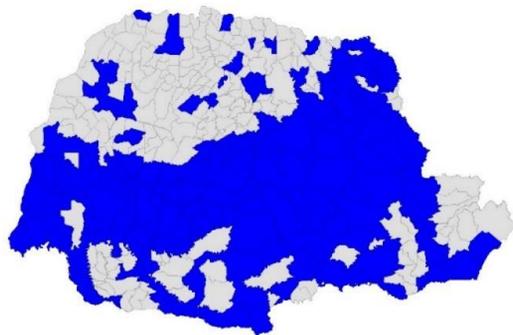
2. O PANORAMA DA EXTENSÃO NA UEPG

Apresentamos na sequência os dados quantitativos das realizações na área de extensão desenvolvidas e registradas na Diretoria de Extensão Universitária da Universidade Estadual de Ponta Grossa (DEU-PROEX). Este estudo apresenta dados relacionados aos projetos, programas, cursos e eventos cadastrados na DEU-PROEX para o período compreendido entre 2000–2013. As principais fontes informativas utilizadas foram os relatórios apresentados em formulários próprios pelos coordenadores de projetos e programas de extensão.

Na figura 1 apresentamos a relação de distribuição dos projetos e

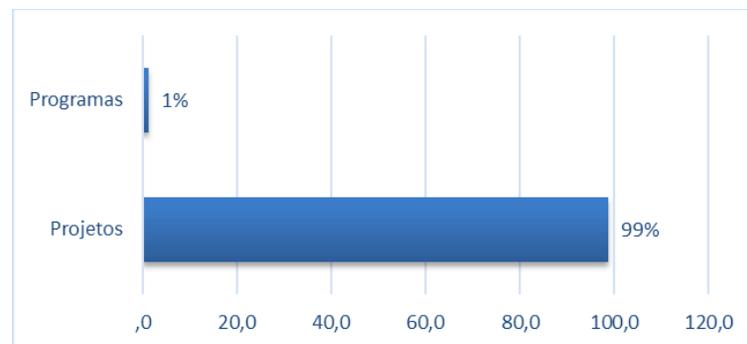
programas pelos municípios onde essas ações são desenvolvidas, onde se observa que há uma abrangência que vai muito além da região de abrangência socioeconômica da UEPG atingindo-se as demais regiões do estado do Paraná. Do total de quatrocentos e um municípios paranaenses, foram desenvolvidas atividades de extensão em cento e noventa e sete o que corresponde a 48,4% dos municípios paranaenses.

Figura 1 – Distribuição espacial de projetos e programas no período de 2000-2013.



Fonte: LAGES, 2015.

Figura 2 – Relação entre projetos e programas no período de 2000-2013

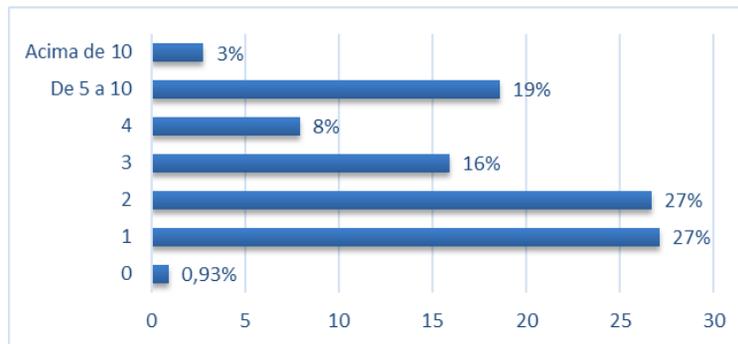


Fonte: LAGES, 2015.

Na Figura 3 temos a distribuição de docentes por projetos e ou programas. É possível observarmos que de um a dois docentes/projeto-

programa corresponde a 54 %, três docentes participam de 16% e quatro docentes de 8% dos projetos-programas. Ainda 19% dos projetos-programas tem de cinco a dez docentes e 3% mais de dez.

Figura 3 - Número de docentes por projetos-programas no período de 2000-2013.

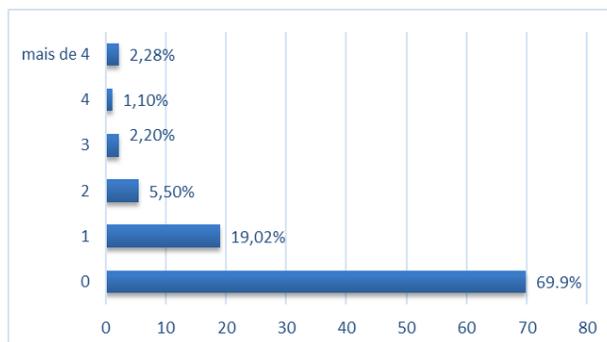


Fonte: LAGES, 2015.

Na Figura 4 temos o indicativo de técnicos e agentes administrativos envolvidos em projetos-programas de extensão. Pelo gráfico, temos que a maioria dos projetos-programas, 69%, não contam com a participação dos técnicos e agentes administrativos. Ainda 19% dos projetos contam com pelo menos um, 5,5% com dois, 2,2% com três, 1,1% com 4 e 2,28% com mais de quatro técnicos e agentes administrativos.

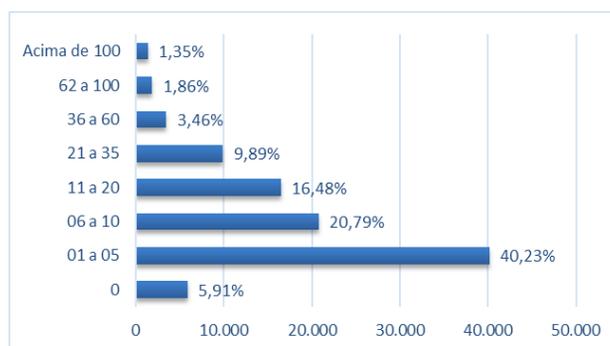
O número de discentes por projeto-programa é apresentado na figura 5, onde observa-se que a participação de um a cinco acadêmicos se dá para 40,23% desses. A participação é de seis a dez alunos para 20,79% dos projetos-programas, de onze a vinte alunos para 16,48%, de vinte e um a trinta e cinco em 9,89%, de trinta e seis a sessenta em 3,46%, de sessenta e dois a cem para 1,86% e de mais de cem em 1,35%.

Figura 4 - Número de técnicos por projetos-programas no período de 2000-2013.



Fonte: LAGES, 2015.

Figura 5 - Número de discentes por projeto-programa no período de 2000-2013.



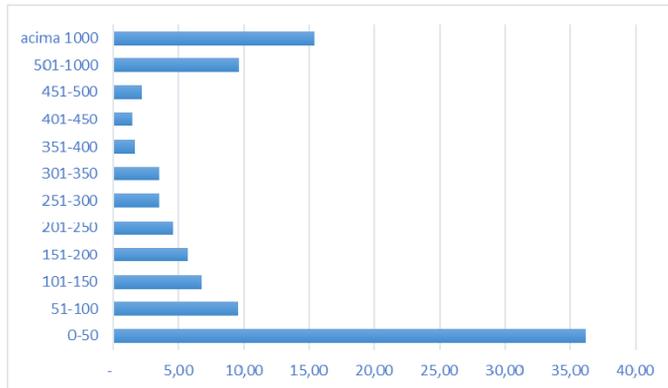
Fonte: LAGES, 2015.

Na Figura 6 temos a média de população atendida por projeto-programa. O predomínio é de projetos-programas com população atingida de até cinquenta pessoas correspondendo a 36,19 % das ações. Também é considerável a quantidade de projetos que atingem público superior a mil pessoas, o que corresponde a 15,38% dos projetos-programas.

Na Figura 7 apresentamos a evolução do número de projetos e programas por ano no período de 2000-2013. É possível observar que existe uma tendência exponencial de crescimento do número de novos projetos e

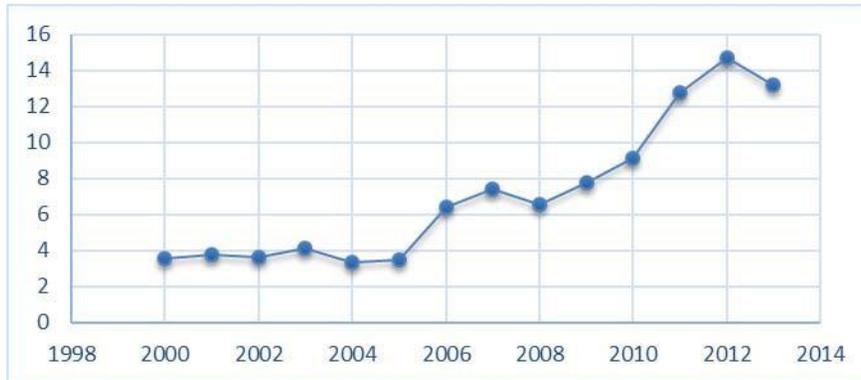
programas com os anos, equivalente a uma evolução de média de 4 projetos-programas novos em 2000 para 13 no ano de ano de 2013.

Figura 6 - População atingida por projetos e programas em porcentagem (%) no período de 2000-2013.



Fonte: LAGES, 2015.

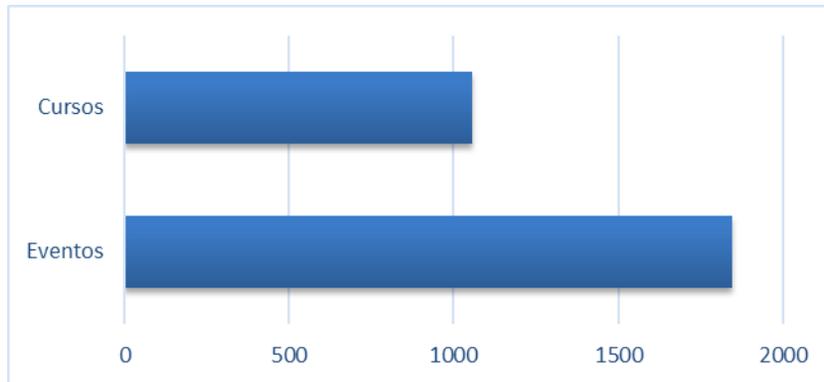
Figura 7 – Evolução do número de projetos e programas por ano no período de 2000-2013.



Fonte: LAGES, 2015.

Nas atividades de extensão cursos e eventos é mostrada na Figura 8, que um mil e cinquenta e oito pessoas participaram de cursos de extensão e um mil oitocentos e quarenta e oito de eventos de extensão.

Figura 8 – Número de pessoas atingidas por cursos e eventos no período de 2000-2013.



Fonte: LAGES, 2015.

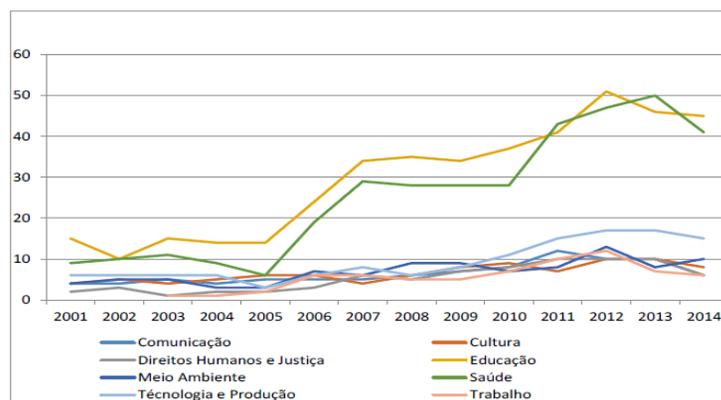
O conjunto de atividades de extensão universitária na UEPG é significativa como demonstrado nos números obtidos a partir dos relatórios. Tais números colocam em evidência um vasto conjunto de ações de extensão realizadas pelas por professores, agentes universitários e acadêmicos. Os relatórios listam muitas centenas de atividades de extensão, assim como enunciam objetivos e metas das mesmas. A quantidade e a relevância dessas atividades, assim como o fato de sua generalidade de envolvimento, onde se observam múltiplas vertentes, são aspetos que representam, por si só, um traço muito positivo e também merecedor de destaque.

Nesse conjunto de ações extensionistas os projetos, programas, cursos e eventos focam principalmente em atividades que, em termos muito sintéticos, se poderiam classificar como de: difusão de conhecimento; divulgação científica; difusão cultural e artística; cursos de extensão; apoio a educação básica e profissional; assessoria, consultoria e prestação de serviços técnicos; ação cívica e social; comunicação pública.

A intensidade e a abrangência dessas ações são variáveis, porém no

detalhe, apresentam particularidades onde é possível encontrar não só pluralidade de domínios da atividade, mas também diversidade de perfis de participantes, ainda que alguns desses perfis careçam de maior intensidade. Não obstante, no geral, a maioria das atividades realiza-se, no conjunto das oito áreas da extensão, definidas no plano nacional de extensão universitária como ilustra a Figura 9. Pela Figura 9 vemos que há um predomínio de ações nas áreas de educação e saúde enquanto que nas demais áreas há um equilíbrio.

Figura 9 - Número de projetos por áreas temáticas da extensão universitária no período de 2000-2014.



Fonte: LAGES, 2015.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os números apresentados correspondem a um resultado significativo, pelo que se justifica destacar que os impactos da extensão, referem-se a: formação de profissionais qualificados que vão atuar nos mais diversos setores da sociedade; resposta a demandas socioeconômicas através de transferência de conhecimento, envolvendo com frequência, parcerias com empresas e outras organizações; e o desenvolvimento de ações junto a serviços de

saúde, jurídicos, educativos e outros.

Cabe ainda o registro de alguns problemas identificados a partir da informação disponível, sobre questões que envolvem de maneira interligada concepção, realização e impacto de ações de extensão. Tanto quanto possível enunciam-se algumas sugestões de melhoramento e aprofundamento relativos a esses problemas como por exemplo a adoção de medidas no sentido de aprofundar na UEPG as concepções acerca da relevância da extensão na universidade contemporânea e da pertinência da sua articulação com o ensino e a pesquisa, de modo a se traduzir mais efetivamente essas concepções em práticas da extensionistas com maior efetividade quanto a concepção, realização e impacto.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, R. P. S. e STRACINI, M. M. (2016). Uma reflexão crítica sobre a extensão universitária da UNIFESP: uma análise teórico-metodológica a partir da experiência dos programas e projetos de extensão cadastrados na Pró-reitoria de Extensão entre 2009-2013. In: **Anais V Jornadas de Extensión del Mercosur**. V Jornadas de Extensión del Mercosur, Tandil, Buenos Aires, 19 y 20 de Mayo de 2016. Disponível em: <extension.unicen.edu.ar/jem/completas/54.pdf>. Acesso em maio de 2016.

COSTA, M. do S. L. (2014). Relação entre universidade e sociedade: a extensão universitária por meio de documentos da UFVJM: ações e concepções. In: **Anais do 11º Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste**. 11º Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste, São João del Rei, 12 a 15 de outubro de 2014. Disponível em: <<https://anpedsudeste2014.wordpress.com/anais/>>. Acesso em maio de 2016.

DA COSTA, A. F. (2014). **Avaliação sobre a Cultura e Extensão Universitária da USP – 2010-2014**. Disponível em: <<http://www.usp.br/gvr/wpcontent/uploads/sites/17/2016/04/Relat%C3%B3rio-de-Avalia%C3%A7%C3%A3o-Institucional-2010-2014-Cultura-e-Extens%C3%A3o.pdf>>. Acesso em maio de 2016

DALBEN, Â. I. L. de F. e VIANNA, P. C. de M. (2008). Gestão e avaliação da extensão universitária: a construção de indicadores de qualidade. **Interagir: pensando a extensão**, Rio de Janeiro, n.13, jan-dez. p. 31-39 PAULA, J. A. de. (2013). A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão**, v. 1, n.1, jul-nov. p. 05-23.

LAGES, A. R.. (2015). **Relatório quantitativo das ações de extensão na Universidade Estadual de Ponta Grossa no período de 2000 a 2013**. DEU-PROEX, Ponta Grossa, 2015.

PNEU (2012). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, maio 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em maio de 2016

REIS, R. H. dos. (1996). Histórico, tipologias e proposições sobre a extensão universitária no Brasil. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 2, n.2, p. 41-47.



ALESSANDRO NOGUEIRA
IVO MOTTIN DEMIATE
MARINA TOLENTINO MARINHO
RENATA DINNIES SANTOS SALEM

**ESCOLA TECNOLÓGICA DE LEITE E
QUEIJOS DOS CAMPOS GERAIS**



1. O MERCADO DE QUEIJO

O queijo, principal produto lácteo, é um importante alimento na dieta humana e, como consequência, na economia de vários países, principalmente os europeus que apresentam uma cultura milenar na arte de fabricação, na diversificação e nas formas de consumo.

Em 2008, a produção mundial de queijos foi de 14,0 milhões de toneladas e apenas cinco anos depois, em 2013, a produção atingiu 21,3 milhões de toneladas, um aumento de 34% (FAOSTAT, 2016). Os Estados Unidos da América são o maior produtor de queijos, com aproximadamente 5,4 milhões de toneladas em 2013, ou seja, mais de um quarto da produção mundial. Na França e Itália, países milenares na produção de queijos, o consumo é de aproximadamente 25 quilogramas *per capita* ano, enquanto em toda a Europa a média é de 20 quilogramas (CARVALHO; VENTURINI; GALAN, 2015).

No Brasil, o hábito de consumir queijos é recente, e concentrado principalmente em queijos frescos denominados de convencionais (prato, muçarela, colonial e requeijão) que correspondem a aproximadamente 70% do mercado nacional de queijos. Em relação ao consumo *per capita* o valor é de aproximadamente 5,1 kg enquanto na Argentina esse valor é de 11 kg (FAOSTAT, 2016). O baixo consumo de queijos no Brasil está associado à má distribuição de renda e à falta de campanhas de *marketing* mostrando o queijo como um alimento importante para uma dieta equilibrada.

Entretanto, o cenário do queijo no Brasil tem apresentado modificações positivas. As grandes redes de varejo alimentício têm reduzido espaço no mercado para queijos clandestinos e aumentado o dos produtos fabricados conforme as normas do Serviço da Inspeção Federal (SIF). Há crescimento acelerado na

demanda de queijos para a elaboração de pratos congelados e lanches, uma vez que esses são produtos que têm apresentado intenso crescimento de demanda no Brasil. Os queijos convencionais e os queijos processados foram as duas classes que impulsionaram o crescimento do setor no Brasil, com 30 e 40%, respectivamente, no período de 2003 a 2007 (DENDER, 2006; ABIQ, 2007).

Pelas estimativas da Mintel (Agência de Inteligência de Mercado), o consumo *per capita* de queijos no Brasil deverá alcançar 8,0 quilogramas, em média, em 2017, depois de ter avançado 76% entre 2005 e 2013, um avanço de 8 a 9% ao ano, em média. Em 2014, a produção alcançou 1,199 milhões de toneladas. Estima-se que 65% da produção de queijos nacionais seja realizada por empresas certificadas pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (CARVALHO et al., 2015).

Nos últimos dez anos, observa-se um aumento significativo da oferta de queijos finos ou especiais, até então pouco explorados, em função da falta de hábito de consumo e da falta de profissionais conhecedores da tecnologia de fabricação. Esta classe de queijos representa 6,3% da produção nacional, sendo representada principalmente pelos queijos conhecidos popularmente como Parmesão, Emental e outros tipos suíços, Camembert e Brie¹. O preço desses queijos é elevado, ficando o consumo restrito a determinadas classes sociais com maior poder aquisitivo. Porém o consumo destes produtos apresenta-se interessante e motivador aos empresários do ramo de laticínios. Em 2006, os queijos finos apresentaram 23 % de aumento de produção, fato observado pela demanda de consumidores com maior poder aquisitivo que realizam viagens internacionais e assim conhecem novos produtos (ABIQ, 2007). Além disso, o

¹ Estes queijos possuem denominações de origem controladas estabelecidas legalmente pelos seus respectivos países de origem. Portanto, os queijos “tipo” apresentam uma aparência semelhante, mas são diferentes sensorialmente dos originais e deveriam ser denominados com nomes diferentes.

brasileiro está interessado e curioso por novos produtos e sabores e os queijos finos se enquadram perfeitamente nesta situação (CARVALHO et al., 2015; MARINHO et al., 2015a). Desta forma, a fabricação de queijos finos pode incluir modificações e adaptações de processos para que a qualidade sensorial atenda a preferência do consumidor nacional.

2. A ETLQueijos

O projeto da Escola Tecnológica de Leite e Queijos dos Campos Gerais (ETLQueijos) (<http://www.uepg.br/departamentos/deengalim/queijos/>) foi uma iniciativa do Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretária de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e da Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em Cooperação com o governo da Região de Rhône-Alpes da França.

A ETLQueijos está vinculada ao Departamento de Engenharia de Alimentos (DEA) da UEPG, *campus* de Uvaranas, na cidade de Ponta Grossa (PR). Esta localização foi estratégica por duas razões: a primeira por estar inserida em uma importante bacia leiteira do Estado do Paraná, onde o leite é considerado o de melhor qualidade do Brasil (DYCK et al., 2014), sendo ideal para a fabricação de queijos finos; e a segunda por estar vinculada a um Curso de Graduação em Engenharia de Alimentos e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Cursos de Mestrado e Doutorado.

Esta Escola tem como objetivo geral a formação e capacitação de alunos de graduação e pós-graduação, produtores de leite e queijos, funcionários de cooperativas e indústrias do setor de lácteos na tecnologia de fabricação de queijos, com ênfase em queijos finos. Para alcançar esta meta foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: *Formar* recursos humanos em nível de graduação e pós-graduação; *Formar e capacitar* profissionais habilitados para trabalhar no setor de lácteos; *Formar e capacitar* profissionais para trabalhar com queijos finos e/ou

maturados; *Resolver* problemas técnicos no processamento de queijos finos; *Apresentar* trabalhos em eventos científicos regionais, estaduais, nacionais e internacionais; *Melhorar* a qualidade de ensino e pesquisa dos alunos de graduação e de pós-graduação.

3. METODOLOGIA DE TRABALHO

3.1. Matéria-prima

O leite utilizado como matéria-prima para a elaboração dos queijos é proveniente principalmente de vacas da raça Holandesa da “Fazenda Escola Capão da Onça”, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, localizada na estrada Ponta Grossa/Itaiacoca, km 07. Além disso, são utilizados leites de vacas das raças Jersey e Pardo Suíço fornecidos por produtores da região; leite de búfala, fornecido pelo Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR -Lapa, PR) e leite de cabra adquirido de um produtor do distrito de Calógeras (Arapoti, PR). A cada recepção são realizadas análises de controle de qualidade na matéria-prima (AOAC, 1995) e as análises de contagem de células somáticas e contagem bacteriana são realizadas pela Associação Paranaense dos Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (APCBRH) em Curitiba (PR).

3.2. A infraestrutura e o processamento

A ETLQueijos possui uma linha de processamento de queijos (Figura 1) instalada no “Prédio do Leite”, onde funciona a ETLQueijos e o Centro Mesoregional de Excelência em Tecnologia do Leite (CMETL). Os equipamentos são confeccionados em aço inox (AISI 304), material de fácil higienização, que não transfere sabor ou odor ao alimento e é resistente à corrosão (Figura 1). Todos os equipamentos e utensílios da planta piloto da ETLQueijos estão descritos por Nogueira e Demiate (2012).

Nos dias em que é realizado o processamento de queijo (módulos do Curso de Extensão em Fabricação de Queijos, atividades de pesquisa/extensão, aulas práticas para cursos de graduação e pós-graduação), a equipe de apoio, que consiste de alunos de graduação e de pós-graduação, no total de aproximadamente 10 estudantes (em cada edição do curso), se reúne sob a supervisão dos coordenadores e/ou professor responsável. Estes alunos colocam a vestimenta limpa e adequada (bota, toca e jaleco) e antes de chegar o leite, todo o ambiente de processamento bem como equipamentos e utensílios são higienizados tomando como base as normas de Boas Práticas de Fabricação (Portaria 368 de 04/09/1997 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA) e os procedimentos de limpeza e sanitização da planta (FORSYTHE, 2002; GERMANO; GERMANO, 2003); utensílios e câmaras frias contam com protocolos descritos em procedimentos operacionais padronizados (POP's) de acordo com as normas PPHO (Procedimentos Padrão de Higiene Operacional) descritas na Resolução 10 de 22/05/2003 do MAPA (NOGUEIRA; DEMIATE, 2012).

Figura 1. Infraestrutura da linha de processamento de queijos da ETLQueijos.



Após a higienização, teste dos equipamentos e preparo dos utensílios e aditivos, pode ser iniciado o processo. Após a recepção do leite (volume definido pelo professor de cada módulo) este é pasteurizado em pasteurizador a placas por 15 segundos à temperatura de 72 °C, com o objetivo de eliminar micro-organismos presentes naturalmente no leite e eventuais patógenos. Nessa etapa há um rígido controle do binômio tempo - temperatura para garantir a eficiência do tratamento térmico. Na sequência, o leite pasteurizado é resfriado à temperatura de 32-37 °C, dependendo do tipo de queijo a ser produzido, para que seja adicionada a cultura láctica de interesse, (culturas mesófilas, termófilas ou mistas – Chr-Hansen/Danisco/Coalhopar). Aguardam-se 30 minutos para adaptação da cultura e pré-acidificação do leite (quando necessário) e em seguida adicionam-se 40 mL/100 L de leite de solução 50 % (p/v) de cloreto de cálcio (Coalhopar) e coalho enzimático na proporção de 1,6 g/100 L de leite (Chr-Hansen) (Figura 2A). Após 45 minutos, o leite coagulado é cortado utilizando-se liras específicas (Figura 2B) e submetido à mexedura até atingir o ponto da massa, processo específico para cada tipo de queijo (massa cozida, semi-cozida, filada ou crua). Na sequência, quando a massa atinge o ponto, é colocada em formas previamente higienizadas e sanitizadas, próprias para cada tipo de queijo (Figura 2D). As etapas de prensagem (peso, tempo), salga em salmoura (tipo, concentração e tempo) e maturação (tempo, temperatura, umidade relativa) irão depender do tipo de queijo a ser produzido (NOGUEIRA; DEMIATE, 2012; SEBRAE/EMBRAPA, 2003; SCOTT, ROBINSON, WILBEY, 2002; FOX et al., 2000; ALBUQUERQUE, 2003; BRASIL, 1996, 2002).

Figura 2. Aula prática de processamento de queijos.

(A) Aula prática sobre processamento de queijo recoberto com mofo branco



(B) Corte da massa



(C) Dessoragem



(D) Enformagem

3.3. Avaliação da qualidade física, química e sensorial dos queijos

Os queijos após elaboração e durante o processo de maturação (quando aplicado) são monitorados pelas seguintes análises: acidez, pH, gordura, nitrogênio e proteína total, sólidos totais, cinzas (AOAC, 1995; IAL, 2008), nitrogênio solúvel em ácido tricloroacético 12% (AOAC, 1995), nitrogênio solúvel em pH 4,6 (BARBANO; LYNCH; FLEMING, 1991), índice de extensão e profundidade da maturação (De RENSIS; PETENATE; VIOTTO, 2009), teores de tirosina e triptofano (VAKALERIS; PRINCE, 1959), atividade de água (SCHLESSER et al., 1992), parâmetros de cor (Di MARZO et al., 2006) e perfil de textura (BERTOLINO et al., 2011) e perfil de aminoácidos. Em relação à análise sensorial podem ser realizados testes de

preferência, aceitação e intenção de compra com consumidores (MARINHO et al., 2015b) assim como testes com provadores previamente treinados. Além disso, podem ser realizadas análises microbiológicas tanto de monitoramento de micro-organismos de interesse quanto de patógenos.

3.4. Aulas teóricas

As aulas teóricas de mini-cursos e de cursos de extensão de longa duração, são ministradas em sala de aula da ETLQueijos/CMETL (50 lugares) a qual fica no mesmo prédio da planta piloto, onde os professores podem utilizar quadro negro e giz, e multimídia. Cada professor fica responsável pela montagem do material a ser repassado aos alunos em mídia digital (CD). Como suporte aos docentes foi montada uma biblioteca com livros sobre queijos e temas correlatos, bem como vídeos (DVDs) sobre a fabricação de queijos.

4. RESULTADOS PRÁTICOS

4.1. Os cursos de extensão

A Extensão consiste na principal vocação da ETLQueijos perante a comunidade e o setor de lácteos. Em todos os cursos ofertados pela Escola, são ministradas aulas teóricas e práticas, para que os alunos tenham o máximo de informação e conhecimento para fabricar e desenvolver diferentes tipos de queijos com alta qualidade, tanto física, química e microbiológica quanto sensorial.

O curso de Extensão em Fabricação de Queijos (com cargas horárias entre 88 - 100 h) é a principal atividade da ETLQueijos. O curso é ministrado aos sábados a fim de facilitar a participação dos profissionais da área. Todavia, outros cursos de curta duração podem ser oferecidos sob demanda, como por exemplo: Instalação da queijaria; Análises físico-químicas e microbiológicas em leites e queijos; Análise sensorial de queijos finos; Queijos de massa dura e semi-dura; Queijos convencionais; Queijos processados; Queijos recobertos com mofo branco; Queijos

maturados com *Geotrichum candidum*; Queijos de cabra; Queijos condimentados; Queijo de búfala; Queijos azuis; Principais defeitos em queijos; Valorização do soro e tratamento de resíduos e Embalagens para queijos.

Figura 3. Alguns queijos produzidos durante o curso e em atividades de pesquisa.



(A) Queijo duro



(B) Queijo com mofo branco



(C) Queijo condimentado



(D) Queijos maturados por *G. candidum*



(E) Queijos com olhaduras



(F) Queijo Boursin

No primeiro curso de extensão, foram realizadas 135 inscrições para 30 vagas. Os 30 selecionados correspondiam a 21 (vinte e um) municípios do Estado do Paraná. No segundo curso foram selecionados alunos de 13 (treze) municípios do Estado do Paraná, três do Estado de São Paulo e um de Santa Catarina. Na

terceira edição do curso participaram alunos de 14 municípios do Estado do Paraná e um de Santa Catarina. Nas demais edições a diversidade de municípios se manteve. Ao finalizar a sétima edição do curso, em 2015, um total de 178 pessoas provenientes de 70 municípios tinham sido capacitadas na área de queijos. Além destes, os ex-alunos da equipe de implantação de protocolos e auxílio na linha de processamento somam mais de 30 profissionais altamente qualificados para atuar no setor de derivados lácteos. Nos módulos envolvendo processamento de queijos, os quais foram divididos com base nas classificações dos mesmos, os alunos recebem toda a fundamentação necessária para sua fabricação. Durante o curso é enfatizado que os queijos finos agregam muito valor ao leite. Um exemplo é o queijo muçarela, que é vendido por aproximadamente R\$ 22,00/kg em comparação com o queijo recoberto por mofo branco (Tipo Camembert), que pode chegar a custar até R\$ 70,00/kg, sendo produzido e maturado em um período de apenas 12 dias. A procura por mão de obra qualificada para queijos finos é grande, e poucos locais no Brasil oferecem cursos de formação.

Após a fabricação os queijos são utilizados em degustação pelos próprios alunos para ajudar a criar um padrão de qualidade pessoal, porém o diferencial que vem sendo aplicado consiste na elaboração de diferentes pratos ou receitas com queijos finos para valorizar ainda mais o produto e utilizar isso como *marketing* no momento da venda do queijo. Para viabilizar essa etapa, o Laboratório de Panificação do Departamento de Engenharia de Alimentos da UEPG tem sido utilizado como uma cozinha pedagógica. Por exemplo, o queijo azul misturado com a mesma quantidade de manteiga se transforma em um patê cremoso que pode ser utilizado com qualquer tipo de pão. Na elaboração do queijo tipo Boursin cada aluno elabora o seu tempero com mistura de diferentes especiarias disponibilizadas no dia do curso, proporcionando discussões de aspectos positivos e negativos em termos sensoriais. O queijo tipo Reblochon, o mais consumido na Região francesa

de Rhône-Alpes, não agrada a todos em função de ser um queijo com sabor e aroma bem marcantes, porém quando é elaborado um prato denominado *tartiflette*, 100 % dos alunos aprovam o sabor e aroma do queijo. A elaboração de um prato utiliza muito mais queijo do que uma pessoa conseguiria consumir de forma *in natura*, ou seja, possibilita aumento das vendas. Isso é feito com maestria pelos franceses e deve ser explorado e utilizado pelas empresas brasileiras.

Vários professores da UEPG e de outras instituições já trabalharam ou trabalham nos cursos da ETLQueijos. No entanto, cabe destacar a participação de alunos da pós-graduação que desenvolvem projetos com a temática em queijos; eles aprendem a fazer o seu queijo de estudo e auxiliam nos cursos de extensão tanto na teoria quanto na prática. A experiência dos docentes e a infraestrutura disponível, possibilitam que as disciplinas sejam ministradas com alto nível de qualidade a todos os cursos de graduação que tem no eixo das tecnologias o processamento de produtos lácteos (Engenharia de Alimentos, Farmácia, Zootecnia e na Pós-graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos). Aproximadamente 60 alunos por ano recebem algum tipo de formação em produção de queijos o que corresponde a quase 500 alunos de graduação e pós-graduação nos sete anos de desenvolvimento do projeto. Cabe ressaltar que os cursos de curta duração para empresas e eventos têm um número superior a 50 participantes por ano. Este trabalho resulta na melhoria da formação e capacitação dos alunos e dos profissionais, o que, em médio prazo, afetará a qualidade dos queijos produzidos e comercializados em todo o Estado do Paraná.

4.2. O *Workshop* Internacional de Leite e Queijos

Faz parte do programa deste curso a realização do *Workshop* Internacional de Leite e Queijos, que terá sua oitava edição em 2016, montado conforme a demanda do setor. Na sua primeira edição o tema foi a qualidade do leite para

processamento de queijo, com palestrantes renomados da área e um professor da Região de Rhône-Alpes (França) que fez uma apresentação sobre o funcionamento da Escola Nacional de Produtos do Leite e da Carne (ENILV). Naquela primeira edição, participaram do evento 50 profissionais do setor de produtos lácteos. No segundo *Workshop* o tema foi sobre equipamentos, utensílios e aditivos para o processamento de queijos e participaram 155 profissionais, sendo que a palestra internacional foi proferida por um mestre queijeiro suíço que relatou aspectos técnicos sobre a sua formação na área de queijos na Europa. Com relação ao terceiro *Workshop*, participaram aproximadamente 100 pessoas entre profissionais do setor e empresas. O tema central foi o mercado de queijos, com palestra de abertura da Câmara de Comércio França-Brasil e do Escritório Internacional de Rhône-Alpes no Brasil, com o título “ETLQueijos – uma cooperação de sucesso”. Em todos os demais *Workshops* foram mantidos pelo menos uma palestra internacional. Cabe ressaltar que nas sete edições já realizadas se somam quase 1000 participantes. Os resultados gerados nos projetos de pesquisa são rapidamente repassados aos alunos durante o curso de fabricação de queijos ou através de palestras técnicas durante o *Workshop* e à comunidade acadêmica através de artigos técnico-científicos.

No *Workshop* é finalizado o curso de Extensão em Fabricação de Queijos. Os alunos que apresentam no mínimo 70 % de presença recebem um certificado do curso em cerimônia de formatura pelas mãos do Reitor João Carlos Gomes (2009 a 2012) e pelo Reitor Carlos Luciano Sant’Ana Vargas (2013 a 2015); porém o Professor João Carlos Gomes, como Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) sempre tentou estar presente, valorizando ainda mais o ato da formatura. Além do certificado, é entregue uma touca simbólica de “mestre queijeiro” com a logomarca da ETLQueijos, pelas mãos do(a) Coordenador(a) da Escola (Figura 4). Isto tem um efeito muito importante para os participantes, uma

vez que muitos têm apenas o ensino médio, e fica evidente a emoção de realizar um Curso de Extensão em uma Universidade e receber um certificado de conclusão das mãos do Reitor.

Figura 4. Cerimônia de formatura do Curso de Extensão em Fabricação de Queijos.



A - Formatura da turma do I Curso de Extensão em Fabricação de Queijos, entrega da toca da ETLQueijos e do Certificado (2009).



B - Formandos da turma do II Curso de Extensão em Fabricação de Queijos (2010).

4.3. Interação Pesquisa e Extensão

O Departamento de Engenharia de Alimentos, além do Curso de Graduação, também conta com um Curso de Mestrado Acadêmico em Ciência e Tecnologia de Alimentos e logo que a Escola iniciou as suas atividades foi implantada uma linha de pesquisa com queijos finos. Durante o período de funcionamento foram defendidas nove (9) dissertações de mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos na área de queijos. Além disso, os professores envolvidos na ETLQueijos desenvolvem pesquisa envolvendo alunos de graduação (iniciação científica) em conjunto com os alunos de mestrado e de doutorado (de outras IES). Estes alunos de pós-graduação e da iniciação científica participam da implantação protocolos e dos cursos de extensão ofertados anualmente a profissionais do setor de lácteos. Desta forma, os resultados de pesquisa são repassados rapidamente ao setor na forma de cursos de extensão. A cada edição do curso, portanto, novidades são

apresentadas. Estas atividades envolvendo a pesquisa e a extensão foram decisivas na aprovação, em 2015, do Doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos, conforme foi destacado pelos avaliadores da CAPES na avaliação do relatório trienal (2011-2013) do Curso de Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos. Esses alunos não desenvolvem apenas um projeto de pesquisa com aplicação prática, mas entram em contato direto com uma atividade extensionista. Após a implantação do doutorado, em 2015, (4) quatro teses sobre queijos estão em andamento.

Em termos de produção científica, no total foram sete artigos publicados (mais sete em redação, para submissão em 2016) e 15 resumos apresentados em eventos científicos nacionais e internacionais.

4.4. As parcerias

Foram estabelecidas parcerias com empresas do setor não apenas o de processamento de queijos, mas instituições de ensino e pesquisa, bem como outras entidades, com destaque para: Câmara de Comércio França-Brasil, Governo da Região de Rhône-Alpes (França), *École Nationale des Industries du Lait et de la Viand* (Enilv, França); Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná (SEAB), Secretária de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná (SETI); Instituto Internacional de Tecnología Industrial (INTI-Argentina) e empresas que fabricam e vendem equipamentos, utensílios, aditivos, micro-organismos, embalagens, formas e produtos para limpeza e sanitização de vários estados brasileiros.

4.5. O impacto social

Em conversa com egressos do Curso de Fabricação de Queijos, percebe-se de forma significativa uma melhoria na renda (salário e da empresa) em curto

prazo, melhor posicionamento na empresa, diversificação de produtos no laticínio, aumento e melhoria do controle de qualidade nas operações de fabricação de queijos, aumento da produção e implantação/adaptações de novas fábricas. Cinco dos nossos professores do Curso de Extensão em Fabricação de Queijos são ex-mestrandos, e atualmente estão matriculados em cursos de doutorado (Jéssica C. B. Ribeiro, Henrique Jaster, Anna Carolina Leonelli Pires de Campos, Paulo Ricardo Los e Priscila Judacewski). Além disso, a coordenadora da ETLQueijos (2015) Professora Marina Tolentino Marinho, defendeu em 2013 sua tese de doutorado com temática sobre queijo, desenvolvida em grande parte na ETLQueijos.

Este trabalho além de gerar resultados de pesquisa, tem um grande cunho extensionista tanto no repasse de informações quanto na qualificação dos participantes. Sendo assim, o conhecimento na agroindústria do queijo oferecido pela ETLQueijos pode ser repassado para pequenos, médios e grandes produtores de leite e de queijos, profissionais de nível superior tanto consultores quanto vendedores de insumos para os produtores de queijos, aperfeiçoamento de conhecimentos dos técnicos da vigilância sanitária, chefes de cozinha e *sommeliers*. O ciclo da Escola inicia-se com os pequenos produtores de queijo e fecha com os trabalhos de doutorado, envolvendo todos os níveis de aprendizado.

5. CONCLUSÕES

A ETLQueijos tem alcançado todos os objetivos propostos na sua criação e se consolidou como um projeto que gera a sua própria sustentabilidade financeira. Além disso, esta Escola aproximou de uma forma muito interessante a Universidade da Indústria, com aplicação da pesquisa e da extensão em conjunto, dentro das possibilidades da Universidade e dos docentes envolvidos. O reconhecimento das atividades da ETLQueijos em nível estadual e nacional serve de motivação aos

professores, funcionários e alunos para continuar o trabalho que vem sendo realizado.

REFERÊNCIAS

ABIQ. Associação Brasileira de Produtores de Queijos. **Informativos de 2007**.

ALBUQUERQUE, L. C. **Queijos no mundo: O leite em suas mãos**. Juiz de Fora - MG. EPAMIG: 2003. 128p.

AOAC - Association of Analytical Chemists. **Official methods of analysis of AOAC international**. 16th Ed. Washington: AOAC, 1995. 109p.

BARBANO, D. M.; LYNCH, J. M.; FLEMING, J. R. Direct and indirect determination of true protein content of milk by Kjeldahl analysis: collaborative study. *Journal of Association of Official Analytical Chemists*, p. 74-281, 1991.

BERTOLINO, M.; DOLCI, P.; GIORDANO, M.; ROLLE, L.; ZEPPA, G. Evolution of chemico-physical characteristics during manufacture and ripening of Castelmagno PDO cheese in wintertime. *Food Chemistry*, v. 129, p.1001–1011, 2011.

BRASIL. Portaria nº 146, de 07 de março de 1996. Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijos. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Gabinete do Ministro. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 de março de 1996. Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2015.

BRASIL. Instrução Normativa nº51, de 18 de setembro de 2002. Regulamentos Técnicos de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, do Leite tipo B, do Leite tipo C, do Leite Pasteurizado e do Leite Cru Refrigerado e o Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Gabinete do Ministro. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 de setembro de 2002. Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2015.

CARVALHO M. P.; VENTURINI, C. E. P.; GALAN, V. B. **As grandes oportunidades do mercado de queijo no Brasil**. Disponível em < <http://www.milkpoint.com.br> >. Acesso em: 10 nov. 2015.

DE RENSIS, C. M. V. B.; PETENATE, A. J.; VIOTTO, W. H. Caracterização físico-química, reológica e sensorial de queijos tipo Prato com teor reduzido de gordura. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, v. 29, p. 488–494, 2009.

DI MARZO, S.; DI MONACO, R.; CAVELLA, S.; ROMANO, R.; BORRIELLO, I.; MASI, P. Correlation between sensory and instrumental properties of Canestrato Pugliese slices packed in biodegradable films. *Trends in Food Science and Technology*, v. 17, p. 169–176, 2006.

DYCK, H. R.; VIEIRA, E. J.; SCHATNER, G.; DORNBUSCH, P.T.; FINGER, M. A. P.; FILHO, I. R. B. Levantamento epidemiológico da incidência de deslocamento de abomaso em bovinos leiteiros na região dos Campos Gerais no estado do Paraná. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia**, v.12, n. 3, p. 86, 2014.

DENDER, V. **Requeijão Cremoso e Outros Queijos Fundidos**. Fonte Comunicações e Editora, 2006. 392p.

FAOSTAT, Food Agriculture Organization of the United Nations. **Statistical database**. Disponível em <<http://faostat.fao.org/site/291/default.aspx>> . Acesso em: 9 jun. 2016.

FORSYTHE, S. J. **Microbiologia da segurança alimentar**. Porto Alegre: Artmed, 2002. 404p.

FOX, P. F.; MCSWEENEY, P. L. H.; COGAN, T. M.; GUINEE, T. P. **Fundamentals of cheese science**. Gaithersburg: Aspen, 2000. 587p.

GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. **Higiene e Vigilância Sanitária de Alimentos**. São Paulo: Varela, 2003. 655p.

INSTITUTO ADOLFO LUTZ. **Métodos físico-químicos para análise de alimentos**. 2 ed. São Paulo: Instituto Adolfo Lutz, 2008. 1017p.

MARINHO, M. T.; DOS SANTOS BERSOT, L.; NOGUEIRA, A.; COLMAN, T. A. D.; SCHNITZLER, E. Antioxidant effect of dehydrated rosemary leaves in ripened semi-hard cheese: A study using coupled TG–DSC–FTIR (EGA). **LWT-Food Science and Technology**, v. 63, n.2, p. 1023-1028, 2015a.

MARINHO, M. T.; ZIELINSKI, A. A. F.; DEMIATE, I. M.; DOS SANTOS BERSOT, L.; GRANATO, D.; NOGUEIRA, A. Ripened Semihard Cheese Covered with Lard and Dehydrated Rosemary (*Rosmarinus officinalis* L.) Leaves: Processing, Characterization, and Quality Traits. **Journal of Food Science**, v. 80, n. 9, p. 2045-2054, 2015b.

NOGUEIRA, A.; DEMIATE, I. M. Escola tecnológica de leite e queijos dos campos gerais: criação, funcionamento e perspectivas. **Revista Conexão UEPG**, v. 8, p. 118-129, 2012.

SCOTT, R.; ROBINSON, R. K.; WILBEY, R. A. **Fabricación de queso**. 2. ed. Zaragoza, ES: Acribia, 2002. 488p.

SEBRAE / EMBRAPA. **Leite de Cabra e Derivados - Iniciando um Pequeno Grande Negócio Agroindustrial**. Brasília: Embrapa, 2003. 164p.

SCHLESSER, J. E.; SCHMIDT, S.; SPECKMAN, J. R. Characterization of chemical and physical changes in *Camembert* cheese during ripening. **Journal of Dairy Science**, v.75, n.7, p. 1753-1760, 1992.

VAKALERIS, D. G.; PRINCE, W. V. A Rapid Spectrophotometric Method for Measuring Cheese Ripening. **Journal of Dairy Science**, v. 42, p. 264–276, 1959.



CLEIDE LAVORATTI

DIRCÉIA MOREIRA

MARISA MARQUES RIBEIRO

JOSÉ HENRIQUE GOES

MARJORY FURLAN RUEDA

AMANDA DE MELLO SILVA

LUANA CRISTINA DA LUZ

NATHANY MANOSSO

GABRIELLE CHRISTINE FERREIRA DE SOUZA

BRUNA GOMES XAVIER

**FORTALECENDO AS REDES
MUNICIPAIS DE ENFRENTAMENTO
ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NA REGIÃO DOS
CAMPOS GERAIS – PARANÁ**



1 – INTRODUÇÃO:

Para atender as complexas demandas do mundo contemporâneo especialmente as relacionadas à violência contra crianças e adolescentes, há uma necessidade cada vez maior de integração das políticas públicas, de constituição de redes de proteção que agreguem diferentes instituições e profissionais.

Com o objetivo de contribuir com a articulação das instituições que atuam no atendimento às vítimas de violência, em 2012 o Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR), em parceria com os cursos de Direito, Pedagogia e Psicologia iniciam um projeto de extensão para o “Fortalecimento do Sistema de Garantias dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes na região dos Campos Gerais (PR) – FORSGD”.

Inicialmente foi realizado um diagnóstico da situação da rede de proteção às crianças e adolescentes vítimas de violência em 18 municípios da região. Os resultados mostraram: falta de comunicação entre as instituições notificadoras e de atendimentos das situações de violência; ausência da articulação das políticas públicas; fragilidade de algumas instituições em garantir a proteção de crianças e adolescentes com direitos violados, que continuam privilegiando o acolhimento institucional (abrigo) como forma de “proteção”, culminando num processo de revitimização das crianças. Também mostraram a indefinição de atribuições das instituições envolvidas com este trabalho, a falta de agilidade no atendimento às vítimas e a precariedade dos sistemas de informação. Fatores estes que contribuem para que o enfrentamento à violência venha se desenvolvendo de forma pouco efetiva.

Desde então, o Projeto vem trabalhando com o fortalecimento das instituições que atendem crianças vítimas de violência, através de oficinas de

formação continuada, além de assessorias aos municípios para a elaboração e efetivação dos planos municipais de enfrentamento à violência, e a concretização dos fluxos intersetoriais de atendimento às vítimas, contribuindo com a criação de Redes Municipais de Proteção às crianças e adolescentes em situação de violência.

2. CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS

A violência é considerada um fenômeno social complexo pois surge do desdobramento de diversos fatores, podendo citar a violência estrutural, relações de poder, entre outras, sendo este tema estudado por diversas áreas do conhecimento, como a sociologia, psicologia, história e antropologia. A violência contra crianças e adolescente, para Minayo (2001) é entendida como:

[...] todo ato ou omissão cometido pelos pais, parentes e outras pessoas e instituições capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima. Implica, de um lado, uma transgressão no poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral e, de outro, numa coisificação da infância. Isto é, uma negação do direito que crianças e adolescente têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições especiais de desenvolvimento (MINAYO, 2001, p.26 *apud* PARANÁ, 2014, p. 187).

Apesar da legislação a respeito da criança e o adolescente e combate a violência contra os mesmos, apresentarem uma evolução significativa, a violência contra a criança e o adolescente é considerada como um fenômeno de certa invisibilidade social (QVORTRUP, 1993; MOLLO-BOUVIER, 2005; SARMENTO, 2005 *apud* Paraná, 2014, p.189). Um aspecto da ocorrência deste fenômeno é a dimensão cultura¹, viabilizando, até atualmente, a violência física como forma de

¹ Art. 18-A “A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família

educação/correção, isto faz com que a violência não seja reconhecida como violação de direitos. Outro aspecto é a desvalorização da criança e do adolescente como sujeitos de direitos (PARANÁ. SEDS. Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná, p.189).

A violência ocorre na maioria das vezes dentro do espaço familiar, devido a isto são dificilmente identificadas, pois no momento da agressão raramente há a presença de terceiros que possam notificar a violência. Outro fator que pode dificultar é a relação emocional entre o agressor e a vítima, pois geralmente são pessoas próximas. Dentre outros fatores não ocorre a notificação, determinando

ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em:

a) sofrimento físico; ou

b) lesão;

II - tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que:

a) humilhe; ou

b) ameace gravemente; ou

c) ridicularize.”

Art. 18-B. “Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso:

I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;

II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;

III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;

IV - obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado;

V - advertência.

Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais.”

que os dados existentes a respeito das violações de direitos não expressem a verdadeira realidade sofrida pela população infanto juvenil. (PARANÁ, p.189-190).

Outrossim, vivemos em uma sociedade em que há relações de poder, dominação e exploração, entre classes econômicas, homem sobre mulher a qual chamamos de sociedade patriarcal e machista, e há também entre o adulto e a criança, o primeiro, independente do sexo, detém poder em relação a criança e ao adolescente, conforme a construção social, possui algo chamado autoridade, isto é bastante visível quando a criança questiona determinadas ordens e é respondido com argumento de autoridade, não explicando para a criança o porquê das atitudes. Neste sentido Moreira e Souza (2012, p. 17) ressaltam que:

Analisar a prática da violência intrafamiliar sob a perspectiva das relações intergeracionais significa levar em consideração dois aspectos: primeiro, o da repetição das práticas de violência entre as gerações, ou seja, os estudos têm mostrado que um adulto violento tem grande probabilidade de ter sofrido em sua própria infância ações violentas por parte de seus pais e de outros adultos significativos em seu processo de socialização. Nesse sentido Saffioti (1997) afirma que “a violência apresenta uma acentuada tendência à cronificação, mormente quando se trata de intrafamiliar” (p.155). O segundo aspecto diz respeito às relações assimétricas de poder intergeracional. Em uma sociedade de traços adultocêntricos como a nossa, as crianças são consideradas incapazes e são submetidas, muitas vezes pelo uso da força física e da coerção psicológica, às determinações de seus pais, professores e responsáveis.

E para melhor compreensão, a seguir vamos falar um pouco sobre os tipos de violências contra crianças e adolescentes.

2.1 Violência Física

A violência física é todo ato violento com emprego da força com o objetivo de causar sofrimento e lesão. Abrange diversas situações como tapas,

beliscões, socos, arma de fogo, objetos cortantes e outros que possam ferir ou queimar. Esta forma de violência é a mais fácil de ser identificada, por muitas vezes deixar marcas. (PARANÁ, p.196-197)

A violência física traz danos as crianças e adolescentes, nos aspectos do desenvolvimento “psicológico, neurológico, intelectual e emocional”, podendo acarretar em dificuldades nos estudos, o comprometimento da autoconfiança e confiança em outros adultos, autoconceito negativo e visão de mundo pessimista. (OLIVEIRA, 1989, p.101-102). Podendo também desenvolver uma imagem estereotipada negativa referente a família, sentindo-se desconfortável em expressar seus sentimentos em relação a esta instituição. (AZEVEDO, 1989, p.162).

2.2- Violência Sexual

A violência sexual, ou abuso sexual é definido como:

[...] qualquer contato ou interação entre uma criança e adolescente e alguém em estágio psicossocial mais avançado do desenvolvimento, na qual a criança ou adolescente estiver sendo usado para estimulação sexual do perpetrador [...] Estas interações sexuais são impostas às crianças ou adolescentes pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade (HASBIGZANG et al., 2005, p.341 *apud* PARANÁ, 2014, p.197).

Esta violência pode ou não incluir o contato físico, pois a agressão pode consistir em assédio e exibicionismo, dentre outras formas. A violência sexual traz diversos danos a criança e ao adolescente, como o temor, insegurança, a desconfiança perante outros adultos, muitas vezes chegando a confundir o afeto com intenções sexuais, medo de se relacionar com outras pessoas na adolescência, pavor em reviver a situação de violência.

A violência pode acarretar problemas físicos na região vaginal; doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada.

2.3 - Violência Psicológica

A violência psicológica consiste em toda forma de rejeição, isolamento, depreciação, punições humilhantes, desrespeito, e qualquer outra ação que provoque prejuízos imediatos ou a longo prazo no desenvolvimento psicológico e cognitivo da criança e do adolescente (GARBARINO, 1993 *apud* PARANÁ, 2014, P. 197).

2.4 - Negligência/Abandono

A negligência implica em situações em que há a omissão de cuidados básicos por parte dos pais ou responsáveis (incluindo instituições), como com relação a alimentação, educação, saúde, higiene e amparo emocional. O abandono é considerado a forma mais extrema da negligência. A palavra negligência não consta no Código Penal, há uma aproximação na tipificação de abandono ou maus-tratos. O abandono está definido no artigo 133 do Código Penal, como o ato de “abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono”. (PARANÁ, p.199).

A seguir vamos discutir sobre o Sistema de Garantia de Direitos e o trabalho em Rede de Proteção à Crianças e Adolescentes, pois para atuar frente às situações de vulnerabilidades a que estão expostas crianças adolescentes, especialmente as vítimas de violência, é necessário o fortalecimento, a articulação e o reordenamento institucional dos órgãos de atendimento nos municípios, bem como a capacitação permanente dos atores do Sistema de Garantias dos Direitos de Crianças e Adolescentes (SGD).

3. O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS E A REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Historicamente no Brasil o tema “crianças e adolescentes” possuiu inúmeras conotações, devido às diferentes formas em que foi vista essa população dentro da sociedade. Desde uma perspectiva correccional repressiva, visando proteger a sociedade de “menores” em “situação irregular”, até uma visão de garantia de direitos, objetivando a proteção integral de todas as crianças e adolescentes.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxe para a infância e adolescência brasileira grandes conquistas. Amplas mobilizações e movimentos foram realizados pela população, para alertar sobre as questões sociais vivenciadas pelas crianças e adolescentes no país. Como resultado destas lutas, os direitos infanto-juvenis foram regulamentados pelo ECA a partir da Doutrina da Proteção Integral.

A Constituição Federal de 1988 - CF/88 em seu artigo 227, garante às crianças e aos adolescentes os direitos fundamentais para sobrevivência, desenvolvimento social, psicológico, físico, pessoal e moral, e a proteção contra qualquer tipo de violência, discriminação, exploração e opressão. O ECA regulamentou o Art. 227 da CF/88, sendo considerada uma das leis mais avançadas do mundo no que diz respeito aos direitos infanto-juvenis, pois contempla os direitos referentes “à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”, como determina o artigo 4º do ECA. Constituindo dever da família, da sociedade e poder público assegurar estes direitos.

Portanto, para que se cumprissem os princípios da prioridade absoluta e da proteção integral dos direitos da criança e do adolescente, o ECA sugere um

trabalho articulado em rede, denominado Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente, que prevê “a articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa, e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal”. (BRASIL, 2006). O Sistema de Garantias de Direitos se apoia em três eixos estratégicos: Promoção dos Direitos, Defesa dos Direitos e Controle Social.

O eixo da **Promoção** possui como principal espaço político os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente (nacional, estaduais e municipais) que são órgãos deliberativos e formuladores das políticas básicas. Tendo como objetivo “[...] garantir políticas públicas que atendam as demandas de crianças e adolescentes, além de monitorar e fiscalizar os órgãos de atendimento à população infanto-juvenil”. (LAVORATTI, 2013, p. 76).

Esse eixo propõe a execução de dois tipos de políticas públicas, as de caráter estrutural, destinadas a todas as crianças e adolescentes, tendo como objetivo atender os seus direitos fundamentais através das políticas sociais básicas como saúde, educação, habitação, e ainda “[...] as políticas de assistência social, destinadas à população em situação de vulnerabilidades sociais”. (LAVORATTI, 2013, p. 76 e 77).

O eixo da **Defesa** dos Direitos da Criança e do adolescente “[...] objetiva responsabilizar o Estado, a Sociedade e a família, pela violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes e pelo não atendimento ou atendimento deficiente aos seus direitos fundamentais.” (LAVORATTI, 2013, p. 80). Os principais órgãos públicos que atuam neste eixo de forma integrada são os órgãos judiciais, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os órgãos de segurança pública (delegacias e polícias civis e militares).

O eixo do **Controle** da efetivação dos direitos humanos “[...] é responsável pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação dos eixos anteriores (Promoção e Defesa) e dos órgãos que têm por função a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.” (LAVORATTI, 2013, p.77).

Segundo Rizzini (2004), um grande avanço do ECA foi o de criar um sistema de justiça para a infância e a juventude, tendo por suporte a "absoluta prioridade" das ações, mediante a criação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, das Curadorias da Infância e da Juventude, da redefinição da atuação dos Juízes de Direito, Juízes da Infância e da Juventude.

É necessário que o Sistema de Garantia de Direitos trabalhe em Rede. Na atualidade, não é preciso que haja violações de direitos para que o “Sistema” comece a agir, há políticas públicas que visam a prevenção e o atendimento de casos de ameaça ou violação de direitos, através de mecanismos criados pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente com a contribuição dos Conselhos Tutelares, ou mediante determinação judicial (DIÁCOMO, 2011, p.1-2).

Nesta perspectiva, o **trabalho em rede** se apresenta como uma estratégia operacional para viabilizar o SGD. Ao se falar em Rede, pode haver uma grande divergência quanto aos conceitos utilizados por autores de diferentes áreas e disciplinas. O termo Rede é um modelo estratégico de gestão de políticas públicas ou, de acordo com Börzel (2005), um conjunto de relações relativamente estáveis, que possuem natureza não-hierárquica e independente, vinculando diversos atores que compartilham interesses em comum com relação a uma política e, portanto, fazendo um intercâmbio de recursos e cooperando para alcançar essas metas comuns. (BÖRZEL *apud* FLEURY, 2005).

Segundo Fleury (2005), as redes de políticas apresentam algumas fortalezas e debilidades, assim como problemas próprios da sua gestão. Como características vantajosas, têm-se a pluralidade de atores envolvidos, que

possibilita maior mobilização de recursos e garante uma diversidade de opiniões acerca de determinado problema; a capilaridade, que resulta em uma definição de prioridades mais democrática; a possibilidade da presença pública sem criar uma estrutura burocrática; a flexibilidade inerente à dinâmica das redes e a horizontalidade das estruturas, onde a autonomia dos atores é preservada.

Assim sendo, pode-se perceber que o trabalho em rede requer muitos cuidados, especialmente quando se trata da rede de proteção integral à crianças e adolescente, que surge através da doutrina de Proteção Integral às Crianças e Adolescentes, prevista no artigo 227 da Constituição Federal e artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente - que dispõe que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, Art. 4º).

Ademais, o artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente configura o trabalho da Rede de Proteção quando preconiza que "a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios." A partir disso originou-se o Sistema de Garantia de Direitos, que dá a ideia de articulação entre os membros que o compõe com a finalidade de garantir a proteção integral à criança e ao adolescente.

Entende-se como rede de proteção uma articulação de pessoas, organizações e instituições que compartilham um objetivo em comum: a garantia integral dos direitos humanos de crianças e adolescentes, baseando-se na cooperação, na articulação política e na divisão de competências e responsabilidades. Como visto acima, também possui uma natureza não

hierárquica, sendo norteadas pelos princípios da horizontalidade das decisões e do exercício do poder.

Para Silva (2010) *apud* Rodrigues (2015) a ideia de Rede buscou romper com o caráter assistencialista, filantrópico e de poder centralizado pelo Estado. De modo a predominar a proteção integral por meio de políticas públicas e participação da sociedade civil.

Do mesmo modo, buscou-se superar o trabalho setorizado e paralelo:

Pode-se admitir que a gestão de políticas públicas em rede é uma estratégia de enfrentamento da questão social, visando ampliar seu impacto e a superação do trabalho setorizado e paralelo, pois, na perspectiva da rede, cada política setorial (habitação, cultura, saúde, assistência, economia, etc.) está interfacetada, assim como tem uma rede própria inserida na malha de redes em diferentes modalidades (de atores, de programas, movimentalista, de solidariedade, dentre outras), permitindo um novo modo de exercício do poder e da relação entre governo e sociedade civil. (KAUCHAKJE, DELAZARI, PENNA, 2007, p. 136 *apud* LAVORATTI, 2013).

Após a explanação de diversos conceitos teóricos, faz-se importante destacar a importância da Rede como estratégia operacional de gestão de Políticas Públicas. Para tanto, traremos contribuições de autores como Motti; Santos (2009).

Devido a violência contra crianças e adolescentes ser considerado um fenômeno complexo, presente na história da sociedade e adquirindo nossas expressões ao longo do tempo, exige cada vez mais das equipes interdisciplinares, tornando-se essenciais capacitações para tais funções, bem como, o envolvimento das políticas públicas setoriais e órgãos do SGD, de modo articulado. (MOTTI; SANTOS, 2009).

No que se refere a organização da Rede, todos possuem papel importante. Para Motti e Santos (2009), os atores sociais e organizações possuem limitações e possibilidades. Somente em seu campo de atuação não é suficiente

para responder as diversas demandas que surgem. Para cada ator social e organização lhe são destinadas competências e responsabilidades, as quais são reconhecidas de modo legal e definidas de acordo com a finalidade de cada instituição. (MOTTI; SANTOS, 2009).

Para a efetivação do trabalho em rede é necessário ultrapassar diversos desafios, como apresenta Digiácomo (2011). Um dos desafios mais recorrentes, é a ausência de esclarecimento a respeito do papel de cada entidade, órgão, programa ou serviço, bem como, de cada profissional, ocasionando na “transferência de responsabilidades”, denominado pelo autor desta forma:

Fazendo com que a criança ou adolescente passe de um órgão, programa ou serviço para o outro, cada qual realizando um trabalho isolado, não raro por pessoas que não dispõem da qualificação profissional adequada, que se preocupam em prestar um atendimento meramente “formal”, sem qualquer compromisso com o resultado e com a *efetiva solução* do problema apresentado. (DIGIÁCOMO, 2011, p. 2).

Desse tipo de dificuldade decorre a revitimização da criança ou adolescente, que são colocados em uma situação em que se veem obrigadas a relatar e descrever por diversas vezes os fatos vivenciados, trazendo a tona diversos sentimentos relacionados ao momento doloroso.

Por isso, os profissionais que trabalham com as vítimas e suas famílias necessitam de capacitação e sensibilização, pois a prática profissional deve estar ancorada no aparato teórico, e a sensibilidade deve estar intrínseca ao trabalho, pois, apesar da rede de proteção agir antes mesmo da violação de direitos, na maioria das vezes, a criança e o adolescente se apresenta à rede após a ocorrência dessa violação, ou seja, se encontram em uma situação de extrema fragilidade, cabendo aos profissionais agir de forma conjunta para garantir de forma integral a proteção deste público. Portanto, é necessário o conhecimento dos demais membros da rede para que ocorram os devidos encaminhamentos.

4. PROJETO DE EXTENSÃO FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS – FORSGD

O Projeto de Extensão: Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos Municípios da Região dos Campos Gerais – FORSGD é parte integrante do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre a Infância e Adolescência (NEPIA), localizado no Campus Central da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

O NEPIA foi criado em 1996 através do Departamento de Serviço Social, o qual se constituía como um Núcleo de Estudos, voltado para a área da Infância e Adolescência, onde se discutia os determinantes histórico-culturais relacionados a essa temática.

Posteriormente, em 1999, com a assessoria do Projeto de Extensão Pró-ONG ao Movimento de Meninos e Meninas de Rua, o Núcleo de Estudos abrangeu novas temáticas, envolvendo o trabalho do Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, professores e acadêmicos da área social.

No ano seguinte (2000), o Núcleo de Estudos sobre Família, Infância e Adolescência se consolidou a partir do Departamento de Serviço Social. A partir desse momento de mudanças, houve a institucionalização de um espaço coletivo, o qual articulava a participação da sociedade civil e de entidades governamentais, criando assim, espaços para reflexões, debates, discussões e trocas de experiências voltadas para as políticas sociais na área da criança e adolescência dos municípios dos Campos Gerais.

Em 2002, o Departamento de Serviço Social estabeleceu parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, onde

começou a desenvolver assessoria na área da infância e adolescência (capacitação, seminários, pesquisas, entre outros), consolidando o Núcleo de Estudos, Extensão, Pesquisa e Assessoria na Área da Infância e Adolescência – NEPIA.

Segundo Lavoratti et al. (2014), o Núcleo apresenta como objetivos: sistematização e produção de conhecimento que envolve a realidade das famílias, crianças e adolescentes a partir das demandas presentes na região dos Campos Gerais; o assessoramento das entidades para refletir sobre as alternativas de trabalho junto com as famílias, crianças e adolescentes, bem como a elaboração de programas e projetos voltados para esses segmentos; a realização de pesquisa e produção de artigos científicos; a promoção de conhecimento e trocas de experiências por parte das instituições envolvidas; além, de fomentar a necessidade de capacitação contínua dos profissionais que atuam na área.

Um dos projetos desenvolvidos no NEPIA é o FORSGD. Contribuir com o processo de formação continuada tanto dos conselheiros como dos demais profissionais que atuam no enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes é o objetivo principal desse Projeto, que tem suas ações voltadas para 18 municípios da Região dos Campos Gerais – PR (Arapoti, Carambeí, Castro, Ivaí, Ipiranga, Imbaú, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Porto Amazonas, Ponta Grossa, Piraí do Sul, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania).

O projeto possui como objetivos específicos: assessorar os municípios na implantação dos Planos Municipais de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes; sobre o sistema de Notificação e na implantação de redes municipais de proteção às vítimas de violência; Contribuir com a construção de Protocolos Municipais intersetoriais, para estabelecer fluxos de encaminhamentos e responsabilidades em casos de violência contra crianças e

adolescentes; Assessorar profissionais do Sistema de Garantias dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (SGD) dos 18 municípios da Região dos Campos Gerais: conselheiros tutelares e conselheiros dos direitos da criança e do adolescente, professores, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, enfermeiros, médicos, etc.

O Projeto de Extensão tem natureza interdisciplinar, sendo desenvolvido através da integração de saberes diversos dos atores que atuam na área da infância e adolescência, visando fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes dos municípios da região dos Campos Gerais.

O Projeto de Extensão iniciou suas atividades em 2012 através de um diagnóstico regional onde se evidenciou a necessidade de um processo de capacitação continuada e assessoria para a criação e fortalecimento de redes municipais de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes.

Por meio da construção do Diagnóstico e Análise da Situação da Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidades Sociais nos Municípios da Região dos Campos Gerais pode-se constatar através da disparidade nas respostas dos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais dos direitos das crianças e dos adolescentes, a falta de comunicação entre estes órgãos. Também foi possível observar o desconhecimento ou ausência dos Planos municipais que devem articular as ações de enfrentamento à violência no município.

Verificou-se, ainda, uma fragilização dos serviços de proteção à criança e adolescente vítimas de violência, pois na maioria das vezes as crianças continuam sendo afastadas da família e da comunidade como medida de “proteção”, sendo encaminhadas para o acolhimento institucional, gerando um processo de revitimização da população infanto-juvenil.

No diagnóstico realizado nos 18 municípios da região dos Campos Gerais foi evidenciado que 78% dos municípios não possuem Planos Municipais de enfrentamento à violência contra Crianças e Adolescentes e que apenas 22,2% dos municípios, segundo os conselheiros tutelares, usam o SINAN para registrar os casos de violência contra crianças e adolescentes. Também foi afirmado que, em 45% dos municípios não há qualquer forma de capacitação para os profissionais que atuam com situações de violência contra a população infanto-juvenil.

Dessa forma, o reordenamento jurídico proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente através do Sistema de Garantias de Direitos que enfatiza a importância da articulação e do trabalho em rede, demanda também um reordenamento na cultura organizacional dos órgãos que atuam na área da infância e da juventude e a criação de instâncias (ex: Varas Judiciais e Delegacias Especializadas) e instrumentos específicos para planejar, monitorar e avaliar o atendimento às crianças e adolescentes, especialmente as que se encontram em situações de vulnerabilidade social advindo da violência intra e extrafamiliar, da dependência química, abandono, dentre outras.

Portanto, após a construção do Diagnóstico em 2013, foi realizado um Curso de Formação para a Criação e Fortalecimento das Redes Municipais de enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes, onde os profissionais que compõe a rede de proteção foram capacitados para constituírem Comissões e Planos Municipais de enfrentamento à violência infanto-juvenil e, também, onde foi possível identificar como está estabelecida a Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em cada município, e se essa Rede está articulada, para que o Projeto de Extensão pudesse assessorar esses municípios posteriormente.

As assessorias individuais, que foram realizadas na segunda edição do Projeto, a partir do primeiro semestre de 2014, ocorreram em reuniões onde a equipe do Projeto juntava-se com parte da equipe que efetuou o Plano Municipal

para discutir e indicar os avanços e os pontos frágeis e de cada Plano, apontando, assim, um caminho para qual o município poderia direcionar-se para que todos os objetivos, metas e ações contidas no planejamento pudessem sair do papel e serem efetivados para o combate à violência contra a população infanto-juvenil.

Além de assessorar os municípios para que os Planos sejam revistos e operacionalizados, a equipe do Projeto buscou fazer uma discussão acerca da construção de protocolos conjuntos (educação, assistência social e saúde) de atendimento às vítimas de violência, recomendando que fossem definidos fluxos e responsabilidades de encaminhamento e atendimento das instituições envolvidas na Rede de Proteção.

Através das assessorias, o Projeto pode colaborar com o fortalecimento do Sistema de Garantias de Direito (SGD), estabelecendo e/ou fortalecendo as redes municipais de proteção às crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social da violência intra e extrafamiliar, da dependência química, abandono, dentre outras.

Pode-se capacitar e assessorar os profissionais que integram o Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes, para que atuem de forma qualificada na Rede, com fluxos de atendimento e com o uso de um sistema de notificação que dê notoriedade aos casos de violência; e propor um reordenamento institucional dos órgãos de atendimento nos municípios.

As atividades extensionistas de assessoria contribuíram com a produção de 17 Planos Municipais de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, assim como com a capacitação e qualificação de mais de 3.000 profissionais que integram o Sistema de Garantia de Direitos e participaram das oficinas e assessorias realizadas (entre eles professores, assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, conselheiros, etc).

Houve, também, um grande processo participativo dos municípios que possibilitou uma troca de conhecimento, problematização e construção coletiva de estratégias para enfrentar os problemas identificados pelas equipes municipais. As assessorias serviram também como uma espécie de alavanca que fez com que os municípios começassem a se mobilizar, através das suas próprias capacitações e de projetos de enfrentamento à violência, como é o caso de Palmeira, Telêmaco Borba e Ventania.

Além disso, os trabalhos contribuíram para a formação acadêmica de toda a equipe interdisciplinar, havendo uma grande troca de informações e experiências entre todas as áreas de estudo, onde cada integrante pôde compartilhar seu ponto de vista agregando, assim, os olhares do Serviço Social, do Direito, da Psicologia e da Pedagogia.

A priori as atividades vêm sendo desenvolvidas através de eventos de capacitação, oficinas destinadas aos profissionais e conselheiros dos municípios, assessoria a grupos específicos, reuniões de planejamento e avaliação.

5. A REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS

A região dos Campos Gerais situa-se na porção centro-leste do estado do Paraná, é composta por dezoito municípios. Para caracterizar os dezoito municípios, foi necessário a sistematização de dados históricos dos municípios, através do site do IBGE e páginas das prefeituras, buscando as principais características determinantes para descrever o perfil geral da região dos Campos Gerais.

A região supracitada se desenvolveu durante a atividade econômica do tropeirismo, cada uma de forma singular. Muitas cidades atraíram imigrantes pela busca de condições melhores de vida, outras pelas suas cooperativas, entre outros. As imigrações que mais se destacaram foram as alemãs, holandesas e

polonesas. Atualmente, a economia da região gira em torno, principalmente, da agropecuária, indústria e comércio.

No tocante a estrutura da Rede de Proteção, a maioria dos municípios estão de acordo com o previsto para o seu porte² pela Política de Assistência Social. Correspondente ao seu porte a quantidade de equipamentos de CRAS e CREAS, previstos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a maioria dos municípios contemplam a previsão. Os municípios de Reserva (4.441 famílias referenciadas), Sengés (3.325 famílias referenciadas) e Tibagi (3.889 famílias referenciadas) necessitam de mais um equipamento do CRAS para atender o número de famílias referenciadas, o qual excede o limite para apenas um CRAS do município.

O MDS (2016), em sua página eletrônica especifica que o número de famílias referenciadas no território de abrangência para estes equipamentos, pode ser aproximado conforme o número de famílias do Cadastro Único (CAD-ÚNICO), o qual pode ser utilizado como instrumento de planejamento, pois são cadastradas famílias de baixa renda, com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda familiar total de até três salários mínimos. É considerado a porta de entrada das famílias aos programas sociais.

Os critérios para implantação do CRAS variam de acordo com o porte do município e quantidade de famílias referenciadas, conforme consta na NOB/SUAS 2005: Município de pequeno porte I (até 20.000 habitantes) – mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas; Município de pequeno porte II (20.001 a 50.000 habitantes) – mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas;

² Pequeno Porte I (Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Porto Amazonas, São João do Triunfo, Sengés e Ventania. Pequeno Porte II (Arapoti, Carambeí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Reserva e Tibagi). Médio Porte (Castro e Telêmaco Borba) e Grande Porte (Ponta Grossa).

Município de médio porte (50.001 a 100.000 habitantes) – mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas; Município de grande porte (100.001 a 900.000 habitantes) – mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas; Metrópoles (mais de 900.000 habitantes) – mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas.

FIGURA 1: Instituições que compõem a Rede de Proteção à Crianças e Adolescentes nos municípios da Região dos Campos Gerais – 2015.



FONTE: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social. Escritório Regional de Ponta Grossa. Org.: os autores

A implantação de CREAS está estritamente ligado ao número de habitantes de cada município, conforme o documento expedido pelo MDS “Orientações sobre a Gestão do Centro de Referência Especializado de Assistência

Social – CREAS – 1ª Versão”: Município de pequeno porte I – Cobertura de atendimento em CREAS Regional; ou implantação de 01 CREAS, quando a demanda local justificar; Município de pequeno porte II – implantação de pelo menos 01 CREAS; Município de médio porte – implantação de pelo menos 01 CREAS; Município de grande porte – implantação de pelo menos 01 CREAS; Metrôpoles – Implantação de 01 CREAS a cada 200.000 habitantes.

Conforme a Minuta de Resolução, que determina a criação de Coordenadorias da Infância e da Juventude no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, o recomendado é a criação de vara especializada com competência exclusiva em infância e juventude em todas as comarcas com mais de cem mil habitantes, exceto quando os indicadores de vulnerabilidade dos municípios menores corresponderem a números maiores que a média estadual e nacional. Vale ressaltar que esta informação corresponde a uma Minuta, ou seja, a primeira redação de uma Resolução.

Apenas o município de Ventania não possui instituição de acolhimento/casa lar para crianças e adolescentes na Região. No entanto, o município celebra consórcio com Tibagi, tendo que transferir as crianças e adolescentes em medida protetiva. Porém, a distância entre os dois municípios é de aproximadamente 46km, tornando ainda mais complicado, tanto para a família na questão do deslocamento, como para a criança ou adolescente que se encontram distantes de seu local de origem e de pessoas de referência. Esse fator pode dificultar a promoção de ações de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e, possível reintegração familiares.

No tocante ao papel de cada instituição e equipamento disposto no mapa têm-se:

O Conselho tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, está disposto no eixo de defesa dos direitos do SGD, responsável por

zelar pelos direitos de crianças e adolescentes, conforme dispõe o artigo 131 do ECA. Cada município deve conter no mínimo uma sede de Conselho Tutelar, com cinco membros escolhidos de forma direta pela comunidade local. É considerado uma das principais portas de entrada para a Rede, devido a sua posição de reconhecimento perante a comunidade, tornando-se referência para a população.

As instituições de acolhimento ou casas-lares são locais que abrigam crianças e adolescentes que se encontram em risco pessoal ou social, e que suas famílias não possuem, no momento, condições para cuidá-los e protegê-los. O Acolhimento é considerado uma medida provisória e excepcional, disposto no artigo 101, inciso VII, do ECA. A inclusão se dá por meio de determinação do Poder Judiciário ou requisição do Conselho Tutelar, neste caso, a autoridade judiciária deverá ser comunicada pela instituição de acolhimento no prazo de 24 horas, como determinado no artigo 93 do ECA. (BRASIL, MDS, 2016).

A Vara da Infância e da Juventude, disposta no eixo de defesa do SGD, possui o papel de garantir proteção às vítimas, por meio do aparato jurídico e social, e suas equipes multiprofissionais buscam, além de garantir a proteção da vítima, trabalhar com as famílias das vítimas buscando romper com as violações de direitos.

O Centro de Referência de Assistência Social é uma unidade pública estatal da política de Assistência Social de âmbito municipal, responsável por ofertar programas, serviços e projetos da proteção básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). É no espaço que se desenvolve o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento

de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. (BRASIL, MDS).

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social é uma unidade pública estatal de âmbito municipal ou regional (a depender do porte do município), responsável pela proteção especial, ou seja, quando há violações de direito, possui como competência ofertar serviços especializados de caráter continuado a famílias e indivíduos que se encontram em risco pessoal ou social, ou que possuem seus direitos violados, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) possui como finalidade:

Contribuir para o fortalecimento da família no seu papel de proteção Incluir famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos Contribuir para acabar com as violações de direitos na família Prevenir a reincidência de violações de direitos (BRASIL, MDS, 2016).

A Regionalização do PAEFI garante o funcionamento deste serviço em municípios com até 20.000 habitantes. Os municípios de Imbaú, Tibagi, Ventania e São João do Triunfo possuem equipe de proteção especial, neste caso, os municípios não possuem o equipamento, mas um espaço físico e uma equipe interdisciplinar, responsável por atender demandas de Média Complexidade³. Os municípios Ivaí e Ipiranga, têm o Órgão Gestor como responsável pela proteção especial, ou seja, há um ou dois profissionais da gestão municipal, responsáveis por atender as demandas de Média Complexidade, quando houver demandas.

5.1. Indicadores sociais dos Municípios da Região dos Campos Gerais

O quadro 1 apresenta dados de indicadores sociais dos dezoito municípios dos Campos Gerais, fundamentais para uma inicial análise da realidade.

³Os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade devem oferecer atendimento e acompanhamento a famílias e indivíduos com direitos violados, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. (BRASIL, MDS, 2016).

Quadro 1 – Indicadores Sociais nos dezoito municípios dos Campos Gerais

Municípios	População Total	População urbana	População rural	Rendimento mensal domiciliar Per Capita	Rendimento mensal domiciliar Per Capita	IDHM*	Nº de crianças 0-11 anos	Nº de adolescentes 12-18 anos
Arapoti	27.170	21.778 (80,15%)	4.077 (15,01%)	407	570	0,723	5.746 (21,15%)	3.155 (11,61%)
Carambeí	20.863	13.918 (66,71%)	5.245 (25,14%)	743	550	0,728	4661 (22,34%)	2246 (10,77%)
Castro	70.086	49.266 (70,29%)	17.818 (25,42%)	407	573	0,703	15978 (22,80%)	7899 (11,27%)
Ivaí	13.451	4.629 (34,41%)	8.186 (60,86%)	377	516	0,651	2926 (21,75%)	1.507 (11,20%)
Ipiranga	14.809	4.889 (33,01%)	9.261 (62,54%)	364	589	0,652	2.234 (15,09%)	1.738 (11,74%)
Imbaú	12.087	7.060 (58,41%)	4.214 (34,86%)	342	446	0,622	2.734 (22,62%)	1.353 (11,19%)
Jaguariaíva	34.096	28.041 (82,24%)	4.565 (13,39%)	384	582	0,743	7.300 (21,41%)	3.794 (11,13%)
Ortigueira	23.380	9.587 (41,01%)	13.793 (58,99%)	294	442	0,609	5.295 (22,65%)	2.785 (11,91%)
Palmeira	32.123	19.375 (60,32%)	12.748 (39,68%)	501	616	0,718	6.581 (20,49%)	3.691 (11,49%)
Porto Amazonas	4.514	2.948 (65,31%)	1.566 (34,69%)	410	600	0,700	966 (21,40%)	530 (11,74%)
Ponta Grossa	331.084	304.733 (92,04%)	6.878 (2,08%)	439	740	0,763	65.071 (19,65%)	34.319 (10,37%)
Piraí do Sul	23.424	16.102 (68,74%)	7.322 (31,26%)	397	510	0,708	5.191 (22,16%)	2.635 (11,25%)
Reserva	25.172	12.206 (48,49%)	12.966 (51,51%)	266	496	0,618	6.158 (24,46%)	3.147 (12,50%)
São João do Triunfo	12.966	4.048 (31,22%)	9.656 (74,47%)	330	504	0,629	3.043 (23,47%)	1.631 (12,58%)
Sengés	18.414	15.108 (82,05%)	3.302 (17,93%)	432	441	0,663	4.357 (23,66%)	2.293 (12,45%)
Telêmaco Borba	69.872	68.431 (97,94%)	1.447 (2,07%)	1.019,00	613	0,734	15.308 (21,91%)	7.431 (10,64%)
Tibagi	19.344	11.668 (60,32%)	7.676 (39,68%)	360	527	0,664	4.409 (22,79%)	2.408 (12,45%)
Ventania	9.957	6.511 (65,39%)	3.446 (34,61%)	352	400	0,650	2.280 (22,90%)	1.242 (12,47%)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (2013)

A população total dos Campos Gerais é de 762.812 habitantes, dentre eles, 244.042 representa a população infante juvenil, uma parcela significativa de quase 1/3.

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH tem como objetivo medir o grau de desenvolvimento de um país em qualidade de vida, a partir de três fatores: educação, renda e saúde. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal- IDHM, que será utilizado no desenvolvimento da pesquisa, possui diferença com o IDH, é composto pelos indicadores de longevidade, educação e renda (RIBEIRO apud PNUD, 2014).

O IDHM varia de 0 (zero) a 1 (um), considerando, 0,000 a 0,499 muito baixo; 0,500 a 0,599 baixo; 0,600 a 0,699 médio; 0,700 a 0,799 alto e 0,800 a 1 muito alto (SANTOS apud PNUD, 2014).

O IDH do Estado é 0,749. Os municípios com os IDHM mais baixos são Ortigueira (0,609), Reserva (0,618), Imbaú (0,622), Ventania (0,650) e Ivaí (0,651). Os mais altos são, Ponta Grossa (0,763), sendo o único com o IDHM acima da média estadual, em seguida, Jaguariaíva (0,743), Telêmaco Borba (0,734), Carambeí (0,728) e Arapoti (0,723). Pois são os mais industrializados e possuem um forte segmento na agropecuária com cooperativos, obtendo assim, maior arrecadação.

Os municípios com a menor renda mensal per capita nominal rural são Reserva (R\$266,00), Ortigueira (R\$294,00) e São João do Triunfo (R\$330,00). Os três com a maior renda são, Telêmaco Borba (R\$1.019,00), Carambeí (R\$743,00) e Palmeira (501,00).

Os municípios com a menor renda mensal per capita nominal rural são Ventania (R\$400,00), Sengés (R\$441,00) e Ortigueira (R\$442,00), os índices de renda mais altos são dos municípios de Ponta Grossa (R\$740,00), Palmeira (R\$616,00) e Telêmaco Borba (R\$613,00).

Os dados mostram que há uma grande desigualdade social, na área rural a diferença entre as cidades com maior e menor renda é de 753 reais. Na área urbana a diferença é menor, 340 reais.

Quadro 2 – Indicadores Sociais nos dezoito Municípios dos Campos Gerais

Municípios	Taxa de mortalidade infantil (a cada mil)	População em extrema pobreza	Taxa de analfabetismo	População Economicamente Ativa (PEA)	Nº de famílias Bolsa família	Nº de famílias CADÚNICO
Arapoti	19,09	5.828 (21,45%)	7,68%	11.716 (43,12%)	1.635	3.212
Carambeí	9,09	4.348 (20,84%)	4,99%	9.061 (43,43%)	594	1.608
Castro	14,31	19.030 (27,15%)	7,63%	30.843 (44,01%)	4.443	10.307
Imbaú	9,09	4.348 (35,97%)	16,35%	5.139 (42,52%)	1.032	2.088
Ipiranga	20,01	4.929 (33,28%)	7,62%	6.853 (46,28%)	1.053	2.073
Ivaí	14,08	4.935 (36,69%)	8,29%	7.008 (52,10%)	1.091	2.180
Jaguariaíva	14,41	9.634 (28,26%)	6,90%	14.440 (42,35%)	1.723	3.581
Ortigueira	25,32	10.025 (42,88%)	18,33%	12.110 (51,80%)	2.773	5.151
Palmeira	11,79	8.084 (25,17%)	4,23%	15.858 (49,37%)	1.435	3.581
Pirai do Sul	4,96	7.228 (30,86%)	6,70%	9.796 (41,82%)	1.542	3.395
Ponta Grossa	16,11	70.123 (21,18%)	3,69%	149.288 (45,09%)	9.077	26.054
Porto Amazonas	17,24	1.233 (27,32%)	6,47%	2.374 (52,59%)	273	700
Reserva	15,32	9.095 (36,13%)	14,76%	11.721 (46,56%)	2.125	3.994
São João do Triunfo	12,88	5.457 (42,09%)	7,84%	7.010 (54,06%)	1.227	3.074
Sengés	25,83	5.207 (28,28%)	8,43	7.901 (42,91%)	1.363	3.328
Telêmaco Borba	16,58	17.196 (24,61%)	7,36	32.418 (46,40%)	2.718	8.642
Tibagi	21,6	6.791 (35,11%)	11,2	8.298 (42,90%)	1.756	3.116
Ventania	44,12	3.811 (38,27%)	20,6	4.537 (45,57%)	874	1.749

Fonte: ESCRITÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL REGIONAL – 2013.

De acordo com os dados fornecidos pelo Escritório Regional Da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDS), é possível identificar que os municípios que possuem índice de mortalidade infantil acima da média nacional (19,03), Arapoti (19,09), Ipiranga (20,01), Ortigueira (25,32), Tibagi (21,6) e caso mais preocupante é do município de Ventania (44,12).

Apesar dos índices alarmantes, a mortalidade infantil está diminuindo, um fator importante para esta queda é o Programa Bolsa Família, um estudo publicado na edição de maio de 2013 da revista inglesa The Lancet mostra o decréscimo de 17% na mortalidade infantil nos 2.853 municípios brasileiros pesquisados, a pesquisa iniciou em 2004 e encerrou em 2009. As mortes relacionadas à segurança alimentar diminuíram em 65%, em 55% das mortes decorrentes da diarreia, e em casos de infecções nas vias respiratórias. Isto se deve a melhores condições financeiras das famílias através da transferência de renda e as condicionalidades do programa, como o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o desenvolvimento de crianças até sete anos. (BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome).

As famílias em condições de extrema pobreza possuem renda per capita de até 70 reais mensais, ou seja, R\$2,33 por dia para cada pessoa. Esta realidade é extremamente preocupante, chega a ser ainda mais quando os dados mostram que o município com o menor índice de extrema pobreza diz respeito a 20,84% da população do município, o caso de Carambeí. Os municípios com os piores índices são Reserva (36,13%), Ivaí (36,69%), Ventania (38,27%), São João do Triunfo (42,09%) e Ortigueira (42,88%).

6. ATIVIDADES REALIZADAS PELO PROJETO FORSGD

O Projeto de Extensão Fortalecimento do Sistema de Garantias de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos Municípios da Região dos

Campos Gerais, no dia 13 de novembro de 2012 realizou seu primeiro evento na Universidade Estadual de Ponta Grossa – Campus Central, no Grande Auditório, intitulado “Identificando os sinais da violência contra crianças e adolescentes e mobilizando a rede de proteção”, na qual teve como objetivo instruir os profissionais que trabalham com crianças e adolescentes, a como identificar os sinais de violência, bem como agir diante dessa situação, acionando os órgãos responsáveis.

O segundo evento desenvolvido pelo projeto realizado na Universidade Estadual de Ponta Grossa – Campus Central, no Grande Auditório foi um Curso de Formação para a Criação e Fortalecimento das Redes Municipais de Enfrentamento a Violência contra Crianças e Adolescentes, que foi dividido em dois momentos.

No primeiro momento foram constituídas as Comissões e Planos Municipais de enfrentamento a violência contra crianças e adolescente, e no segundo momento foram realizadas oficinas de capacitações para a discussão da implantação de sistemas de notificação, fluxos de atendimento e responsabilidades das instituições da Rede de Proteção; sendo posteriormente apresentados os Planos Municipais de enfrentamento a violência.

Posteriormente, o Projeto foi se deparando com novas demandas, principalmente voltadas para as assessorias dos 18 municípios da região dos Campos Gerais; com relação à construção, monitoramento de avaliação dos Planos Municipais de enfrentamento a violência; bem como capacitações voltadas para profissionais que trabalham na área de enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes; fortalecimento da Comissão Regional de enfrentamento à violência contra Crianças e Adolescentes.

No período de novembro de 2012 a março de 2013, o projeto desenvolveu sua primeira ação, ao encaminhar um formulário através da

Secretaria de Família e Desenvolvimento Social, para os Conselhos Tutelares e de Direitos das Crianças e Adolescente, para os 18 municípios da Região dos Campos Gerais, com o intuito de construir um diagnóstico para analisar como estavam sendo operacionalizados os serviços da rede de proteção a criança e ao adolescente. Como resultado desta primeira ação, observou-se a ausência ou desconhecimento de Planos de enfrentamento a violência, bem como a fragilização dos serviços de proteção a crianças e adolescente e a rede de proteção.

Em 2014 foi realizado o evento “Depoimento sem Dano: Metodologia de escuta qualificada de crianças e adolescentes”, no qual reuniu profissionais da área bem como acadêmicos, para discutirem sobre a técnica do depoimento sem dano, como deve ser feito, em quais condições, com quem e as experiências que alguns órgãos tiveram em relação ao depoimento sem dano, posteriormente foi aberto ao debate, para que os profissionais pudessem colocar suas opiniões, dúvidas e questionamentos a respeito do tema.

Foram realizados neste mesmo ano outros eventos tais como: Encontro dos trabalhadores do SUAS; Palestras na RodoNorte; Capacitações para os Municípios da Região dos Campos Gerais; Oficinas no Projeto Adolescente Aprendiz.

No ano de 2015 foi realizado o evento “O Estatuto da Criança e do Adolescente 25 anos depois”, em comemoração aos 25 anos do ECA. O evento contou com a participação de profissionais, professores, estudantes, usuários e autoridades, que no primeiro momento discutiram sobre a trajetória do ECA, seus avanços, impactos, desafios. Posteriormente, no período da tarde foram realizadas oficinas, com diversos temas relacionados a crianças e adolescentes, nos quais os temas foram discutidos e aprofundados.

Em setembro de 2015 o Projeto passou para uma nova modalidade caracterizando-se como Projeto Universidade Sem Fronteiras ligado a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Governo do Estado do Paraná, portanto, o Projeto passou a receber recursos para pagamento de bolsistas (estagiário e profissionais recém-formados), com a efetivação de 12 meses, além de materiais/equipamentos para o desenvolvimento de suas ações.

A primeira atividade desenvolvida nesta modalidade foi a participação no 13º CONEX – Encontro Conversando sobre Extensão, onde foi apresentado o artigo referente as “Assessorias para o Fortalecimento da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência na Região dos Campos Gerais /PR”.

O primeiro evento realizado pelo Projeto nessa modalidade foi a “Formação Inicial para Conselheiros Tutelares dos 18 municípios da Região dos Campos Gerais”. O referido Evento teve por objetivo capacitar os Conselheiros Tutelares dos dezoito municípios da Região dos Campos Gerais, na compreensão da efetivação de suas competências e serviços prestados, mostrando a real importância desta ferramenta no aperfeiçoamento das ações de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes em cada município da região dos Campos Gerais- PR.

Também foram desenvolvidas oficinas para o Programa Adolescente Aprendiz do Município de Ponta Grossa, onde trabalhou-se assuntos relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, como os direitos e deveres.

O Projeto FORSGD realizou uma visita técnica ao Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes em Ponta Grossa (Nucria), com o objetivo de conhecer as instalações da delegacia recém-inaugurada; apresentar os objetivos do Projeto de Extensão na articulação dos serviços de enfrentamento à violência contra a população infanto-juvenil do município; e fortalecer novas parcerias com o órgão. Na oportunidade, ainda foram entregues brinquedos

arrecadados em campanha realizada no mês de outubro, pelos acadêmicos de Serviço Social, Direito e Pedagogia. O material servirá tanto para mediar os atendimentos realizados pela psicóloga do Nucria, como para presentear crianças e adolescentes atendidas.

No ano de 2016, foram realizadas assessorias aos municípios da Região dos Campos Gerais para os profissionais que trabalham no Enfrentamento às violências contra crianças e adolescente (Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes, Educação, Saúde, Assistência Social, Professores, Juízes) para o monitoramento dos Planos Municipais de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. Assim como para a construção de fluxos de atendimento e responsabilidades na Rede de Proteção.

Com as referidas assessorias foi possível identificar: a fragilização da articulação entre a rede de proteção interna e externa da assistência, saúde e educação; Pouca participação dos profissionais de saúde e educação; Falta de compreensão do trabalho em rede de proteção e da atribuição de cada componente da rede; Os planos de enfrentamento às violências não foram totalmente executados, e muitos profissionais não conheciam o mesmo; Inexistência do estabelecimento de Fluxos de Atendimento; Falta de diálogo entre a rede de proteção; Precariedade dos sistemas SINAN e SIPIA de notificação/informação sobre violência contra crianças e adolescentes; Grande rotatividade de profissionais e a centralização de informações e não repasse das mesmas para os demais componentes da rede de proteção.

O Projeto realizou o Evento intitulado Semana de Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes, que buscou propiciar um espaço de reflexão sobre a temática entre profissionais, acadêmicos e sociedade em geral, apresentando diversas questões, como os relatos de profissionais que trabalham com agressores de mulheres e crianças e adolescentes; e a sensibilização e

mobilização da sociedade referente ao dia 18 de maio “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”.

O Projeto também realizou o Evento alusivo ao Dia Mundial do Combate ao Trabalho Infantil, que teve por objetivo principal discutir a categoria do trabalho infantil enquanto problemática presente na sociedade brasileira, a qual traz prejuízos para o desenvolvimento adequado de crianças e adolescentes. Para tanto, destacou-se através das palestras os conhecimentos e experiências das palestrantes, evidenciando-se a necessidade de proporcionar mais visibilidade para esse fenômeno complexo ainda presente em nossa sociedade, contribuindo assim, para a sensibilização da população, na divulgação de informações e para o fortalecimento do papel de cidadão no combate a essa violação de direitos.

Foram realizadas também oficinas para o Programa Adolescente Aprendiz do Município de Ponta Grossa e assessorias a Comissão Regional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes.

7. CONCLUSÃO

É fundamental que os diversos integrantes do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente (órgãos, autoridades e entidades) superem os desafios para a efetivação do trabalho em rede. Só assim podem compartilhar ideias e experiências entre si, atuar de modo interinstitucional/ intersetorial e trilhar, juntos, o melhor caminho na busca pela integralidade dos direitos infanto-juvenis. Para que isso ocorra, é de extrema importância que os papéis de cada órgão, entidade e autoridade sejam definidos e conhecidos por todos os membros da Rede, que cada um desses integrantes do SGD reconheça e cumpra suas atribuições, que reconheça sua incompletude institucional e profissional e se comunique permanentemente com outros atores, pois, caso contrário, todo o

Sistema será prejudicado, dificultando e impedindo a busca do objetivo comum que a Rede compartilha.

O desenvolvimento de mobilização, capacitação e assessorias foram essenciais para que se evidenciasse a fragilidade de algumas instituições sociais em garantir a proteção de crianças e adolescentes com direitos violados, a falta de clareza nas atribuições dessas instituições e de cada profissional que atua na Rede de Proteção, a falta de agilidade no atendimento as vítimas e a precariedade dos sistemas de notificação. Todos esses fatores contribuem para que haja uma grande dificuldade no enfrentamento à violência infanto-juvenil, além de contribuir com o processo de revitimização de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Tudo isso faz com que ao invés de garantir os direitos, eles sejam ainda mais violados.

Infelizmente, as diversas formas de violência continuam fazendo parte da realidade de um grande número de crianças e de adolescentes em nossa sociedade, evidenciando a indispensabilidade de projetos e ações dessa natureza, tanto por parte das Universidades Públicas e Privadas, como por parte do Governo, enquanto políticas públicas de enfrentamento à violência infanto-juvenil.

Por tanto, destacamos a importância do Projeto de Extensão, que contribuiu para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes e da Comissão Regional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes no seu papel de mobilizadora e articuladora das ações regionais de enfrentamento à violência; com o processo de formação de 3.000 profissionais do SGD que participaram das capacitações realizadas, e contribuiu também, de forma significativa para a formação profissional dos estagiários e profissionais envolvidos, através do desenvolvimento de habilidades e construção

de conhecimento necessários à prática do Assistente Social, Psicólogo e demais profissionais.

REFERÊNCIAS

Azevedo, M.A. & Guerra, V.N.A. (1989). **Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu.

BRASIL. **Resolução n. 113 de 19 de abril de 2006**. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd/pdfs/Res_113_CONANDA.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/**. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS**. Brasília, 2005. Acesso em: 29 fev. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações sobre a Gestão do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS – 1ª versão**. Brasília, 2011. Acesso em: 01 mar. 2016

BRASIL. Presidência da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 07 jan. 2016.

_____, **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/maio/bolsa-familia-acelera-reducao-de-mortalidade-infantil>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

_____, **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>>. Acesso em: 17 maio. 2016.

_____, Presidência da República. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 junho. 2016.

BÖRZEL apud FLEURY, Sonia. **Redes de políticas: novos desafios para a gestão pública**. 2005 p. 78. Disponível em: 08 junho. 2016.

DIÁCOMO, M. **O sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente e o desafio do trabalho em “rede”**. Disponível em:

<http://www.mppr.mp.br/arquivos/File/Sistema_Garantias_ECA_na_Escola.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

LAVORATTI, Cleide. ***Tecendo a rede de proteção: desafios do enfrentamento intersetorial à violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes no município de Curitiba/pr.*** 2013. 321f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

LAVORATTI, C. **Núcleo de ensino, pesquisa, extensão e assessoria sobre infância e adolescência (Nepia):** um espaço interdisciplinar de formação profissional, 2014.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 19.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOTTI, A.; SANTOS, J. **Redes de proteção social à criança e ao adolescente: limites e possibilidades.** “Parâmetros de Atuação do Sentinela” - caderno 2 – orientação à prática – UFMS/MDS. Disponível em: <http://www.ivead.com.br/pair/public/arquivos/Texto%20m5.pdf>>. Acesso em: 12 junho. 2016.

OLIVEIRA, Adalberto Boletta, GUERRA, et al. ***Crianças Vitimizadas: A Síndrome do Pequeno Poder,*** Inglu Editora Ltda., 1989.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; SOUZA, Sônia Margarida Gomes. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. **Questão**, Rio de Janeiro, n.28, 2012. Disponível em <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/2artigo.pdf>>. Acesso em 20 jul.2016.

PARANÁ. SEDS. **Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná.** Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/plano_decenal/PlanoDecenal_digital.pdf>. Acesso em: 25 maio. 2016.

RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RODRIGUES, M. F. **Rede de proteção à criança e ao adolescente na assistência social em Campinas: o real, o necessário e o possível /** Mariana Ferreira Rodrigues – Campinas: PUC-Campinas, 2015. 129p. Dissertação. Acesso em: 17 junho. 2016



**LUIZ FERNANDO DE SOUZA
MARCIA MARIA DROPA
LARISSA MONGRUEL MARTINS DE LARA**

**A UTILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO
EDIFICADO COMO ATRATIVO
TURÍSTICO: O CASO DO
PATRIMÔNIO DA CIDADE DE PONTA
GROSSA - PR**



1. INTRODUÇÃO

A atividade turística está cada vez, mais tomando um volume considerável em se tratando de fator econômico, não somente no Brasil, mas também em todo o mundo.

Dentro da atividade turística, inúmeros são os atrativos motivadores do deslocamento das pessoas até o destino. Uma das formas de motivação se dá por meio do Patrimônio Histórico Cultural, Tangível e Intangível.

A busca por destinos que possuem um apelo arquitetônico que seja valorizado pela humanidade como um todo, não somente pelo autóctone, e por sua valorização perpassa pelo homem, tornando-se uma motivação para pessoas de todas as partes do mundo, como por exemplo, a Torre Eiffel em Paris, o Cristo Redentor no Rio de Janeiro, o Big Bang em Londres, entre outros bens edificados que se tornaram conhecidos no mundo inteiro por se tornar uma referência edificada.

Em relação ao patrimônio pode-se citar Murta (2002), quando comenta sobre a interpretação do patrimônio por parte do turismo, que o bem móvel quando interpretado pode obter uma melhor compreensão por parte do turismo, e assim, acaba sendo mais valorizado, devido à contextualização histórica dada pelo mesmo.

Quando se lê Zevi (1996), identifica-se a relação do patrimônio com o espaço edificado e o turismo, demonstrando que a paisagem constituída pelo perímetro urbano visitado, fica na memória da população, pois grava-se em suas lembranças, e consegue mesmo sem conhecimentos teóricos, identificar as diferenças arquitetônicas constituídas com o passar do tempo.

Tratando-se do texto de Gastal (2005), relata-se que a imagem do local visitado fica na memória do turismo enquanto seu imaginário, então quando se fala para o turista sobre uma sinagoga, se o mesmo teve a oportunidade de conhecer Istambul, por exemplo, a cidade vem à sua memória ao mesmo momento.

Desta forma identifica-se o patrimônio como algo que fica marcado na lembrança das pessoas, por meio de um passeio que pode até mesmo ter sido realizado sem a intenção de conhecer a edificação, mas por ser algo diferente do seu cotidiano estas lembranças ficam marcadas em sua memória.

Já para a localidade, esta valorização dada pelo turista, também auxilia na preservação e conservação das edificações que de alguma forma remontam ao passado, no contexto histórico da localidade, tornando-se então, a edificação, algo importante para ser preservada, e guardada para o conhecimento de gerações futuras, seja pelo seu valor histórico de determinada época, ou algo importante que lhe embute esta valorização, ou pelo próprio estilo arquitetônico diferenciado, que merece ser preservado.

Também em relação à utilização do Patrimônio edificado, que o curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, por meio do Projeto de Extensão “Conhecendo PG”, em parceria com a Fundação Municipal de Turismo, a Viação Campos Gerais, e com auxílio financeiro da Fundação Araucária por meio de concessão de bolsas acadêmicas, esta colocando para a comunidade local a possibilidade de conhecer o Patrimônio Edificado do Município, sendo este um dos roteiros oferecidos de maneira gratuita para a comunidade local.

Este roteiro perpassa pelo “Centro histórico” do município, levando a conhecimento dos participantes as edificações das Estações, Saudade e Paraná, Vila Hilda, Prédio da PROEX – Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários,

etc...., fazendo com que este patrimônio se torne conhecido e assim valorizado, por meio da interpretação destes por parte dos acadêmicos do curso de Turismo.

Segundo Murta (2002, p.24) “A interpretação ao vivo, também chamada de interpretação pessoal, pressupõe um ator, um guia ou expert contando casos, atuando, cantando, conversando, demonstrando, ilustrando e explicando temas e processos a visitantes”, além de que “falar de seu lugar, do passado histórico, de acontecimentos recentes, ou mesmo de problemas atuais, bem como a coleta de evidências pessoais da história, são fundamentais no processo de interpretação e valorização.” (MURTA, 2002, p.14).

Assim trabalham em conjunto os órgãos envolvidos neste processo, de levar ao conhecimento da comunidade local a interpretação do Patrimônio, com o objetivo de relatar e transmitir a importância desta ou aquela edificação, tanto quanto estilo arquitetônico, como de um marco histórico local.

Desta forma destaca-se a importância do patrimônio histórico preservado, conservado, e mesmo o tombado na cidade de Ponta Grossa – PR, que atualmente é utilizado como atrativo turístico, e considerado pela comunidade como um importante imóvel, que deve ser cuidado para que seja conhecido por gerações futuras.

2. ATIVIDADE TURÍSTICA

A atividade turística está cada vez mais interferindo no setor econômico e destacando-se dentre o cenário mundial, fazendo com que estudos sobre a mesma seja realizado pela própria academia na busca de compreender a atividade, seus impactos positivos e negativos na localidade que a esta é desenvolvida.

O conceito de turismo utilizado nesse trabalho será o da Organização Mundial do Turismo – OMT (World Tourism Organization - WTO) que conceitua

que: “O turismo compreende as atividades de pessoas que viajam e permanecem em locais fora de seu ambiente usual, por não mais de um ano consecutivo, para fins de lazer, negócios e outros.” (1994, *apud* LICKORISH e JENKINS, 2000, p. 53).

Para autores como Oscar de La Torre *apud* Ignarra (1999 p.24), definem o turismo sob um maior aspecto social, como segue:

O Turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Beni (2004), identifica em seus estudos três tendências que auxiliam uma definição da atividade turística, baseado na academia, nas empresas e em órgãos governamentais: definições econômicas, definições técnicas, e holísticas.

Dentre as definições econômicas, enfatiza-se entre as implicações econômicas e empresariais. Beni estuda muitos autores como: Herman Von Schullen (1910), Departamento Australiano de Turismo e Recreação (1975), Ansett Airlines of Australia (1977), Robert McIntoch (1977), porém entre todos os autores estudados pelo autor, vale destacar Palomo (1991), pois o mesmo apresenta em sua obra “*Elementos para el estudio de la economia de la empresa turística*”, uma definição de turismo com um visão econômica levando em consideração os seguintes motivos: (BENI, 2004, p. 34)

- a) a propensão de viajar é um ato humano;
- b) a recreação é uma atividade desenvolvida por indivíduos, isolada ou grupalmente;
- c) os deslocamentos são atos que compreendem gastos e receitas;
- d) o consumo de bens e serviços turísticos pode enquadrar-se em mais de uma atividade econômica;
- e) a geração de riqueza por meio de um processo produtivo é clara e tipicamente uma atividade econômica.

Com a interpretação dada por Beni (2004), Palomo (1991), pois devido à nossa cultura o ser humano já nasce com a necessidade de recreação e a curiosidade de conhecer e compreender o novo, desta maneira as viagens e as ações de recreação acontecem inerentes à vontade própria das pessoas, elas simplesmente se organizam para deslocar-se para destinos com o intuito de realizar seus momentos de lazer, e de maneira involuntária se deparam com culturas diferentes das suas, seja de maneira tangível e/ou intangível, por meio da gastronomia, da língua e das edificações e da nova paisagem que mantém o contato visual.

Analisando as definições técnicas propostas pelo texto de Beni (2004, p. 35), tem-se que desde 1930 a atividade turística está sendo estudada com o intuito de verificar o controle da dimensão e suas características mercadológicas, e para tanto se faz a distinção entre turista e outros viajantes, assim como os visitantes locais, que utilizam a atratividade turística da localidade como objeto de lazer, entretenimento e recreação.

Em 1937 a Comissão de Estatísticas da Liga das Nações, intitula o turista internacional como “a pessoa que visita um país que não seja o de sua residência por um período de, pelo menos, vinte e quatro horas”, servindo esta de base para conceitos futuros. Em 1963, na cidade de Roma foi realizada a Conferência sobre Viagens Internacionais e Turismo, e neste momento com o objetivo meramente estatístico a ONU – Organização das Nações Unidas então chegou a um consenso em definição para turistas e excursionistas, sendo estas aprovadas em 1968 pela OMT – Organização Mundial do Turismo (então chamada de União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens):

As definições holísticas procuram abranger o escopo total do assunto. Em 1942 os professores Hunziker e Krapf, definem o turismo como: (*apud* BENI, 2004,

p. 36) “A soma de fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência de não residentes, na medida em que não leva à residência permanente e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória”.

Assim sendo, estes autores manifestam as relações que ocorrem entre o turista e o autóctone, devendo desta maneira o morador local ter também a possibilidade de conhecer e interpretar seu próprio espaço, e assim auxiliar na preservação e conservação do mesmo, seja este um patrimônio tombado ou não, mas sendo edificações e/ou espaços que fazer parte da história constituída no território que este habita.

Boullón (2001), em sua obra Planejamento do Espaço turístico destaca que os espaços são segmentados dentro do em sete tipos de espaços físicos:

- espaço real: composto por toda a superfície terrestre, bem como toda a biosfera que a envolve;
- espaço potencial: possibilidade de utilização de determinado espaço para fim potencial, de acordo com suas características físicas. Este tipo de espaço não existe no presente, e sim no ideal dos planejadores para um futuro próximo. A potencialidade do território em questão, é identificada por meio da realização do inventário físico, econômico, político e social, e com a análise do mesmo, tem-se o diagnóstico, que retrata a potencialidade de uso do local.
- espaço cultural: é a consequência da ação antrópica sobre o espaço físico, o que o mesmo construiu, e enquanto espaço social, por meio de ações anteriores e do dia-a-dia, percebidas pelas edificações, maneiras e ou técnicas de plantio ou uso do solo, bem como por meio de suas manifestações culturais.
- espaço natural adaptado: também chamado de espaço rural. São as partes do território que foram modificados pela ação do homem, para serem utilizados como meio de subsistência, são as porções do solo que são exploradas pela agricultura, pecuária, mineradoras.

- espaço artificial: também chamado de espaço urbano, porém não somente este. É todo o espaço modificado pelo homem, por meio das construções para satisfação e para sanar suas necessidades, sejam estas básicas, como moradia, como espaços artificiais, como parques temáticos, para o uso de meios de lazer, entre outros.
- espaço natural virgem: são partes do território, hoje quase inexistentes, que ainda não sofreram qualquer tipo de ação antrópica.
- espaço vital: são as partes do território que o homem e qualquer ser vivo necessitem como meio de sobrevivência.

Seguindo a metodologia proposta por Boullón, neste trabalho de pesquisa utiliza-se como referencia o espaço cultural, espaço artificial, bem como o espaço potencial, que fazem parte das edificações encontradas no Município como referencia patrimonial do mesmo, pois segundo Funari, Pinski, D'Antona, Moura, Moura, Gomes, Neto, Morais e Rodrigues (2001, p. 15): “O turismo cultural, tal qual conhecemos atualmente, implica não apenas a oferta de espetáculos ou eventos, mas também a existência e preservação de um patrimônio cultural representado por museus, monumentos e locais históricos”.

Rodrigues (1999, p. 48 - 49), em relação ao estudo proposto por Santos (1986), interpreta que por meio deste pode-se realizar a interpretação do espaço territorial, no caso, do espaço turístico, e destacando que:

A forma refere-se ao aspecto visual – a paisagem... função pretende decompor o espaço turístico nos seus elementos – oferta, demanda, transporte, infraestrutura, serviços, gestão e marketing... Nessa análise é fundamental a captação da estrutura espacial, que extrapola o estudo da forma, uma vez que pretende expressar a dependência mútua entre as partes do todo, ou seja, a funcionalidade espacial.

O Mtur (BRASIL(b), 2007, p.22), estabelece que a “análise de mercado e definição de segmentos”, é um dos passos a ser seguidos pelos municípios

turísticos, como uma estratégia de competitividade para o produto turístico local e regional, atendendo ao que propõem o PNT – Plano Nacional de Turismo, e por consequência ao PRT.

Estes segmentos foram estabelecidos pelo Mtur, por meio de análise de fatores (BRASIL(a), 2009):

- Características e história do destino ou território turístico;
- Análise do ambiente externo e interno;
- Definição do produto e segmento de oferta;
- Definição dos segmentos de demanda;

Sendo assim, o Mtur segmenta o mercado turístico em (BRASIL(i), 2009):

- Turismo Cultural: segmento que visa valorizar e promover os bens materiais e imateriais encontrados no patrimônio histórico edificado e natural, bem como pela inserção da demanda em manifestações culturais em eventos, feiras, e no próprio território;

Desta maneira destaca-se a importância do conhecimento do patrimônio para a comunidade local, pois o mesmo é utilizado de maneira direta como parte do turismo cultural.

Neste sentido o “Projeto Conhecendo PG”, realizado pelos acadêmicos do curso de Bacharelado em Turismo, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, Brasil, em parceria com a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, a Viação Campos Gerais, leva à comunidade local a possibilidade de visitar e conhecer seu patrimônio histórico, por meio da interpretação dos mesmos realizada pelos próprios alunos que acompanham as visitas.

3. PROJETO DE EXTENSÃO – CONHECENDO PG

Pretende-se com este projeto estabelecer diálogo entre a comunidade local e o meio envolvente, valorizando as realidades patrimoniais no contexto

ambiental em que se inserem. Não há dispositivo, fotografia ou videograma que possa substituir a presença real do monumento ou do objeto, frente ao qual o autóctone se sente interpelado, envolvido e afetivamente impulsionado a, por intermédio deles, dialogar com o passado.

O projeto Conhecendo PG teve início em 2011, e tem como objetivo estimular os moradores de Ponta Grossa a conhecerem os atrativos turísticos da cidade, divulgá-los e preservá-los, atendendo principalmente escolas públicas municipais e estaduais, associações e entidades de classe. Desta forma também se trabalha com a sensibilização e a valorização da comunidade local em relação aos atrativos turísticos do município.

O funcionamento do projeto ocorre da seguinte forma: é feito um pré-agendamento da saída através da Fundação Municipal de Turismo, as saídas são feitas uma vez por semana, todas as quintas-feiras com ônibus cedido pela Viação Campos Gerais.

Os interessados em participar fazem o agendamento de forma gratuita, participam das saídas guiadas sendo em sua maioria grupos de escolas municipais ou estaduais, entidades e associações, que optam por um dos roteiros oferecidos. Também podem fazer solicitação para participar do projeto grupos de pessoas (turistas) que estão no Município com o intuito de participar de eventos como, por exemplo, o ADM – Congresso Internacional de Administração, entre outros.

O acompanhamento dos grupos é feito por um funcionário da FUMTUR e pelos acadêmicos do curso de Bacharelado em Turismo da UEPG participantes do projeto. Durante as saídas são apresentadas as características de cada local visitado, sua história e suas curiosidades, e no final os acadêmicos fazem uma dinâmica com os participantes para melhor entendimento e fixação das informações repassadas.

Assim sendo, os acadêmicos de turismo que participam do projeto têm

que saber passar informações sobre o local de forma com que estas fossem entendidas por qualquer pessoa independente da sua escolaridade e idade.

Além de desenvolver as características da hospitalidade sendo sempre cordial, ajudando na organização dos excursionistas, sabendo sanar as duvidas, enfim, estar preparado para auxiliar no que for preciso, tornando a experiência de conhecer Ponta Grossa a mais memorável possível para quem faz o passeio.

Este projeto tem se apresentado como uma excelente ferramenta que possibilita assegurar a preservação e conservação do Patrimônio Edificado da cidade de Ponta Grossa, para que possa permanecer em sua forma original para gerações futuras, bem como da utilização do mesmo como atratividade turística.

Conforme citado anteriormente, o projeto teve início em maio de 2011 e neste mesmo ano atendeu em torno de 800 pessoas, e até agosto de 2016 o projeto já atendeu mais de 4.000 munícipes.

Para a efetivação do “Conhecendo PG” o projeto teve como base inicial uma pesquisa de campo elaborada pelos próprios alunos. Através desta, são definidos os locais a serem analisados, com apoio de material bibliográfico, documentos, embasando teoricamente a elaboração da saída de campo, onde os autóctones poderão visitar e compreender a importância e relevância de cada patrimônio visitado para a localidade.

Por meio de uma análise qualitativa e com método descritivo, fez-se a catalogação das informações em literatura especializada com relação ao objeto de estudo. E a partir desta pesquisa foram elaborados quatro roteiros, sendo eles: roteiro religioso, composto pela visita à Catedral, Casa do Divino e Mosteiro da Ressurreição; roteiro industrial com a visita a alguma das seguintes indústrias: Beaulieu do Brasil – Fábrica de Carpet, CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, Henneiken – Cervejaria; o roteiro histórico-cultural que contempla o prédio histórico da Pró-reitoria de extensão da UEPG, o Museu

Campos Gerais, a Mansão Vila Hilda e a Praça Marechal Floriano Peixoto; e o roteiro natural que faz a visitação na Adega Porto Brazos (turismo rural) e no Buraco do Padre. Qualquer um dos roteiros tem duração de até quatro horas.

Para que os academicos possam estar interados do Município, bem como de seus atrativos, e/ou, recursos turísticos, os mesmos passam por um treinamento oferecido pelos professores do Departamento de Turismo da UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa, em conjunto com a FUMTUR – Fundação Municipal de Turismo de Ponta Grossa.

O resultado da pesquisa bibliográfica segue abaixo, sendo os dados extraídos de referenciais bibliográficos e dos dados contidos no site da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, como segue:

Pode-se citar como atrativos históricos relevantes no município: (dados extraídos do site do Município: (Prefeitura Municipal de Ponta Grossa in <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/>).

- Museu Campos Gerais: O Museu foi inaugurado em 1983, num prédio construído na década de 20 que abrigou o antigo fórum da comarca de Ponta Grossa. Ainda preserva suas características arquitetônicas originais. Apresenta exposição de caráter eclético, dividida em seções como as de paleontologia, indígena e de ambiente regional, entre outras. É mantido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

- Complexo Ferroviário: Estação Paraná / Casa da Memória – Conjunto Tombado. O prédio foi inaugurado em 1894, era o ponto de embarque e desembarque dos passageiros da Linha Férrea Paraná, entre Ponta Grossa e Curitiba. Com o crescimento da ferrovia e conseqüente aumento dos passageiros e transporte de cargas, foi necessário construir o barracão que fica ao lado da Estação. Em 1906 foi construído o terceiro prédio, a Estação Saudade. Então, a Estação Paraná passou a abrigar a parte administrativa da Rede no seu primeiro piso, enquanto

no andar superior morava o Diretor da Rede. O prédio foi utilizado desta forma, aproximadamente até a década de 70, quando começaram a ser retirados os trilhos da área central da cidade. Em 30 de Maio de 1990, todo o conjunto foi tombado pelo Patrimônio Histórico. Em 7 de Setembro de 1995, foi inaugurada, no antigo prédio do barracão, a Casa da Memória.

- Maria Fumaça – Conjunto Tombado, Conhecida por “250” a Maria Fumaça está localizada na plataforma de embarque e desembarque de passageiros da antiga Estação Paraná da Rede de Viação do Paraná – Santa Catarina e depois da Rede Ferroviária Federal.

- Mosteiro da Ressurreição: O Mosteiro da Ressurreição é uma comunidade de monges beneditinos localizada na área rural de Ponta Grossa. Fundado em 1981, atende a inúmeros leigos e religiosos que, como visitantes ou hóspedes, buscam momentos de recolhimento, oração e direção espiritual. Os monges também trabalham produzindo licores, velas artesanais, peças em cerâmica, pinturas em diversos materiais e paramentos litúrgicos. Além disso, na licoreira são produzidos licores a partir de fórmulas desenvolvidas pelos monges, e guardadas em segredo.

- Capela Santa Bárbara: Um dos marcos da colonização portuguesa no Paraná, configura-se num patrimônio arquitetônico e cultural de valor inestimável para os Campos Gerais. Suas origens datam do início do século XVIII, quando a Companhia de Jesus recebeu, de José Góes e Moraes, a doação da sesmaria de Itaiacoca (1727). Registros dão conta que em 1729 já havia um oratório no lugar onde hoje fica a Capela, e que pouco depois a mesma foi construída. Os jesuítas permaneceram nessas terras até a década de 1760, quando foram expulsos do país por ordem do Marquês de Pombal. Sem dúvida, a maior herança arquitetônica deixada por eles na região foi a Capela Santa Bárbara. Hoje, ela simbolicamente representa o início de todo processo de ocupação, de formação

do povo da cultura típica dos Campos Gerais. Em abril de 2003, foram concluídas as obras de restauração da Capela e retomada sua visitação pública.

- Igreja Nossa Senhora do Rosário: A construção do primeiro templo situado no Largo do Rosário deu-se por volta de 1852 quando a Irmandade do Rosário, constituída por escravos negros, erigiu uma capela em taipa e pilão. Já sua segunda construção teve início em 1950, sendo inaugurada em 1952. De presença marcante no local, foi feita em estilo romântico, em alvenaria, com duas imponentes torres frontais e interiores sóbrios lembrando as igrejas de Roma. Destaca-se a pintura do altar-mor simbolizando os três Mistérios do Rosário, feita em 1961 por artistas húngaros. Nas paredes laterais existem ainda dois altares e mosaicos bizantinos representando a via-sacra.

Entre os principais atrativos naturais de Ponta Grossa, destaca-se o Parque Estadual de Vila Velha, criado em 12/10/1953, sendo representado pelo conjunto – Arenitos, Furnas e Lagoa Dourada – o qual conta com uma área de 3122 hectares e é coberto, na sua maior parte, por campos naturais. Tombado pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado em 1966, o Parque abriga uma fauna variada, representada por lobos-guará, suçuaranas, jaguatiricas, quatis, gatos-do-mato, cachorros-do-mato, iraras, furão, catetos, veados, tatus, pica-paus, pombas, perdizes, tamanduás-bandeira e mirim, diversos tipos de aves, entre outros.

Em Ponta Grossa, como em muitos outros municípios da região dos Campos Gerais e em quase todo o país, a atividade turística apresenta-se como uma das principais ferramentas para alavancar o desenvolvimento econômico desejado. Dessa maneira, a soma de esforços de diversos setores da sociedade, desde o poder público municipal, as instituições públicas e privadas de ensino, as organizações não governamentais e a iniciativa privada, tem sido vital para que o turismo alcance seus resultados desejados.

Com a criação do Conselho e do Fundo Municipal de Turismo de Ponta Grossa, que conta com representantes de diferentes setores da sociedade, o planejamento e a prática da atividade turística no município tem sido discutida de forma que possibilite o seu desenvolvimento.

O Plano Diretor de Turismo de Ponta Grossa, que conta com um inventário de todo o município, com um perfil diagnóstico e também com um plano de ação para desenvolver a atividade, visa maximizar todos os potenciais atrativos turísticos, sejam eles naturais ou culturais, além de resgatar a verdadeira identidade do povo dos Campos Gerais, que é marcada na figura do tropeirismo.

Tendo como base a vivência experimentada de um projeto que busca a valorização da edificação tanto em seu contexto histórico, como em caráter de estilo arquitetônico, é que foi possível identificar a importância da interpretação do patrimônio histórico.

A valorização da estética local, temporal de uma construção, seja de uma casa, edifício, monumento, praça, etc., pois esta ocupação espacial tem um reflexo estético direto com a constituição da paisagem urbana, e ficará marcada na história desta comunidade.

A vivência direta com a constituição de um espaço urbano e a valorização das edificações neste estabelecidos fazem com que a modificação da paisagem local seja denotada e experienciada pelos autóctones, e nada mais justo colocar a disposição destes, interpretações do patrimônio edificado, facilitando a sua valorização e como consequência a preservação e conservação deste, como é refletido no espaço do centro histórico da cidade de Ponta Grossa – PR.

Lançado no ano de 2010, o Projeto compreendido por meio de parceria entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa, Fundação Araucária, a Fundação Municipal de Turismo (FUMTUR), a Viação Campos Gerais (VCG), tendo cada um dos parceiros suas funções e atribuições bem delimitadas. (NASIF, SOUZA, MAIO e

MOREIRA, 2015).

A FUMTUR contribui meio do apoio logístico, o agendamento com os grupos interessados, também com o acompanhamento das saídas, que acontecem durante as terças e quintas-feiras de cada semana, que ultrapassou desde seu início o número de quatro mil pessoas que utilizaram do projeto em benefício próprio, sendo que destas 75% preferiram realizar o Roteiro Cultural.

A Viação Campos Gerais, tem a responsabilidade de fornecer o transporte público do município de Ponta Grossa, por meio de disponibilização um ônibus, que é adaptado sendo de uso exclusivo para ações sociais, bem como o motorista que também é treinado para o projeto.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa fica com a responsabilidade de oferecer o trabalho de preparo e guiamento dos grupos, por meio de alunos que fazem parte do projeto como voluntários e/ou bolsistas pagos pela Fundação Araucária.

Sendo o roteiro histórico-cultural objeto deste estudo, merece ser destacado quais são as edificações que o compõem integrando: o Edifício Guilherme Naumann, que hoje abriga a Pró Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais desta Universidade; dentre o Complexo Ferroviário fazem parte a Estação Paraná, a onde funciona a Casa da Memória de Ponta Grossa e região; assim como a Estação São Paulo – Rio Grande, ou Estação “Saudade”; também Mansão Vila Hilda, que abriga a Fundação Cultural do Município; o antigo Fórum e Casa de Câmara e Cadeia que esta ocupada pelo Museu Campos Geral, a Praça Marechal Floriano Peixoto, composta pelo obelisco, que homenageia os fundadores do município, o monumento ao sesquicentenário, o monumento à Bíblia e a Catedral de Sant’ana, sendo esta o marco zero de Ponta Grossa.

Sua dinâmica funciona com a apresentação e interpretação das principais características e curiosidades acerca dos atrativos e recursos turísticos do

município de Ponta Grossa, tais como histórico, origem do nome, geografia, economia, além de peculiaridades de cada atrativo contemplado pelo roteiro.

Assim sendo o projeto tem proporcionado o conhecimento dos recursos e atrativos turísticos para os autóctones, contribuindo para o conhecimento da importância da preservação e conservação do Patrimônio Edificado, assim como por parte de turistas que visitam o Município, que por meio das informações recebidas podem ter uma noção da constituição e formação do município, através de sua história edificada.

4. CONCLUSÃO

Desta maneira conclui-se que a utilização da edificação como atrativo da atividade turística, tanto pelo turismo, como pela comunidade local, auxilia na preservação e conservação do patrimônio, possibilitando o contato dos mesmos pelas gerações futuras.

Por meio do Projeto de Extensão “Conhecendo PG”, dinamiza-se o conhecimento dos autóctones, como dos turistas da importância do Patrimônio Edificado da Cidade de Ponta Grossa.

Esta é uma das alternativas que pode ser implantada como instrumento a contribuir para o conhecimento e interpretação das edificações, assim como da paisagem que compõem a história de uma cidade.

São projetos como estes que devem ser buscados pelos municípios, que possam fazer com que o patrimônio, antes de tudo seja conhecido e reconhecido pela comunidade local. Desta forma a contextualização vivenciada ficará marcada no subconsciente da comunidade, auxiliando na salvaguarda das edificações que fazem parte do contexto histórico local, seja este pela valorização estilística arquitetônica, ou de um momento econômico ou político, pelo qual esta comunidade viveu.

REFERENCIAS

- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 10ª Ed. São Paulo: SENAC, 2004.
- BOULLÓN, Roberto C. **Planificación del Espacio Turístico**. México: TRILLAS, 2001.
- BRASIL(a), Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas de Turismo. **Conceitos básicos e apoio à comercialização de produtos segmentados** / Ministério do Turismo – (Brasília): o Ministério: Florianópolis: SEAD/UFSC, 2009. Livro 02.
- BRASIL(h), Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo – roteiros do Brasil: Módulo Operacional 07. Roteirização turística/** Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização – Brasília, 2007.
- FUNARI, Pedro Paulo Et al. **Turismo e Patrimônio Cultural**. Ed Contexto, 2001.
- GASTAL, Suzana. **Turismo, Imagens e Imaginários**. São Paulo: Aleph, 2005.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 2ª Ed., São Paulo: Atlas, 1987.
- IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- LICKORISH, Leonard J. **Introdução o turismo**. Tradução de Fabíola de Carvalho S. Vasconcellos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- MURTA, Stela Maris. Et al. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG. Território Brasilis, 2002.
- Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, (<http://www.pontagrossa.pr.gov.br/> ; acessado em 20 de julho de 2016).
- NASSIF, Juliana de, SOUZA, Luiz Fernando, Et al. **Conhecendo PG: a educação patrimonial no ambiente escolar**. 13.º CONEX – Conversando com a Extensão – UEPG, 2015.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999.
- ZEVI, BRUNO. **Saber ver a arquitetura**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p



EDNÉIA PERES MACHADO

**PROJETO DE EXTENSÃO -
PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO NA
ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER:
COLETA DE EXAMES
PAPANICOLAOU**



O desenvolvimento de um projeto se dá pela dinâmica da ação relacionada à tríade motivação-entusiasmo-trabalho.

A motivação, um processo psicológico intrínseco ao indivíduo, que o impulsiona a realizar com presteza e precisão seu trabalho, persistindo na sua execução a fim de atingir o resultado previsto, no contexto da interação dos interesses da organização e do empregado (TAMAYO & PASCHOAL, 2003). O entusiasmo, inspira as pessoas com algo além do normal e as coloca acima delas próprias (MALARET, 2003). O trabalho pressupõe a geração de significado numa relação de dupla transformação entre homem e natureza, sendo a relação sujeito-objeto mediada pelo signo que transcende e permanece além da relação sujeito-objeto, maior será o prazer quanto mais completo e complexo for o ciclo do significado sujeito-trabalho (CODO, 1997).

Como segmento vem as relações interpessoais, pois a produtividade de um grupo e sua eficiência estão estreitamente relacionadas à competência de seus membros somada à solidariedade de suas relações interpessoais (MAILHIOT, 1976).

Fechando do ciclo, o planejamento estratégico, com a formação da equipe de trabalho. O trabalho em equipe é formado por um grupo de poucas pessoas, cujo conhecimento é complementado por membros compromissados com as metas e todos se mantem conjuntamente responsáveis pela performance e alcance do objetivo, considerando que a velocidade com que as mudanças ocorrem, exige estruturas flexíveis e adaptáveis (KATZENBACH & SMITH, 1995).

Assim, em setembro de 2011 inicia o projeto de extensão “Prevenção e educação na atenção à saúde da mulher: coleta de exame Papanicolaou”, tendo como idealizadora a enfermeira Sonia Ramos Tosato, responsável técnica pelo Ambulatório de Saúde da UEPG, movida pelo desejo de implantar o atendimento

de prevenção do câncer do colo uterino no ambulatório, propôs o desenvolvimento desse trabalho à professora Dra. Ana Paula Xavier Ravelli, enfermeira obstetra, docente da disciplina Materno infantil do departamento de Enfermagem e Saúde Pública (DENSP), que prontamente aderiu à ideia. Assim, a equipe de profissionais responsáveis pela consulta de enfermagem e coleta de material se formava.

A fim de buscar profissional que trabalhasse com a análise citopatológica, foi contatado o Prof. Msc. Paulo Favero, na época chefe do departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas (DECLIN), intermediando a integração à equipe a professora Msc. Ednéia Peres Machado, docente da disciplina de Citopatologia Cervicovaginal do DECLIN. Assim formou-se uma equipe multiprofissional.

O projeto trabalha essencialmente com a saúde da mulher, sendo o enfoque principal o câncer do colo uterino, importante problema de saúde pública, por ser a terceira neoplasia mais frequente em mulheres e a quarta causa de morte por câncer da população feminina do Brasil. Entre os anos de 2014 e 2015 foram estimados cerca de 15.590 novos casos desse câncer no país, sendo na região Sul a quarta mais frequente no país (INCA, 2014).

Pela relevância do tema, o Brasil criou na década de 1990 o Sistema de Informação do Controle do Câncer do Colo do Útero (SISCOLO) responsável pela expansão da política de estratégia de saúde da família, acarretando em considerável aumento na demanda de exames realizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2011).

O Ministério da Saúde propõe a periodicidade da realização do exame citológico do colo uterino anualmente em mulheres entre 25 e 64 anos ou sexualmente ativas, e após dois exames consecutivos negativos, um exame a cada três anos (BRASIL, 2011).

O colo do útero é o local de encontro do epitélio escamoso vaginal e glandular do canal endocervical, região denominada junção escamo-colunar (JEC),

na qual ocorre o desenvolvimento da maioria dos tumores do colo uterino. A evolução de uma lesão cancerosa ocorre num período de 10 a 20 anos. Em sua fase inicial normalmente não ocorrem sintomas podendo evoluir para sangramento vaginal, secreção anormal e dor abdominal (INCA, 2014a).

A infecção persistente por alguns tipos oncogênicos do Papiloma Vírus Humano (HPV) tem sido apontada como o principal fator de risco para o câncer do colo uterino. Porém, outros fatores de risco como início precoce da atividade sexual, múltiplos parceiros, uso de contraceptivos, tabagismo e histórico de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) também são importantes fatores de risco para essa neoplasia (MS, 2002).

Por ser de evolução lenta, o câncer do colo uterino passa por fases pré-clínicas que se identificadas podem ser tratadas e curadas (MS, 2002).

O exame de Papanicolaou é o teste preconizado para o rastreamento do câncer do colo uterino, pela obtenção de amostras celulares da JEC, coletadas por raspagem da ectocérvice com a espátula de Ayre e da endocérvice com escovinha cervical. Após coletado, o material é depositado em lâmina por esfregaço unidirecional, e fixado com álcool 95% ou polietilenoglicol, para manter a integridade das células. (BRASIL, 2002).

Muitos são os fatores que podem interferir de forma direta ou indireta no resultado do exame citopatológico. Erros de coleta e preparação da lâmina podem influenciar na sensibilidade e especificidade do teste. A alta taxa de resultados falso-negativos está relacionada a erros na coleta de material (62%), no escrutínio do esfregaço (16%) e na interpretação dos diagnósticos citopatológicos (22%) (GILL, 2005).

O atual Sistema de Informação do Câncer (SISCAN), demonstra dois graves problemas detectados no país: a delonga no repasse dos resultados dos exames e a colheita de material mal realizada, demonstrada estatisticamente pela crescente

quantidade de amostras insatisfatórias, principalmente no que se refere à representatividade e celularidade dos esfregaços, o que diminui consideravelmente a sensibilidade e especificidade do teste, tornando necessárias repetições de exames, tardando ainda mais o processo de diagnóstico e tratamento (INCA, 2014a).

O câncer do colo uterino no país, levando em conta sua epidemiologia, patologia, metodologia laboratorial para a pesquisa da doença, e os fatores que norteiam a sensibilidade e especificidade do teste, fez com que o projeto de extensão ampliasse seus objetivos no decorrer de seu desenvolvimento adequando-se dialeticamente às necessidades do meio.

A extensão universitária é um elemento de ligação entre a instituição de ensino superior e a sociedade em que está inserida, revela-se como uma obrigatoriedade constitucional exposta no artigo 207 da Constituição Brasileira a qual declara que as universidades gozam de autonomia didático-científica, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (SILVA, 2008). Seguindo esses preceitos, a descrição temporal das atividades do projeto explicitarão seu desenvolvimento dinâmico dentro do pressuposto metodológico que rege um trabalho extensionista.

Em 2011, o atendimento do projeto restringiu-se ao Ambulatório de Saúde da UEPG, na consulta de enfermagem e coleta de material cervicovaginal, e ao Laboratório Universitário de Análises clínicas (LUAC), na execução dos exames citopatológicos pelo método de Papanicolaou e emissão de laudos. O corpo discente foi composto por duas acadêmicas de enfermagem (Ediane Suellen dos Santos e Maria Alina L. Oliveira). Foram atendidas 70 mulheres da comunidade interna da UEPG, sexualmente ativas na idade de 18 a 60 anos.

Em 2012, o quadro de docentes e supervisores permaneceu sem alteração, assim como os trabalhos desenvolvidos pelo projeto. O corpo discente contou com

quatro acadêmicas de enfermagem (Fabiana Denise Ramos Freitas, Genyle Regina Santos Alvarez, Lorena Lara Xavier da Silva e Paola Martins Schivab). Foram atendidas 126 mulheres. No evento 10º Conversando sobre Extensão (Conex) foram apresentados dois trabalhos intitulados “Projeto de Prevenção e Educação na Atenção à Saúde da Mulher: Citologia pela Coloração de Papanicolaou” em pôster, e o resumo expandido “Perfil Ginecológico das Mulheres Atendidas pelo Projeto Prevenção e Educação na Atenção à Saúde da Mulher: Coleta de Exame Papanicolaou”.

Em 2013 passaram a integrar à equipe do projeto as professoras Eva Aparecida Almeida da disciplina Materno Infantil do curso de Enfermagem (DENSP) e das professoras do curso de Farmácia: Carmen Antônia Sanches Ito e Larissa Bail, docentes do Estágio Supervisionado em Análises Clínicas setor de Microbiologia Clínica; professora Danielle Cristyane Kalva Borato da disciplina de Hematologia e Jeanine Izabel Margraf Bittencourt professora de Micologia Clínica ambas especialistas em Citologia Clínica (DECLIN). Somando à equipe a agente universitária Enfermeira Jucélia dos Anjos, do Ambulatório da UEPG. Participaram sete discentes do curso de Enfermagem (Bianca Machado Cruz, Bianca Souza, Cecília Sanchez, Emily Caroline Lopes Stal, Letícia Waselcoski, Michelly Fernanda Fachin e Renata Zanardini Christóforo) e oito do curso de Farmácia (Athina Stephane Pinto, Bárbara Luiza Mendes Schuinski, Larissa Guidolin, Letícia L.M. Almeida, Mariana Kossatz Correia, Sandineli Bini, Taysa Cristiane da Silva e Thaisa Schumacher).

A ampliação do quadro docente possibilitou a inserção no projeto da análise microbiológica de secreção vaginal para DSTs, pelo método de Gram. Foram atendidas 114 mulheres entre servidoras, docentes e acadêmicas da UEPG, além de seus familiares.

Respeitando o ideal de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, o projeto passou a construir o laminário e introduzir aulas práticas da coleta de material cervicovaginal na disciplina de Citopatologia Cervicovaginal e ampliar o laminário do setor de Microbiologia da disciplina Estágio Supervisionado em Análises Clínicas, ambas do curso de Farmácia (DECLIN). No curso de Enfermagem o projeto introduziu conhecimentos teórico-práticos que embasam a qualidade das amostras para o exame de prevenção do câncer do colo uterino na disciplina Materno Infantil do curso de Enfermagem (DENSP).

Alguns pesquisadores têm considerado a microbiota vaginal como cofator na patogênese da neoplasia do colo uterino (MAEDA *et al.*, 1994), o que despertou interesse da citologia no uso do Papanicolaou como ferramenta auxiliar no diagnóstico laboratorial de algumas infecções cervicovaginais associadas a patógenos de transmissão sexual. Por ser o método de Gram padrão ouro para essa pesquisa em esfregaço (AVILÉSA *et al.*, 2001), o projeto passou a avaliar a coloração de Papanicolaou frente ao Gram, no diagnóstico laboratorial de vaginose, num trabalho de conclusão de curso (TCC) de Farmácia em 2013, de Fernando Tomazoni, intitulado “Validade do Papanicolaou para a detecção de vaginose bacteriana segundo as diretrizes do Programa Nacional de Controle do Câncer do Colo do Útero”, cuja conclusão sugere continuidade do estudo em maior número de amostras.

Por ser a extensão universitária um processo educativo que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável (FORUM, 2001), os dados coletados no projeto de extensão passaram a ser avaliados em projeto de pesquisa denominado “Determinação da acurácia entre os métodos de Papanicolaou e Gram na avaliação da microbiota de amostras ginecológicas de mulheres atendidas no projeto de extensão: “Prevenção e educação na atenção à saúde da mulher: coleta de exame Papanicolaou””.

Em 2013, o projeto participou do 11º Conex com três trabalhos em pôster intitulados: “Desempenho do Projeto de Prevenção e Educação na Atenção à Saúde da Mulher no Processo Ensino Aprendizagem”, “Critérios Laboratoriais na Pesquisa da Vaginose Bacteriana no Método de Papanicolaou” e “Avaliação dos Resultados de Exames de Colpocitologia Oncótica pela Coloração de Papanicolaou”.

No laboratório de citopatologia houve a preocupação com o descarte dos produtos químicos utilizados na coloração de Papanicolaou, cuja técnica foi padronizada pelo projeto da seguinte forma: etanol 80%, etanol 70%, etanol 50% e água destilada (1 minuto em cada), Hematoxilina de Harris (6 minutos), água destilada (1 minuto), HCl 0,25% (seis mergulhos), água corrente (8 minutos), etanol 50%, etanol 70%, etanol 80%, etanol 95% (1 minuto em cada), Orange G, etanol 95%, etanol 95% (30 segundos em cada), Eosina Amarela 36 (2 minutos), etanol 95%, etanol 95%, álcool absoluto, álcool absoluto, xilol e xilol (1 minuto em cada). Cada um dos corantes e solventes é acondicionado em frascos de 250 mL, nos quais são mergulhadas simultaneamente 10 preparações em berços próprios para coloração.

Inicia um trabalho interativo com o projeto de extensão “Projeto de gerenciamento de resíduos químicos na UEPG”, coordenado pela professora Dra. Célia Regina Carubelli, que armazena e recicla os resíduos químicos produzidos pelo laboratório da UPEG.

Após o término de cada bateria de coloração, o álcool e xilol utilizados são acondicionados em frascos apropriados e encaminhados para reciclar, evitando a contaminação do meio ambiente e diminuindo custos na obtenção dos solventes, solucionando dois grandes problemas no uso de solventes tóxicos: o descarte e a obtenção do produto.

Em 2014 a equipe de docentes e técnicos manteve-se inalterada. O quadro docente contou com três acadêmicas de Enfermagem (Bianca Souza, Cecília

Sanchez e Michelly Fernanda Fachin) e treze de Farmácia (Ana Carolina Lupepsa, Athina Stephanie Pinto, Caroline Orejana Ghizzi Bentos, Caroline Wosniack, Laís Nohemann, Larissa Guidolin, Letícia L.M. Almeida, Luciele Baier, Mariana Kossatz Correia, Marina Penteado de Almeida, Paula Sztoltz Piroski, Taysa Cristiane da Silva, Thaisa Schumacher). Nesse ano foram atendidas 197 mulheres.

Levando-se em consideração o Plano Nacional de Extensão (Brasil, 2001), na atividade extensionista é indispensável e indissociável do pensar e fazer universitário, com objetivo maior de interligar a universidade, num diálogo bidirecional às atividades de ensino e pesquisa a partir das demandas da sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente ou para referenciar sua formação com os problemas que um dia terá de enfrentar, o projeto passa a priorizar a formação dos profissionais de saúde, trazendo para si a responsabilidade com o desenvolvimento de um processo ensino-aprendizagem comprometido com as necessidades locais regionais de saúde, visando o incentivo da autonomia e autogestão do próprio aprender.

Baseado em dados da Regional de Saúde do Estado do PR (PARANÁ, 2004), que demonstrou estar Ponta Grossa entre os três municípios do Paraná com taxa de crescimento anual na mortalidade por câncer do colo uterino de 5,50% entre 1980 e 2000, e num levantamento realizado pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA) que apontou um constante crescimento no número de amostras insatisfatórias fundamentadas em hipocelularidade, de 42,19% em 2010 para 46,33% em 2013 no Paraná, tornou-se relevante a busca num progresso da qualidade das amostras, assegurando a obtenção de elementos celulares representativos da JEC (BRASIL, 2013).

Sendo um dos desafios para o Sistema Único de Saúde (SUS) e das Instituições de Ensino Superior (IES) a formação de profissionais competentes diante das situações reais, postas pelos serviços e pela gestão em saúde, e sendo a

extensão o meio que vislumbra essa prática através de convênios interinstitucionais envolvendo gestores (IES e serviços de saúde), o projeto expandiu seu campo de ação passando a atuar em parceria com a Secretaria de Saúde do Município de Ponta Grossa.

Os acadêmicos passaram a desenvolver uma prática complexa, com atitudes de escuta, de interação profissional-usuário, determinantes na qualidade assistencial junto à população carente. O projeto passa a contribuir com a educação em saúde da população e também na formação de profissionais da área focados nas políticas públicas de saúde, com ênfase no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM).

O projeto tem capacitado o quadro de enfermagem das Unidades Básicas de Saúde de Ponta Grossa, preenchendo lacunas na formação desses profissionais na qualidade da coleta de material cervicovaginal, o qual tem apresentado melhoras significativas, interferindo positivamente no resultado das amostras, uma vez a coleta inadequada, diminuir consideravelmente a sensibilidade e especificidade do teste, tornando necessárias repetições de exames, tardando o processo de diagnóstico e tratamento em casos de neoplasias (INCA, 2014a).

Nesse ano de 2014 a capacitação prática e contínua envolveu três Unidades Básicas de Saúde (UBS) (Antonio Saliba, Antero Machado de Mello e Cesar Milleo) e seis enfermeiras. O material biológico foi coletado em duplicata, sendo a primeira amostra enviada normalmente ao SUS e a segunda ao projeto que a utiliza para a capacitação prática. Os profissionais tiveram acesso ao laboratório de citopatologia do curso de Farmácia descompartmentalizando assim o saber, vindo a enfermagem ter a noção do todo necessário ao trabalho preventivo do câncer do colo uterino. Assim não basta coletar o material, pois se essa coleta não for realizada a contento, inviabiliza o trabalho em laboratório na análise citológica, quanto à qualidade do esfregaço realizado, que deve conter entre 8.000 a 12.000

células escamosas, no mínimo 10 células endocervicais, sem obscurecimento por leucócitos, hemácias, agentes microbiológicos e muco, e sem sobreposição celular. A visualização ao microscópio do produto final do trabalho de coleta foi a adição “do novo” ao conhecimento desses profissionais de enfermagem.

Essa parceria de trabalho propiciou à inserção do Ambulatório da UEPG no Sistema de Informação do Câncer (SISCAN), oficializando assim o atendimento de coleta de material para o exame preventivo do câncer do colo uterino do Ambulatório pelo SUS.

Por solicitação do quadro de servidoras do Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais (HURCG), ampliamos o atendimento do nosso projeto. Atendemos as servidoras coletando material em sala disponibilizada pelo hospital, facilitando o acesso das mesmas ao exame preventivo do câncer do colo uterino, com assessoria das enfermeiras do HURCG Maria Helena Ricken e Thalita Celinski.

Em 2014, o projeto participou do 12º Conex com a apresentação de seis resumos expandidos nominados: “ Projeto Prevenção e Educação na Atenção à Saúde da Mulher: agilizando o diagnóstico de câncer do colo o útero”, “Projetos de Extensão: a interação em prol do meio ambiente”, “ Queixa de Leucorreia e Resultados de Papanicolaou”, “Queixas Ginecológicas Relacionadas ao Câncer do Colo do Útero”, “Projeto de Extensão: uma interação com a pesquisa” e “ Projeto de Extensão: Prevenção e educação na atenção à saúde da mulher: coleta de Papanicolaou”.

Os resultados parciais da pesquisa vinculados à extensão foram apresentados em dois pôsteres, na X Jornada Farmacêutica e II Encontro de Pós-Graduação UEPG/UNICENTRO, intitulados “Determinação da acurácia entre os métodos de Papanicolaou e Gram na avaliação da microbiota de amostras cervicovaginais” e “Controle de Qualidade nas Amostras Cervicovaginais”.

Dados do projeto foram trabalhados no TCC da acadêmica de enfermagem Bianca Souza, nominado “Avaliação da Representatividade Celular em Amostras de Exames Citopatológicos do Colo Uterino”.

O projeto realizou um evento científico nominado “1 Workshop de Qualidade as Amostras no Exame Papanicolaou”, como parte do trabalho de capacitação teórica e prática da enfermagem das UBS de Ponta Grossa e um evento junto à comunidade leiga nominado “Prevenção do Câncer de Colo Uterino: Educação em Saúde”.

Em 2015 passa a fazer parte da equipe do projeto o Prof. Dr. Péricles Martim Reche, da disciplina de Epidemiologia (DENSP), responsável pela análise estatística dos trabalhos científicos desenvolvidos pelo projeto. Participaram do quadro discente duas acadêmicas de Enfermagem (Ana Caroline Pacholok Zanardini e Ana Flávia Lourenço Loiola) e sete de Farmácia (Ana Carolina Lupepsa, Bruna Ribeiro da Costa, Camila Vida Selski, Caroline Orejana Ghizzi Bentos Caroline Wosniack, Flávia Ferrari Zlzebiela e Maria Carolina Catapan de Assis). Nesse ano o foram atendidas 281 mulheres.

Participou como membro da comunidade, Beatriz Rizental Machado, estagiária de design da Editora Blucher e acadêmica da faculdade de Design da Universidade de São Paulo elaborando o logotipo do projeto, demonstrado a seguir.



Um logotipo deve expressar a “alma” de uma empresa, por isso o projeto proporcionou a integração entre os acadêmicos da área da saúde e design, a fim de

trazer ao projeto a visão corporativa e empresarial na qual os acadêmicos se inserem após formados. A acadêmica de design apresentou o seu trabalho à equipe esclarecendo todas as etapas que levaram ao produto final do logotipo.

Em 2015 o projeto manteve sua estrutura de gestão anterior, ampliando para sete UBS (Antonio Saliba, Antero Machado de Mello, Cesar Mileo, Horácio Droppa, Nilton Luiz de Castro, e José Carlos Araújo), contando com treze enfermeiros envolvidos no trabalho de capacitação na qualidade das amostras cervicovaginais. A relevância desse trabalho chamou a atenção da 3ª Regional de Saúde do Paraná, que solicitou expandir esse trabalho aos onze demais municípios que compõe essa regional, levando à elaboração de um evento focado exclusivamente a esses municípios (Arapoti, Carambeí, Castro, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Palmeira, Pirai do Sul, São João do Triunfo, Sengés, e Porto Amazonas).

Os eventos de capacitação em 2015 foram: - “II Workshop de Qualidade das Amostras no Exame Papanicolaou”; “I Oficina Adequabilidade dos esfregaços cervicovaginais” e “Ciclo de palestras: Outubro Rosa”.

Junto à comunidade leiga foram realizados os seguintes eventos: “I Oficina Coleta de material cervicovaginal: aproximação da extensão com a comunidade” (ocorrido no Instituto João XXIII, atendendo às funcionárias) e “II Oficina Coleta de material cervicovaginal: aproximação da extensão com a comunidade” (ocorridos no Centro da Municipal da Mulher atendendo as usuárias).

No 13º Conex foram apresentados nove resumos expandidos intitulados: “A correlação entre a faixa etária e a incidência de vaginites em mulheres: projeto coleta de Papanicolaou”, “A escolaridade de mulheres com vaginites que realizaram o exame preventivo do câncer do colo uterino no projeto Papanicolaou”, “Adequabilidade da amostra no exame citopatológico cervicovaginal”, “Avaliação dos resultados dos exames citopatológicos realizados pelo projeto Papanicolaou”, “Papanicolaou como método auxiliar de diagnóstico laboratorial das vaginites”,

“Papanicolaou: uma ferramenta no diagnóstico da vaginose”, “Projeto Papanicolaou e a indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão”, “Reciclagem de reagentes: uma questão econômica” e “Relação do exame citológico com a utilização de hormônios”.

Dados parciais da pesquisa vinculada à extensão foram apresentados em dois eventos científicos na categoria pôster. Na XI Jornada Farmacêutica e Mostra Científica de Farmácia UEPG dois trabalhos intitulados “A importância do exame citopatológico pelo método de Papanicolaou na detecção de alterações inflamatórias cervicovaginais” e “Papanicolaou como ferramenta no diagnóstico da vaginose em casos assintomáticos”. No XVIII Congresso Brasileiro de Patologia do Trato Genital Inferior e Colposcopia foram apresentados três trabalhos intitulados: “Adequabilidade da amostra no exame citopatológico cervicovaginal”; “Papanicolaou como ferramenta no diagnóstico da vaginose em casos assintomáticos” e “Diagnóstico Laboratorial Sugestivo de Vaginose Bacteriana pelo Papanicolaou”

Em 2015 foram apresentados dois TCC, um de conclusão do curso de Enfermagem pela acadêmica Ana Flávia Lourenço Loiola, intitulado “Exame Papanicolaou: qualidade do material cervicovaginal coletado por enfermeiros”, e de término do curso de especialização Gestão do Sistema Único de Saúde apresentado pela Enfermeira Jucélia de Fátima dos Anjos, intitulado “Adequabilidade das amostras para screening/rastreamento do câncer do colo uterino”.

O projeto conscientiza a população sobre a importância do exame preventivo do câncer do colo uterino, diagnostica precocemente a neoplasia e DSTs, resgata a população feminina que escapa ao controle da saúde pública e a redireciona ao controle e tratamento dos casos suspeitos e/ou positivos ao SUS.

Atua como elo entre a instituição de ensino e a sociedade em que está inserido, por convênio interinstitucional.

De forma interdisciplinar, agrega professores e acadêmicos dos cursos de Farmácia e Enfermagem, preenchendo lacunas na formação acadêmica, repercutindo no aperfeiçoamento do graduando em benefício da saúde da mulher.

REFERENCIAS

AVILÉS, A. G. P., ZARAGOZA, C. O., BARRERA, L. T., VÁZQUEZ, T. M. e ROSAS, R. P. Es útil la tinción de Papanicolaou como auxiliar del diagnóstico de algunas infecciones de transmisión sexual? **Atenc. Prim.** 2001, v. 27, n. 4, p. 222-226.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Profissionais de saúde*. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional de Câncer. Coordenação de Prevenção e Vigilância. **Sistemas De Informação Do Controle Do Câncer De Mama (Sismama) E Do Câncer Do Colo Do Útero (Siscolo)**. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. **Plano Nacional De Extensão 1999-2001**. Disponível em:
<<http://www.mec.gov.br/Sesu/planonaex.shtm>> Acesso em: 03 abr 2014.

BRASIL. Ministério Da Saúde. **Cadernos De Atenção Básica-Controle Dos Cânceres De Colo Do Útero E Da Mama**. 2ª edição. Brasília-DF, 2013.

CODO, W. Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). In A. Tamayo, J Broges Andrade e W.Codo (Eds), **Trabalho, organizações e cultura**. Cooperativa de Autores Associados, São Paulo, SP., 1997, p. 21-40,

GILL, G. W. Blinded review of Papanicolaou smears. **Cancer Cytopatology**. v.105, n. 2, p 53-5, apr., 2005.

INCA – INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. **Síntese De Resultados E Comentários**. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/estimativa/2014/sintese-de-resultados-comentarios.asp>> Acesso em: 05 de jun. 2014.

INCA. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância. **Controle Do Câncer De Colo De Útero**. Rio de Janeiro: Inca, 2014a. Disponível em:
<http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/acoes_programas/site+/home/nobrasil/programa_nacional_contrle_cancer_colo_uterio> Acesso em: 27 de mar. 2014.

KATZENBACH, J. SMITH, D. **La sabiduría de los equipos**. México. D.F.: CECSA, 1995

MAEDA, M.Y.S., SHIRATA, N.K., PEREIRA, G.M.C., PEREIRA, S.M.M., YAMAMOTO, L.S.U. Identificação diferencial do *Mobiluncus* sp nas vaginoses bacterianas através do diagnóstico morfológico e sua importância na rede de saúde pública. **Rev. Bras. Med.** v.51, n. 3, p. 361-364, abr., 1994

MAILLIOT, G. G. **Dinâmica E Gênese Dos Grupos**. 3ed., São Paulo: Livraria duas cidades, 1976

MALARET, Juan. **Liderazgo De Equipos Com Entusiasmo Estratégico**. Edicione Díaz de Santos, Madrid, Espanha, 2003, 193 p - p5

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. Instituto Nacional de Câncer. Coordenação de Prevenção e Vigilância. **Falando Sobre O Câncer Do Colo Do Útero** – Rio de Janeiro: MS/INCA, 2002

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão (1999-2001)**. Brasília. SESU/MEC, 2001.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA). **Mortalidade Por Câncer De Colo De Útero No Paraná**. 2004. Disponível em <
<http://saude.pr.gov.br/cancerestimativa.htm>>. Acesso em 4 abr.2014.

SILVA, O. D. **O que é extensão universitária?** Disponível em
<<http://www.ecientificocultural.com/ecc2/artigos/oberdan9.html> > acesso em 01 set, 2008.

TAMAYO, A. e PASCHOAL, T. A relação da motivação para o trabalho com as metas do trabalhador. **RAC**, v.7, n.4, p. 33-54, out/dez., 2003.



**OLINDA THOMÉ CHAMMA
CARMEN LÚCIA VALGAS
ELISANGELA DOS SANTOS MEZA**

**OLIMPÍADA PONTAGROSSENSE DE
MATEMÁTICA**



1. INTRODUÇÃO

O Inter Academy Council, que congrega uma das mais prestigiadas Academias de Ciências do Mundo, recomenda fortemente Olimpíadas para crianças a partir dos 10 anos como uma ferramenta de inclusão social e de avanço científico e tecnológico, principalmente para os países em desenvolvimento. A resolução de problemas matemáticos é reconhecida em nível internacional como um aspecto central no processo de aprendizagem de Matemática e tem sido uma das principais preocupações entre os professores da área. Com base nestes fatos, o presente projeto propõe duas ações centrais: criar uma Olimpíada de Matemática na cidade de Ponta Grossa, a OPMat – Olimpíada Pontagrossense de Matemática, e criar grupos de estudo que despertem o interesse dos alunos pela Matemática e pela participação em Olimpíadas de Matemática. Concomitante a isto, almeja-se a sensibilização das escolas no tocante à participação das mesmas na OBMEP – Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, que é um projeto nacional de inclusão social e na OBM – Olimpíada Brasileira de Matemática.

2. A MOTIVAÇÃO DA OPMAT

A inclusão social é certamente uma das questões mais urgentes a serem enfrentadas no Brasil, um país onde a maioria da população é desprovida de direitos e serviços básicos. O exercício da cidadania requer uso responsável de direitos e cumprimento de deveres, bem como capacidade de manifestação e participação efetiva em discussões de interesse comunitário. Para tanto se faz necessário dotar cada cidadão de um substrato mínimo de conhecimentos e torná-lo capaz de articular ideias e pensamentos.

O esforço pela inclusão social objetiva colocar nas mãos do cidadão as ferramentas necessárias para a tarefa de interferir positivamente, tanto na própria vida quanto no ambiente que lhe cerca. Todas as áreas do conhecimento têm muito a contribuir para a formação dos cidadãos, no entanto a área de exatas, mais especificamente a Matemática, se distingue das demais áreas por diversos motivos, dentre os quais podemos destacar:

- As ideias Matemáticas são essenciais para descrição crítica e a tomada de decisões no mundo.
- A Matemática é a única disciplina científica que é ensinada desde a infância, bem antes de outras áreas das ciências que dela dependem como pré-requisito.

A história mostra que a distribuição de talento é uma das manifestações mais democráticas da natureza: o talento não requer qualquer correlação com classe social, cor, sexo, localização geográfica ou qualquer outra variável do gênero. Este fato está sendo mais uma vez constatado com os diversos projetos de Olimpíadas e Treinamentos que vem sendo realizados pelas diversas comunidades.

Os jovens talentos brasileiros estão à espera de um bom sistema educacional que os detecte e encaminhe para o seu desenvolvimento adequado. Um grande mérito dos projetos matemáticos de inclusão social é apontar a existência destes talentos em todas as classes sociais e motivá-los a absorver conhecimentos mais avançados. Não resta dúvida de que o domínio da Matemática por um maior contingente da população brasileira deve ser considerado como uma meta estratégica de qualquer governo. Uma política importante dentro desta meta é a de descobrir precocemente os jovens com talento para esta ciência. Se bem orientados, eles serão os cientistas do futuro profundamente envolvidos com o desenvolvimento nacional.

A descoberta de talentos nas classes menos favorecidas, através da Olimpíada, tem-se revelado o processo mais rápido de inclusão social conhecido. Crianças cujos futuros seriam incertos, tanto pela condição de vida de sua família, pela região onde vivem ou pela falta de oportunidades, ganham a possibilidade de um futuro interessante e produtivo para elas e para o próprio País, através de uma premiação nas Olimpíadas.

Tendo em vista o exposto acima se propõe neste projeto de extensão a criação da OPMAT – Olimpíada Pontagrossense de Matemática que, a princípio será realizada, anualmente com os alunos do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio das escolas públicas e particulares da cidade de Ponta Grossa.

Neste contexto há um projeto nacional de olimpíada de Matemática, OBMEP – Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, que é um projeto de inclusão social contemplado pelas políticas educacionais, que visam garantir o direito a uma educação de qualidade a todos os cidadãos, como expresso na Constituição Federal de 1988, por meio do Ministério da Educação (MEC) o qual formulou o Plano Nacional de Educação (PNE), no qual está inserido o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que apresenta um conjunto de metas e ações que objetivam, até 2022, elevar o nível da qualidade da educação brasileira aos patamares dos países desenvolvidos. É fruto de uma parceria entre o MEC – Ministério da Educação e o MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia e é executada pelo IMPA – Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada.

A exemplo da OBMEP, a OPMat não objetiva estimular a competição, mas sim o despertar nos alunos o interesse e a importância do estudo da Matemática para o seu cotidiano. Com isso, esperar-se estar contribuindo para um salto de qualidade no ensino e para a abertura de novos horizontes aos estudantes de um modo geral. A possibilidade de identificação precoce de novos talentos para as

carreiras científicas traz a perspectiva de formação de uma geração de cientistas competentes e criativos a quem foi dada a oportunidade no tempo devido.

Convém destacar que a OBMEP é um evento direcionado especificamente às escolas públicas enquanto que a OPMat envolve alunos das escolas públicas e particulares da rede de ensino.

A tabela a seguir expõe o número de escolas, alunos e a porcentagem dos municípios brasileiros inscritos nas onze edições já realizadas da OBMEP.

Tabela – As onze edições da OBMEP em números

ANO	Nº ESCOLAS		INSCRIÇÕES ALUNOS		% MUNICÍPIOS BRASILEIROS	
	1ª FASE	2ª FASE	1ª FASE	2ª FASE	1ª FASE	2ª FASE
2005	31.030	29.074	10.520.831	457.725	93,50%	91,9%
2006	32.655	29.661	14.181.705	630.864	94,50%	92,4%
2007	38.450	35.483	17.341.732	780.333	98,10%	96,9%
2008	40.377	35.913	18.326.029	789.998	98,70%	96,9%
2009	43.854	39.387	19.198.710	841.139	99,10%	98,1%
2010	44.717	39.929	19.665.928	863.000	99,16%	98,3%
2011	44.691	39.935	18.720.068	818.566	98,90%	98,1%
2012	46.728	40.770	19.140.824	823.871	99,10%	98,5%
2013	47.144	42.480	18.762.859	954.926	99,35%	98,83%
2014	46.711	41.302	18.192.526	907.446	99,41%	99,41%
2015	47.580	42.316	17.972.333	889.018	99,48%	97,62%

Fonte: Dados da OBMEP (OBMEP, 2016).

O exposto nesta tabela revela que o número de estudantes participantes da OBMEP é expressivo, sendo assim considerado o maior concurso realizado entre os estudantes de escolas públicas do Brasil e a maior Olimpíada de Matemática do mundo. Os dados da tabela também evidenciam que houve um

movimento relevante no interior de muitas escolas no sentido de divulgar e, até mesmo, preparar seus alunos para as edições da OBMEP.

A OBMEP e a OPMat seguem uma sistemática de premiação como as que são tradicionalmente utilizadas nas competições olímpicas, ou seja, premia os alunos com medalhas de ouro, medalhas de prata, medalhas de bronze e certificados de menção honrosa. Aos premiados da OBMEP são concedidas Bolsas de Iniciação Científica Júnior pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), possibilitando que possam aprofundar seus conhecimentos em uma série de atividades realizadas pelo IMPA.

Entende-se que as premiações levam alguns professores a procurarem oportunidades de aprofundar e qualificar seu trabalho. De um modo geral, a OBMEP e a OPMat são projetos que criam um ambiente estimulante para o estudo da Matemática entre estudantes e professores.

3. PRINCIPAIS OBJETIVOS

Contextualizada a OPMat, procuram-se alcançar objetivos que atendam ao chamamento motivador desta ferramenta instigante e investigativa, a fim de torna-la interativa e desafiadora no meio estudantil. Portanto, alguns pontos são elencados como prioridades:

- Descobrir, despertar e estimular alunos talentosos para o estudo da Matemática.
- Ampliar a interação entre a UEPG e as redes pública e particular de ensino.
- Contribuir para a melhoria qualitativa do ensino da Matemática.
- Estimular e promover o estudo de Matemática entre os alunos dos ensinos fundamental II e médio.

- Oportunizar aos alunos do Curso de Licenciatura em Matemática, a vivência com alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, através de cursos, elaboração das provas da OPMat e correção das provas da OPMat.
- Incentivar a participação de estudantes dos ensinos Fundamental e Médio em Olimpíadas de Matemática.
- Desenvolver e aperfeiçoar a capacitação dos professores da rede de ensino, contribuindo para a sua valorização profissional.
- Identificar aspectos do conhecimento matemático que tem sido trabalhado de forma significativa pelos professores e possíveis dificuldades dos alunos quanto à abordagem de situações que envolvam estes aspectos e propor ações futuras no sentido de amenizar possíveis lacunas na aprendizagem.

4. A SISTEMÁTICA OPERACIONAL DA OPMAT: CONSIDERAÇÕES

A OPMat, a exemplo das demais Olimpíadas de Matemática, está fundamentada na resolução de problemas, que é uma das principais tendências do ensino da Matemática. Aguçar o raciocínio, demandar interpretação e propor soluções diante de situações-problema são propostas desafiadoras tanto para professores como para alunos. Como destaca Polya (1995) na introdução de seu livro *A arte de resolver problemas*:

Uma grande descoberta resolve um grande problema, mas há sempre uma pitada de descoberta na resolução de qualquer problema. O problema pode ser modesto, mas se ele desafiar a curiosidade e puser em jogo as faculdades inventivas, quem o resolver por seus próprios meios, experimentará a tensão e gozará o triunfo de descoberta. Experiências tais, numa idade susceptível, poderão gerar o gosto pelo trabalho mental e deixar, por toda a vida, a sua marca na mente e no caráter. (p.V)

Além disso, a OPMat tem o intuito de atender as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino da Matemática, que ressalta a importância de se trabalhar com lúdico, com desafios de forma contextualizada nas escolas de ensinos fundamental e médio. E propõe uma abordagem de tópicos matemáticos através da resolução de problemas na tentativa de estabelecer a relação existente entre este processo e o processo investigativo, ou seja, as Olimpíadas constituem uma ferramenta a mais para os profissionais de educação da área de Matemática.

Esta Olimpíada também se preocupa com a descoberta de jovens com talento para a Matemática. Se bem orientados, eles serão os cientistas do futuro profundamente envolvidos com o desenvolvimento nacional. Para Zeitz (2007), um bom solucionador de problemas não só tem mais espaço no mercado de trabalho e, sendo alguém que aprende a resolver problemas matemáticos entra na tendência cultural atual da Matemática.

A OPMat é realizada na UEPG com alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, das escolas públicas e particulares do Município.

As provas são divididas em duas fases. A primeira fase consiste em uma prova de múltipla escolha contendo 20 questões. Os alunos classificados passam para a segunda fase onde realizam uma prova dissertativa que contém normalmente 8 questões.

Conforme Palis (2003), na apresentação do livro de Moreira, é importante organizar Olimpíadas de Matemática em diferentes etapas ou fases propiciando um grau de dificuldade crescente e estimulando o gosto pela Matemática.

Cada uma das fases da OPMat é realizada em quatro níveis, de acordo com a escolaridade do aluno:

Nível 1 - para alunos matriculados no 6º ano ou 7º ano do Ensino Fundamental quando da realização da primeira fase da Olimpíada Pontagrossense de Matemática.

Nível 2 - para alunos matriculados no 8º ano ou 9º ano do Ensino Fundamental quando da realização da primeira fase da Olimpíada Pontagrossense de Matemática.

Nível 3 - para alunos matriculados na 1ª ou 2ª série do Ensino Médio quando da realização da primeira fase da Olimpíada Pontagrossense de Matemática.

Nível 4 - para alunos matriculados na 3ª série ou 4ª série do Ensino Médio ou que, tenham concluído Ensino Médio, há menos de um ano e não tenham ingressado em nenhum curso superior, quando da realização da primeira fase da Olimpíada Pontagrossense de Matemática.

A correção das provas das 1ª e 2ª fases é realizada pelos professores envolvidos no projeto e discentes do curso de Licenciatura em Matemática.

5. RESULTADOS DA AÇÃO EXTENSIONISTA

Nas três edições da OPMat, a Cerimônia de Premiação foi realizada no mês de dezembro, no Cine Teatro PAX contando com a presença da comunidade escolar, dos professores e alunos premiados, assim como dos familiares dos alunos.

Nestas premiações foram entregues, aos alunos, 20 medalhas de ouro, 40 medalhas de prata e 60 medalhas de bronze, a cada edição, além de medalhas de menção honrosa. Os alunos primeiros colocados de cada nível, de cada categoria: escola pública e escola particular, receberam troféus, os professores e

as escolas destes alunos também receberam troféus. As escolas participantes, os professores e diretores de escola dos alunos premiados foram agraciados com certificados.

A OPMat envolve aproximadamente 1300 estudantes de 40 escolas da rede pública e particular de ensino do município de Ponta Grossa.

Os gráficos abaixo ilustram a participação das escolas (**Gráfico 1**) e alunos (**Gráfico 2**) nos três anos desde o início do projeto em 2013.

A Olimpíada conta com a colaboração de aproximadamente 100 acadêmicos voluntários, por ano, de diferentes cursos da UEPG, e com o apoio do Departamento de Matemática e Estatística (DEMAT), da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais, da Pró-Reitoria de Assuntos Administrativos, da Empresa Júnior de Engenharia de Computação, do Núcleo Regional de Educação (NRE-PG), da Imprensa Universitária, do Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e à Distância (NUTEAD), da Coordenadoria de Processos de Seleção (CPS), da Imprensa Universitária, do Cerimonial da Reitoria. O patrocínio é da Caixa Econômica Federal.

Outro resultado a destacar é a implantação de um curso para alunos das escolas públicas e particulares de Ponta Grossa que têm interesse em participar da OPMat bem como das Olimpíadas Brasileiras de Matemática: OBM e OBMEP. Esse curso denominado POTI (Polo Olímpico de Treinamento Intensivo), é realizado todas as terças-feiras das 14h às 18h e desenvolvido de março a novembro de cada ano, no Campus de Uvaranas da UEPG. O POTI-UEPG está vinculado a um projeto nacional do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA).

É importante ressaltar ainda a criação de um site da Olimpíada pela EJEJ (Empresa Junior do curso de Engenharia de Computação) cujo link é: <http://sites.uepg.br/olimpiada/>.

Gráfico 1 - Quantidade de escolas participantes na OPMat

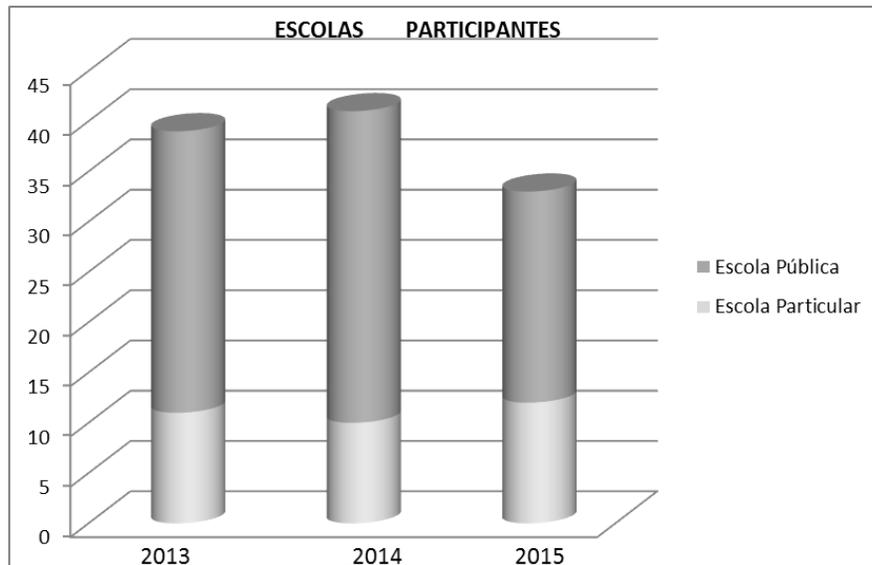
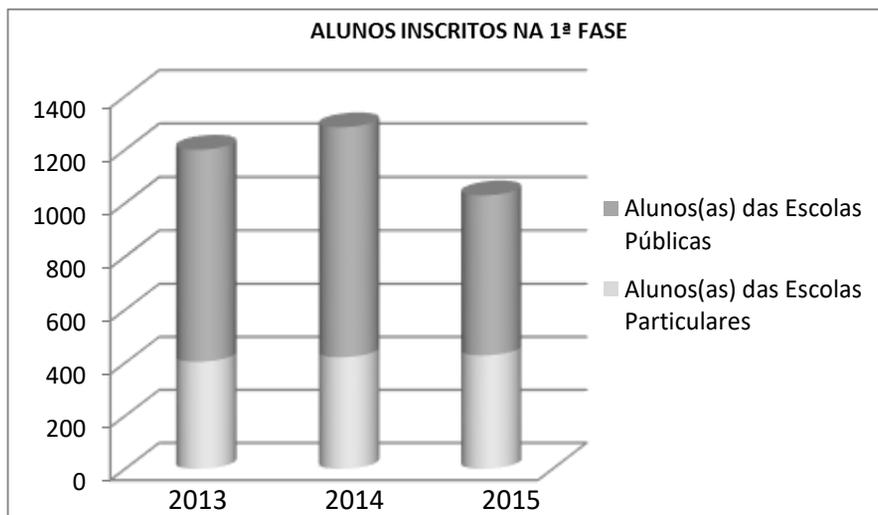


Gráfico 2 - Quantidade de alunos participantes da 1ª fase da OPMat



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A OPMat torna possível a aproximação concreta entre a Universidade e a Escola Básica, fortalecendo uma importante ação de uma Instituição de Ensino

Superior que é a da integração na comunidade na qual está inserida. Oportuniza também a participação de escolas públicas e particulares, valorizando a todas, quando elabora e corrige as provas com o foco no raciocínio lógico e criativo, destacando o saber intrínseco do aluno em suas diferentes faixas etárias; observa ainda a construção do conhecimento e a aplicabilidade deste conhecimento, pela forma com que o estudante aborda e resolve as questões propostas.

Todas as áreas do conhecimento têm muito a contribuir para a formação dos cidadãos; no entanto, a área de exatas, mais especificamente a Matemática, se distingue das demais áreas por diversos motivos, pois as ideias Matemáticas são essenciais para a descrição crítica e a tomada de decisões no mundo. Além do que, vale destacar que a Matemática é a única disciplina científica que é ensinada desde a infância, bem antes de outras áreas das ciências que dela dependem como pré-requisito.

Face as várias ações desenvolvidas na OPMat e a sensibilização dos diversos agentes educacionais envolvidos no processo, a Olimpíada vem se confirmando como um projeto exitoso no ensino da Matemática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Matemática**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

MOREIRA, Carlos, et al. (coords.) **Olimpíadas Brasileiras de Matemática: problemas e resoluções**. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Olimpíadas de Matemática da SBM:IMPA/SBM, 2003.

POLYA, George. **A arte de resolver problemas**. Rio de Janeiro: Interciência, 1995.

ZEITZ, Paul. **The art and craft of problem solving**. San Francisco, USA: John Wiley & Sons, Inc, 2007.



MARTA LÚCIA SCHAEGLER

**UM OLHAR EXTENSIONISTA SOBRE
AS AÇÕES REALIZADAS**



1. INTRODUÇÃO

A dedicação exclusiva do docente em uma Instituição de Ensino Superior visa concentrar todos os seus esforços para realização de trabalhos no tripé fundamental ao desenvolvimento, avanço, propagação e divulgação do conhecimento: Ensino, Pesquisa e Extensão.

As atividades desenvolvidas no âmbito profissional, quando executadas por opção, com certeza geram frutos de realização pessoal e de reconhecimento e por vezes, até premiação! Mas com certeza a maior recompensa de todas é o depoimento do público envolvido neste processo externando os benefícios com o trabalho realizado. Porém, não se pode negar o contentamento de receber um prêmio publicamente, dando visibilidade ao trabalho executado durante anos, é o ápice do reconhecimento do esforço e dedicação empregados.

A premiação proporcionou a oportunidade de divulgar os trabalhos realizados nas atividades extensionistas e talvez essa singela contribuição possa motivar outros e outras a desfrutar da valiosa e inesquecível experiência: o amor pela extensão. Certamente muitos já foram contaminados por essa euforia que nos move a continuar atuantes e a compartilhar das experiências e vivências.

Portanto, os relatos a seguir visam contar um pouco da trajetória de trabalhos realizados na área extensionista em nossa prestigiosa Instituição. Cabe lembrar que essa modalidade de atividade não se realiza isoladamente. Muitos são os parceiros e colaboradores, indispensáveis na caminhada e que formam o todo desse resultado que é um árduo e valoroso trabalho de equipe, que com toda certeza nem sempre é fácil. Pois, vários são os obstáculos em relação a recursos financeiros, de pessoal e físico, tais como: formação, treinamento e adequação da equipe, espaço físico para abrigar o projeto, transporte, metas

ousadas a serem cumpridas em prazos curtos, dificuldade na divulgação e por vezes recepção nos municípios e/ou entidades, entre outros, mas todos superados com dedicação, persistência, competência e criatividade.

2. AS AÇÕES REALIZADAS

O trabalho junto à comunidade externa requer uma energia e disposição sem igual. Levar o conhecimento e a experiência além dos muros das Instituições de Ensino e mostrar que todos podem participar e usufruir dos serviços disponíveis, que muitas vezes parecem inatingíveis para a maioria da população, que tem as Instituições de Ensino Superior como elitizadas e inacessíveis, é o papel da extensão quebrar este paradigma. Afinal, a Universidade está ao alcance de todos, pois a gama e diversidade dos serviços oferecidos é muito grande, abrangendo as diversas áreas de conhecimento.

A participação e coordenação de Projetos, tanto na Atividade de Pesquisa e/ou na Atividade de Extensão, fazem parte da rotina dos docentes e se torna uma exigência profissional. Essas atividades despertam o “espírito” inquieto e desbravador, ávido do saber e do conhecimento, e que não pode mais ser contido, necessita compartilhar e transmitir esse legado.

Resgatar um histórico dos trabalhos desenvolvidos parece mais uma busca por tesouros perdidos em que os mapas nem sempre apontam com precisão o local exato. Muitas informações estão apenas na memória de quem vivenciou os fatos e por vezes um tanto incompletas, ou com poucos detalhes. Essa parece ser a sina de quem permanece, e vai se tornando “patrimônio intelectual” das Instituições, por vezes, sem registros auxiliares, na acepção lato do termo.

No primeiro momento as atividades de pesquisa eram mais frequentes e sempre voltadas a temas da Área Contábil para propiciar a participação dos

acadêmicos e revelar informações sobre o cenário local. Mas concomitantemente a essas às atividades de extensão também passaram a fazer parte dos trabalhos.

A jornada extensionista da relatora começa com atuação, desde o início da carreira (em 2002), como participante em promoção de várias atividades de eventos como: Palestras, Semanas de Estudos e “Trotés Solidários”. Estas foram realizadas conjuntamente com docentes do Departamento de Contabilidade: Eliane Iara Bendix, Diva Brecailo Abib, Rita Mara Leite, Rosário Maria Lilo Del Pozo, Patricia Guarnieri, Luiz Antônio Brandalise, e acadêmicos do curso de Ciências Contábeis. Tais atividades buscaram alavancar conhecimentos com a experiência de profissionais da área de formação, bem como inibir ações indesejáveis ou mesmo violentas aos calouros e promovendo ações de solidariedade junto à instituições beneficentes da cidade. Para integração, os acadêmicos auxiliaram arrecadando alimentos bem como artigos de primeira necessidade e promovendo, no dia da entrega, atividades lúdicas, brincadeiras com lanches e bebidas para a comunidade em questão.

As participações mais recentes em relação aos Projetos de Extensão, se deram no “Projeto Doe Sangue, Doe Vida”, projeto interdisciplinar do Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas, coordenado pela Professora Cintia Regina Mezzomo Borges, que visava incentivar a doação de sangue junto à comunidade acadêmica e a comunidade externa. Contou com a participação de acadêmicos da área da Saúde e da área Contábil buscando o esclarecimento do público acadêmico e da comunidade sobre o tema e contribuindo para a integração dos cursos da Instituição.

Na sequência o “Projeto Alfabetização Contábil Financeira” (2011 a 2013), do Departamento de Contabilidade, coordenado pela professora Luciana Franco da Rocha Palombo, com o objetivo de levar o conhecimento sobre finanças pessoais à comunidade interna e externa, com a participação dos acadêmicos na

realização de cursos e palestras nas comunidades de Ponta Grossa, bem como produção de trabalhos por parte dos estudantes da graduação.

Posteriormente o “Projeto Auxílio aos Empreendedores no Processo de Abertura e Constituição de Micro Empresas” (2013 a 2015), sob a coordenação do Professor Everaldo da Silva, que além de buscar conhecer a realidade empresarial e profissional, propiciou divulgar um canal de informações eletrônico aos interessados no assunto. Proporcionou aos acadêmicos atuantes no projeto a realização de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e elaboração de artigos, dentro do tema proposto. Nesse projeto, que contou com duas edições, a relatora orientou três grupos de pesquisa formados por sete acadêmicos que pesquisaram sobre as dificuldades encontradas pelos empreendedores e profissionais contábeis na abertura e constituição de micro e pequenas empresas em cidades da Região dos Campos Gerais.

Por fim, desde meados de 2012, o “Programa Bom Negócio Paraná – PBNP - Cursos de Capacitação e Consultorias a Micro, Pequeno, Médio e Informais Empreendedores – Núcleo UEPG” tem sido o principal foco extensionista da relatora na Instituição, o qual norteou a indicação da mesma ao Prêmio Extensionista 2015. Inicialmente indicado pelo Departamento de Contabilidade e de Administração dentre os valorosos projetos existentes nos departamentos, destacou-se pela sua abrangência e significativos resultados. Posteriormente foi um dos projetos indicados pelo Setor de Ciências Sociais Aplicadas – SECISA e vencedor do Primeiro Lugar do “Prêmio Extensionista Ana Maria Salles Rosa Solak 2015”, promovido da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais (PROEX) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), representado pela docente coordenadora do Projeto (Professora Marta Lúcia Schaedler).

As indicações de todos os Setores de conhecimento da Instituição ficaram disponíveis no site e a votação foi aberta via Internet para a participação da

comunidade universitária e comunidade externa. Assim os coordenadores mais votados foram contemplados com primeiro, segundo e terceiro lugares. Nesta edição houve premiação também, para categoria de acadêmicos extensionistas participantes dos projetos, com a mesma forma de votação.

Multidisciplinar, o PBNP congrega os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Direito com professores, recém-formados e acadêmicos, atuando neste trabalho de equipe. Atualmente a equipe conta com duas professoras coordenando as atividades (Professora Ma. Marta Lúcia Schaedler – Departamento de Contabilidade e Professora Dra. Marilisa do Rocio Oliveira – Departamento de Administração) que acompanham o projeto desde o início, três recém-formados, chamados de consultores que atuam diretamente na capacitação e orientação dos empreendedores e três graduandos que dão suporte às atividades desenvolvidas.

A equipe é selecionada a cada edital e sofreu alterações no número de recém-formados durante o período de vigência: de três para nove, para cinco e atualmente para três, sendo que os demais membros permanecem inalterados. Também participaram do projeto, até o momento, mais quatro professores (Professora Ma. Diva Brecailo Abib e Professor Me. Everaldo da Silva – Departamento de Contabilidade e Professora Ma. Verlaine Lia Costa e Professora Ma. Eliane Rauski – Departamento de Administração) que colaboram com orientações e divulgação dos trabalhos realizados no projeto.

Historicamente o Programa Bom Negócio foi criado em 2005, no âmbito da Prefeitura Municipal de Curitiba, com o objetivo de induzir o desenvolvimento econômico mediante a geração de emprego e renda. Naquela cidade, o programa vem cumprindo sua missão de melhorar a vida da população, promovendo um ciclo virtuoso de crescimento em todas as microrregiões e bairros. (SETI, 2015)

Devido ao êxito alcançado na capital, o Programa foi incorporado ao Plano de Governo do Estado como Programa Bom Negócio Paraná - PBNP, em 2012, para que fosse implantado em todas as regiões do Estado. E para realizar essa audaciosa missão as parcerias se fizeram necessárias. Assim, o Programa iniciou a cargo da Agência de Fomento Paraná, com o Banco do Empreendedor; da Secretaria de Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul – SEIM; da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, com as Universidades Estaduais (Instituições de Ensino Superior – IES); Prefeituras Municipais e/ou entidades representativas da classe empresarial das comunidades (Associações Comerciais, Agências do Trabalhador, Sindicatos, etc.), formando a estrutura para dar suporte ao desenvolvimento do trabalho. Desta forma o PBNP oportuniza o acesso aos conhecimentos, competências e habilidades acumulados pelas Universidades Estaduais, buscando disseminar a utilização das boas práticas empreendedoras e a melhoria da competitividade do mundo dos negócios. (SETI, 2015)

As parcerias estabelecidas no plano estadual estão abrigadas no Programa Universidade Sem Fronteiras – USF da SETI, que disponibiliza os recursos para a execução do projeto e nas IES com projetos registrados nas Pró-Reitorias de Extensão e Cultura. Assim, as propostas apresentadas devem atender aos municípios de abrangência das IES. Esse Programa conta com 14 (quatorze) NAE (Núcleos de Apoio ao Empreendedorismo) nas IES para atender todos os municípios do Estado do Paraná.

Por outro lado, a Fomento Paraná através do Banco do Empreendedor fornece o crédito por intermédio do seu representante local nos municípios. Assim, os empreendedores que concluem a capacitação poderão fazer jus ao crédito com taxas de juros especiais (reduzidas), caso necessitarem, para alavancar seus negócios. (SEIM, 2013)

No âmbito regional, no NAE UEPG (Núcleo de Apoio ao Empreendedorismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa), o projeto teve início no mês de julho de 2012, abrangendo 17 (dezessete) municípios da região na sua primeira edição e passou a 26 (vinte e seis) municípios a partir da segunda edição. Assim, os municípios atendidos são: Ponta Grossa, Rio Negro, Campo Largo, Castro, Telêmaco Borba, Campo do Tenente, Palmeira, Piraí do Sul, Jaguariaíva, Arapoti, Tibagi, Curiúva, Reserva, Ortigueira, São Mateus do Sul, Sengés, Ventania, São José da Boa Vista, Carambeí, Porto Amazonas, Imbaú, Ivaí, Ipiranga, São João do Triunfo, Lapa e Antônio Olinto. Nessas localidades os parceiros locais que tem a responsabilidade de garantir a estrutura e condições para o desenvolvimento das atividades propostas em suas sedes, bem como a divulgação da capacitação e inscrições dos participantes. Portanto, a equipe do projeto se desloca até as cidades para realizar as capacitações na modalidade presencial.

Desta forma, o PBNP visa atender empreendedores informais, micros e pequenos negócios com objetivo de fortalecer as atividades empreendedoras nos Municípios e a formalização de empresas, proporcionando a geração de emprego e renda local. Para atender esse objetivo o projeto prevê um período de capacitação básica, de 66 (sessenta e seis) horas/aula, contendo módulos de gestão de negócios, comercial, financeira, de pessoas e estratégica, que pretende subsidiar os gestores na utilização de seus recursos, auxiliando na gestão da organização. E para complementar o trabalho, as orientações (anteriormente denominadas consultorias) também fazem parte do projeto auxiliando nas necessidades pontuais dos empreendedores participantes da capacitação, que as solicitam em agenda proposta no cronograma de trabalho.

Concomitantemente, o projeto pretende ainda, proporcionar aos recém-formados e acadêmicos, a participação em atividades de desenvolvimento prático

junto ao meio empresarial, vivenciando rotinas inerentes à profissão, estudando e colaborando para a solução dos problemas, bem como no desenvolvimento de novas ideias e práticas para melhoria da gestão do negócio.

Para possibilitar o atendimento de um número maior de empreendedores, desde 2014, o projeto conta também com a modalidade de capacitação à distância (EaD) juntamente com o NUTEAD (Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância) da UEPG. Primeiramente foram abertas seis turmas com entradas de empreendedores de todos os municípios do Estado, para testar a viabilidade da capacitação na modalidade EaD (turmas piloto). Já no ano seguinte (2015), o atendimento restringiu-se a região dos NAEs UEPG e UNESPAR, começando no mês de maio, pois houve a adaptação da plataforma utilizada para acessibilidade, visando aumentar a abrangência do público a ser atendido. E em 2016 o núcleo atende os inscritos no curso de capacitação do PBNP na plataforma apenas da UEPG.

Considerando o rol das atividades desenvolvidas na modalidade presencial, após a capacitação, é oportunizado a realização da chamada “Feira de Negócios”, na qual os empreendedores têm a oportunidade de apresentar aos colegas e a comunidade seu produto ou serviço para que possam divulgar e formar redes de negócios, como também aplicar os conhecimentos adquiridos durante a capacitação. Esta feira acontece quando os empreendedores, de comum acordo, optam por sua realização. Uma versão “simplificada” da feira já foi realizada na qual os empreendedores optaram pela “troca de cartões”, ou seja, os empreendedores participantes apresentaram suas empresas e produtos e/ou serviços em uma palestra com slides e com a distribuição de seus cartões de visita para os presentes.

Por fim, para fechar com “chave de ouro” as atividades, a Certificação é o momento solene de entrega do certificado aos empreendedores que, com

frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em cada módulo, fazem jus a comprovação da capacitação. Nesta oportunidade os empreendedores confraternizam com a equipe do projeto, com seus familiares e com as autoridades locais, o mérito de sua dedicação e esforço. Pois para muitos que, deixam seu descanso e lazer para investir no seu aprendizado, sintam-se recompensados. Nessa oportunidade surgem vários depoimentos dos empreendedores em relação a capacitação e a aplicação prática do aprendizado.

Os resultados desse trabalho mostram que o PBNP – NAE UEPG realmente é um “bom negócio”, pois no período de julho de 2012 a dezembro de 2016 capacitou um total de 3.040 (três mil e quarenta) empreendedores, 2.575 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco) na modalidade de capacitação presencial e 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) na modalidade à distância, distribuídas em 87 (oitenta e sete) turmas, 74 (setenta e quatro) presenciais e 13 (treze) à distância. Os detalhes desse significativo trabalho são apresentados na Tabela a seguir:

Em fevereiro de 2017 iniciou-se o 5º (quinto) edital do programa e as atividades estão em ritmo acelerado apesar da redução da equipe que passou a contar apenas com 3 (três) recém-formados e 3 (três) graduandos. Até o presente momento (junho/2017) concluímos mais 6 (seis) turmas presenciais e 1 (uma) turma EaD, Sendo que mais três turmas presenciais e uma EaD estão em andamento.

Diante do exposto, fica evidente o intenso e dinâmico trabalho desenvolvido pelas equipes que atuaram e atuam no PBNP - NAE UEPG (cerca de 27 (vinte e sete) recém-formados e 14 (quatorze) graduandos), todos os componentes comprovadamente envolvidos ativamente com os propósitos do projeto.

PROGRAMA BOM NEGÓCIO PARANÁ – NÚCLEO UEPG						
RESULTADOS POR ETAPAS E POR MODALIDADE (até 31/12/2016)						
Modalidade Presencial						
Edital	Período	Concluintes	Orientações	Turmas	Municípios Atendidos	Media/turma
1º	07/12 a 08/13	498	84	16	8	31
2º	09/13 a 08/14	453	39	11	9	43
3º	09/14 a 08/15	603	18	19	12	32
Prorrogação	09/15 a 12/15	329	20	9	7	37
4º	02/16 a 12/16	692	8	19	9	36
Total		2575	169	74		35
Modalidade EaD						
	12/13 a 12/14	139		6	Estado (piloto)	23
	06/15 a 12/15	106		3	UEPG/UNESPAR	35
	02/16 a 12/16	220		3	UEPG	55
Total		465		13		36
TOTAL GERAL		3040	169	87		35

Fonte: Adaptado do SEURS, 2016.

Assim, para celebrar as metas atingidas, a cada milhar de empreendedores capacitados é emitido um certificado comemorativo visando registrar tal feito. Portanto, no final desse quarto edital (em 12/2016), foi entregue a um representante da última turma certificada na modalidade presencial da cidade de Ponta Grossa o terceiro certificado comemorativo, pois o

projeto capacitou mais de três mil empreendedores, contribuindo desta forma, significativamente para a concretização da expectativa quantitativa de capacitados.

Pertinente às atividades do projeto, também são aplicados os questionários de pré e pós-curso que visam inicialmente identificar o perfil dos cursistas de seus empreendimentos e, posteriormente avaliar e identificar a opinião dos empreendedores em relação à capacitação. Constatou-se assim, que a média geral do grau de satisfação dos empreendedores concluintes foi de 96% (noventa por cento).

Ainda a nível Institucional, trabalhos de Conclusão de Curso (Graduação) são realizados dentro do projeto, também demonstram o envolvimento de mais acadêmicos, além dos que já fazem parte da equipe. Assim, até o momento, 23 (vinte e três) acadêmicos participaram com trabalhos no PBNP, resultando em 15 (quinze) trabalhos: quatro do curso de Administração e onze do curso de Ciências Contábeis. Estudos sobre implantação, adequação e utilização de controles para gestão, consultorias, estudos de caso, aprendizado, evasão e sugestão de melhorias em módulos, são alguns dos temas desenvolvidos nos trabalhos.

E finalmente, para divulgação do projeto listam-se as participações em eventos que incluem: o Congresso Ibero Americano de Extensão em 2013; SEURS - Seminário de Extensão da Região Sul em 2015 e 2016; Conex – Conversando sobre Extensão 2015 e 2016; ADM – Congresso internacional de Administração em 2015; CBEU - Congresso Brasileiro de Extensão Universitária e Simpósio Internacional Ciências Sociais Aplicadas em 2016.

Diante disso, pode-se afirmar que o PBNP não atende apenas os empreendedores, que em seus relatos orais ou escritos manifestam a importância e o benefício que o curso já proporcionou em termos de aprendizado, troca de experiências e vivências. Fato esse que se estende também para os integrantes da

equipe que compartilham desse arcabouço, pois enquanto transmitem os conteúdos apreendem com as experiências das atividades desenvolvidas. Ainda cabe mencionar o ganho dos acadêmicos que conseguem vivenciar a prática e realizarem seus trabalhos dentro do projeto: experiências enriquecedoras e inesquecíveis que marcam suas vidas.

Atender a todas essas expectativas, objetivos e metas é com certeza um grande desafio. Assim, os relatos dos empreendedores expressando o quanto gostariam que o curso tivesse mais aulas, que tivesse continuidade, que estão aplicando o que estão apreendendo, que ampliou seus conhecimentos e muito mais, com certeza motivam a continuar e oportunizar para que mais pessoas possam usufruir desse privilégio.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto pode-se considerar que o projeto na sua abrangência em relação ao público-alvo, envolvimento da equipe e resultados obtidos até o momento tem repercussão extremamente positiva. Considerando que o projeto ainda está ativo e que as consequências do trabalho realizado produzirão frutos para os empreendedores, comunidades e também para o nosso Estado, seus objetivos e metas poderão ser analisados e divulgados futuramente e, com certeza, demonstrarão a importância do projeto na propagação, difusão e ampliação do conhecimento.

Enfim, em se tratando de memórias, selecionar algumas para relatar, é tarefa ingrata, pois esta pode falhar, considerando que quatro anos de existência para um projeto se constitui em uma vida, e como tal, muitas foram as aventuras nesta trajetória. Vivemos situações engraçadas, tristes, difíceis e até mesmo, embaraçosas, como aquelas em que ocorreram sinistros de veículos, em que chegar atrasados aos eventos por conta de “se perder” pelos caminhos e de

muitas vezes, onde o “GPS” não dava sinal, utilizar-se do ditado “quem tem boca vai à Roma”; mas que por fim, todas estas situações resultaram em muitas gargalhadas e boas recordações.

E para finalizar, não poderia deixar de registrar a gratidão a todos os parceiros, colegas e companheiros de caminhada extensionista: vocês foram fundamentais! Provavelmente muitos detalhes ou até fatos relevantes não foram mencionados ou relatados parcialmente, realmente não foi de forma intencional. Contudo, expressar sentimentos de forma escrita, para esta relatora, nem sempre retrata fidedignamente a amplitude e profundidade da emoção. Só tenho a agradecer: Muito Obrigada!

REFERENCIAS

FERREIRA, Rafael; CARNEIRO, Larissa; GEBELUKY, Carla, SCHAEGLER, Marta. Percepção da gestão diante do *feedback* de pequenos e micro empreendedores do Programa Bom Negócio Paraná. In: **ADM 2015 – Congresso Internacional de Administração**, 2015, UEPG, Ponta Grossa – PR.

OLIVEIRA, Marilisa; SCHAEGLER, Marta; ABIB, Diva. O Programa Bom Negócio Paraná e sua atuação junto ao empresário da micro e pequena empresa - Núcleo Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, Brasil. In: **XII CONGRESSO IBEROAMERICANO DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA**, 2013, Quito, Equador.

SCHAEGLER, Marta; OLIVEIRA, Marilisa. Programa Bom Negócio Paraná: os resultados do núcleo UEPG. In: **14º CONEX – Conversando sobre Extensão**, 2016, UEPG, Ponta Grossa – PR.

SCHAEGLER, Marta; OLIVEIRA, Marilisa; ABIB, Diva; COSTA, Verlaine; SILVA, Everaldo. O resultado da capacitação do Programa Bom Negócio Paraná: NAE – UEPG. In: **13º CONEX – Conversando sobre Extensão**, 2015, UEPG, Ponta Grossa – PR.

SCHAEGLER, Marta; OLIVEIRA, Marilisa; PINHEIRO, Alison; SILVA, Rulliane. Programa Bom Negócio Paraná e sua Contribuição para o Desenvolvimento Regional – Núcleo UEPG. In: **33º SEMINÁRIO DE EXTENSÃO DA REGIÃO SUL**, 2015, UNIPAMPA, Bagé – RS

SCHAEGLER, Marta; OLIVEIRA, Marilisa; SILVA, Everaldo. A Evolução do Programa Bom Negócio Paraná – Núcleo UEPG. In: **7º CBEU**, 2016, UFOP, Ouro Preto - MG

SCHAEGLER, Marta; OLIVEIRA, Marilisa; SILVA, Everaldo. Programa Bom Negócio Paraná – Núcleo UEPG em números. In: **34º SEMINÁRIO DE EXTENSÃO DA REGIÃO SUL**, 2016, IFC, Camboriú - SC

SCHAEGLER, Marta; SILVA, Everaldo; DIONIZIO Valdinei, CORDEIRO Renata, JACUBOWSKI Tiago. Os Protagonistas no Processo de Formalização da Micro e Pequena Empresa e do Micro Empreendedor Individual: Um Estudo na Cidade de Ponta Grossa – PR. In: **ADM 2013 - Congresso Internacional de Administração**, 2013, UEPG, Ponta Grossa – PR.

SEIM - Secretaria da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul. **Bom Negócio Paraná**. Disponível em: <<http://www.seim.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=220>>. Acesso em: 23 Jul. 2013.

SETI – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Bom Negócio Paraná**. Disponível<<http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=241>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

SETI – Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **USF- Universidade Sem Fronteiras**. Disponível em: <<http://www.seti.pr.gov.br/arquivos/>>. Acesso em: 20. Mai. 2015.

VEIGA, Alessandra; OGG, Rafael; SCHAEDLER, Marta; OLIVEIRA, Marilisa. A Importância da Capacitação para o Empreendedorismo e o Desenvolvimento do Conhecimento: um estudo do Programa Bom Negócio Paraná da Universidade Estadual de Ponta Grossa. In: **I Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas**, 2016, UEPG, Ponta Grossa – PR.

ISBN 978-85-63023-19-3



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição - Não Comercial - Compartilha Igual 4.0 Internacional.

Disponível em:



<http://uepg.br/proex/Home/ebook.html>